



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROFESSOR MILTON
SANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CAROLINE PACHECO ALEXANDRE

OS PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL: NEOLIBERALISMO E CRISE
DA DEMOCRACIA LIBERAL

Salvador

2020

CAROLINE PACHECO ALEXANDRE

**OS PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL: NEOLIBERALISMO E CRISE
DA DEMOCRACIA LIBERAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia para obtenção do Título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Victor Coutinho Lage.

Salvador

2020

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Alexandre, Caroline Pacheco

Os protestos de junho de 2013 no Brasil:
neoliberalismo e crise da democracia liberal /
Caroline Pacheco Alexandre. -- Salvador, 2020.
147 f.

Orientador: Victor Coutinho Lage.

Dissertação (Mestrado - Relações Internacionais) --
Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal
da Bahia, 2020.

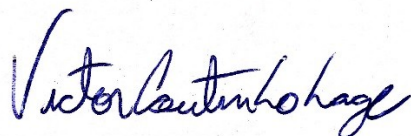
1. junho. 2. 2013. 3. protestos. 4.
neoliberalismo. 5. democracia. I. Coutinho Lage,
Victor. II. Título.

CAROLINE PACHECO ALEXANDRE
“OS PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL: NEOLIBERALISMO E CRISE DA
DEMOCRACIA LIBERAL”

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 04 de dezembro de 2020.

Banca examinadora



Prof. Dr. Victor Coutinho Lage



Profa. Dra. Renata Reverendo Vidal Kawano Nagamine



Prof. Dr. Alexandre Almeida de Magalhães

*À minha família (Evandro, Rosimary e Carine), por todo amor e suporte durante minha
jornada acadêmica.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Evandro e Rosimary, por todo amor e apoio para que eu pudesse me dedicar ao mestrado e alcançar meus objetivos.

À minha irmã, Carine, também agradeço pelo suporte e incentivo durante minhas produções acadêmicas e maiores momentos de ansiedade.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFBA, pois aprendi muito ao longo das disciplinas. Agradeço pelo crescimento intelectual e acadêmico que pude vivenciar.

Agradeço muito ao meu orientador, prof. Dr. Victor Coutinho Lage, por toda a paciência e cuidado nessa jornada de pesquisa e escrita. Admiro bastante pelo profissionalismo e por ensinar não somente o conteúdo, como também o verdadeiro valor da pesquisa — a necessidade de aprender enquanto produz, e não meramente escrever por escrever. Por isso, sou profundamente grata.

Agradeço ao professor Dr. Alexandre Almeida de Magalhães pela gentileza de aceitar o convite para compor a banca de defesa da dissertação.

Agradeço à Prof. Dra. Renata Nagamine não somente por aceitar compor a banca de defesa, como também pela orientação no tirocínio de Teoria de Relações Internacionais. Foi uma experiência muito enriquecedora e, por isso, gostaria de agradecer imensamente.

Agradeço muito aos meus colegas de turma, sobretudo pelos debates promovidos em sala de aula. Sou muito grata às trocas de ideias, bem como às discussões dos livros e textos. Isso me proporcionou outras perspectivas sobre os assuntos abordados e foi muito engrandecedor aprender junto com vocês.

Agradeço, em especial, à amiga Bruna e aos amigos João, Luan e Pietro. Vocês são maravilhosos! Nem tenho palavras para expressar a grande admiração que sinto por vocês, como pessoas e como acadêmicos. O aprendizado mútuo que tivemos nesse mestrado eu vou levar para o resto da vida. As brincadeiras e risadas, os conselhos que me deram ao longo da escrita e da pesquisa estarão sempre comigo.

Agradeço às amigas Ana Clara e Bárbara, por me acompanharem sempre nesse amor pelo internacional. À Jaci e ao Leo, pela amizade ao longo desses anos e por sempre confiarem no meu trabalho como internacionalista. À Mayara pela amizade e palavras de carinho e incentivo.

Agradeço aos meus amores: minha avó Adriana Beatriz, tia Grazi, tia Fátima, Vânia e Dona Maria (*in memoriam*), por todo amor, por acreditarem em mim e pelo incentivo sempre para a dedicação nos estudos.

Ao meu amigo Mateus Matias, que está comigo pensando e debatendo desde a graduação e sempre me passando energias positivas.

A Danilo agradeço pelo companheirismo e incentivo diário. Obrigada por me acompanhar sempre nessa jornada, desde o processo seletivo até os trabalhos durante o curso, ao longo da escrita da dissertação e nas viagens para congressos.

Agradeço à Angélica, amiga querida que é um presente da Bahia para mim.

À Araiani agradeço por sempre me ajudar nas angústias ao longo da escrita da dissertação, contribuindo para minha evolução como pessoa.

Agradeço muito à Universidade Federal da Bahia. Sinto-me realmente privilegiada por ter estudado nessa histórica universidade, cujos alunos e profissionais são conhecidos por serem engajados e lutarem pela educação no Brasil.

Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. À CAPES deixo meu enorme agradecimento, pelo apoio por meio da bolsa concedida, que foi de extrema importância para a produção deste trabalho e durante o mestrado como um todo.

*“Com voz sagrada
Letra vadia
Fiz o meu junho
Faço os meus dias
Rumei meus punhos
Cacei fé com fé
Estive com medo
Estive comigo
Pro que der e vier*

*Andei na história sentindo o vento
Sangue correu secou e tal
Engatilhei meus vinte dedos
Me espera sentada uma moral
Estou num marasmo
Não sinto meus pés*

*Flores em fogo
Tédio na brisa
Tudo traz ânsia
Nada sacia
Houve um surto de bege euforia
E por fazer nada estive golpista*

*Fora de forma
Deito em agosto
Tudo tem gosto de paralisia
Ninguém se cansa de tanta notícia
Mas não precisava ter tanto artista*

*É só espuma
O caos, a lama
É pouca poeira debaixo da cama
Um pouco mais de assalto e insônia
Com mais liberdades e poucas vergonhas*

*A terra ainda é boa
Dá plantas que curam
Dá hinos e fugas
De tudo dá*

*A terra ainda é boa
Dá plantas que curam
Dá hinos e fugas”*

(Salma Jô e Macloys — Banda Carne Doce)

RESUMO

ALEXANDRE, Caroline Pacheco. *Os protestos de junho de 2013 no Brasil: neoliberalismo e crise da democracia liberal*. 147 p. 2020. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) — Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

O presente trabalho tem como objetivo estudar as manifestações de junho de 2013, sua relação com o neoliberalismo e a respectiva crise da democracia liberal, tendo como base a pesquisa bibliográfica. Estuda-se o neoliberalismo de forma abrangente, com fundamento em autores como Wendy Brown, Pierre Dardot e Christian Laval. Analisa-se o processo de degradação da vida e da democracia liberal promovido pela racionalidade neoliberal, em que se propaga, nos diversos setores da vida, um pensamento centrado na economia. A crise econômica de 2008 desvelou os limites da primazia do capitalismo financeiro, ocorrendo, nessa esteira, protestos ao redor do mundo, tais como *Occupy Wall Street* e a Primavera Árabe. Esses levantes destacavam-se por sua característica autonomista, bem assim por apresentar demandas por democracia e participação popular na tomada de decisões, em contraposição à prevalência dos interesses das elites econômicas e financeiras. Conforme as interpretações mais correntes sobre o tema, os protestos de junho de 2013 coadunavam-se com essas reivindicações, somadas a outras peculiaridades do Brasil, com destaque à demanda por melhoria nos serviços públicos. Os governos progressistas do Partido dos Trabalhadores representaram a continuidade do neoliberalismo no país e de seus efeitos deletérios, o que contribuiu para as manifestações, que consistiram no maior protesto de rua da história brasileira. Junho de 2013 representou uma resposta à comoditização da vida gerada pela perpetuação da racionalidade neoliberal no Brasil, comprovando que a lógica neoliberal se manteve independentemente do espectro ideológico. Os protestos, iniciados sob a pauta de redução dos preços dos transportes coletivos, reuniram grupos e demandas heterogêneas, assim como demonstraram que a população não se sentia devidamente representada pela classe política. Conclui-se, ao final da pesquisa, que junho de 2013 representou uma resposta popular à degradação da vida e ao desgaste da democracia liberal brasileira provocados pela perpetuação do neoliberalismo.

Palavras-chave: junho, 2013, protestos, neoliberalismo, democracia.

ABSTRACT

ALEXANDRE, Caroline Pacheco. *The June 2013 protests in Brazil: neoliberalism and the crisis of liberal democracy*. 147 p. 2020. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) — Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

This dissertation is based on bibliographical research and it aims to study the correlation between the street protests of June 2013 in Brazil, neoliberalism and its respective crisis of liberal democracy. This study of neoliberalism is mainly based on authors such as Wendy Brown, Pierre Dardot and Christian Laval. The analysis demonstrates that the neoliberal rationality promotes the degradation of life and of liberal democracy, because it is focused on the centrality of the market in all features of life. The 2008 economic crisis unveiled the limits of the primacy of financial capitalism, which contributed to the outburst of the protests that took place around the world, such as Occupy Wall Street and the Arab Spring. These uprisings stood out for their autonomist feature, as well as for presenting demands for democracy and popular participation in decision-making. It also represented an opposition to the prevalence of the interests of economic and financial elites. According to current interpretations on the subject, the protests of June 2013 also targeted these demands, as well as other Brazilian peculiarities, with an emphasis on asking for improvement in public services. The progressive governments of the Workers' Party represented the continuity of neoliberalism and its deleterious effects, which contributed to the protests — the largest in Brazilian history. June 2013 represented a response to the commoditization of life occasioned by the perpetuation of neoliberal rationality in Brazil, proving that neoliberalism has prevailed independently of the ideological spectrum. The protests began with the purpose of reducing public transportation fares and they gathered heterogeneous demands and groups of people, which indicated that citizens did not feel properly represented by the political class. At the end of the research process, it is possible to conclude that June 2013 represented a popular response to the gradual degradation of life and to the erosion of Brazilian liberal democracy caused by the perpetuation of neoliberalism.

Keywords: June, 2013, protests, neoliberalism, democracy.

LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Cronologia dos protestos de junho de 2013	90
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRICS	Agrupamento de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CDO	<i>Collateralized debit obligations</i>
CNT	Confederação Nacional do Transporte
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EUA	Estados Unidos da América
FED	<i>Federal Reserve System</i>
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSM	Fórum Social Mundial
G8	Agrupamento formado por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SUS	Sistema Único de Saúde
UNE	União Nacional dos Estudantes
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	CAPÍTULO 1: O NEOLIBERALISMO E A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL 19	
2.1	Introdução	19
2.2	Antecedentes do neoliberalismo	19
2.3	Breve histórico do Neoliberalismo: antes da crise econômica de 2008	22
2.4	O neoliberalismo em si	25
2.5	A crise econômica de 2008: limites do neoliberalismo	27
2.6	O neoliberalismo e a crise da democracia liberal	30
2.6.1	Interpretações sobre a inexistência de uma crise na democracia liberal	31
2.6.2	O papel do neoliberalismo na atual crise da democracia liberal: uma relação paradoxal.....	34
3	CAPÍTULO 2: AS PRIMAVERAS GLOBAIS, O NEOLIBERALISMO E A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL	42
3.1	Introdução	42
3.2	A partir da “Batalha de Seattle”: protestos de alterglobalização	42
3.3	Os chamados “novos protestos”: as Primaveras e o neoliberalismo	45
3.3.1	A Primavera Árabe	50
3.3.2	<i>Occupy</i>	53
3.3.3	Elementos internos e externos	56
3.3.4	A ocupação do espaço público: contraposição ao “privado” neoliberal	56
3.3.5	Combate à degradação democrática sob o neoliberalismo	57
4	CAPÍTULO 3: OS GOVERNOS PETISTAS E O NEOLIBERALISMO NO BRASIL	60
4.1	Introdução	60
4.2	As bases da Nova República brasileira e a promoção do neoliberalismo no Brasil	61
4.2.1	Antecedentes	61
4.2.2	A Nova República: início neoliberal.....	62
4.3	Um panorama dos governos Lula da Silva	65
4.4	O governo Dilma Rouseff de 2011 a 2014: aspectos gerais	68
4.5	O neoliberalismo sob o período lulista no Brasil	70
4.5.1	A política econômica neoliberal e as medidas sociais petistas	71
4.5.2	A racionalidade neoliberal e o neoliberalismo como formulação normativa no Brasil petista...	73
4.5.3	Outras considerações	80
4.6	O neoliberalismo e a democracia no Brasil nos governos petistas	81

5	CAPÍTULO 4: JUNHO DE 2013, NEOLIBERALISMO E A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL.....	84
5.1	Introdução.....	84
5.2	Antecedentes	84
5.2.1	Processualidade interna.....	84
5.2.2	Processualidade externa: o contexto das Primaveras pelo mundo	88
5.3	Interpretações sobre o desenrolar dos protestos de junho de 2013: fases, demandas e atores envolvidos	89
5.3.1	Observação: crítica a uma visão “sudestecêntrica”	96
5.4	Junho e o neoliberalismo: resposta à comoditização da vida.....	97
5.4.1	O direito à cidade e à moradia	101
5.4.2	Saúde e educação	103
5.4.3	O trabalho.....	103
5.4.4	Combate à corrupção	104
5.5	Junho, o neoliberalismo e a crise da democracia liberal	105
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	116
8	APÊNDICE A: Cronologia em dias dos protestos de Junho de 2013	123
9	ANEXO A	133
10	ANEXO B	142
11	ANEXO C	143

1 INTRODUÇÃO

Uma grande onda de protestos começou em diversos países a partir da Primavera Árabe. Trata-se de uma “epidemia” de mobilização social que se iniciou na Tunísia em 2011 (PÉREZ-AGOTE, 2016), tendo como estopim a autoimolação do vendedor ambulante Mohamed Bouazizi. A seguir, tomou países como Egito, Síria e outros do Norte da África e do Oriente Médio, bem como alcançou a Europa, os Estados Unidos e a América Latina — constituindo o que Rosana Pinheiro-Machado (2019) chama de “Primaveras”, e o que Maria da Glória Gohn (2014) nomeia como “Movimento dos Indignados”.

Esses protestos são comumente interpretados como reflexos da crise econômica de 2008, que demonstrou os limites da prevalência do mercado financeiro desregulamentado. É possível perceber a conexão entre as insatisfações apresentadas pelos manifestantes e o momento do modo de produção vivido, que se traduz na prevalência do neoliberalismo nos países capitalistas.

Muitos estudiosos atribuem considerável destaque ao fenômeno do neoliberalismo como política econômica. A presente pesquisa, por sua vez, objetiva examinar um sentido mais complexo da lógica neoliberal, principalmente a partir dos entendimentos sobre o tema apresentados por Dardot e Laval (2016) e Wendy Brown (2015 e 2019). Analisa-se o neoliberalismo não somente como política econômica, mas também como forma de governança e fator normativo. Sob a racionalidade neoliberal, há uma preponderância de aspectos econômicos e da liberdade dos mercados, o que torna a economia presente nos variados setores da vida humana (BROWN, 2015).

O neoliberalismo é comumente apresentado como uma das causas para a indignação nos protestos pós-crise de 2008, porquanto tem provocado consequências como a precarização do trabalho, o sucateamento dos serviços públicos e, dentre outros fatores, uma crise da democracia liberal. Isso inclui não somente a prática da democracia liberal, como também ela enquanto valor ou objetivo¹.

A democracia liberal, segundo os conceitos aqui adotados, pode ser entendida como uma conciliação entre classes e interesses políticos distintos, em torno de um mínimo de direitos (SAFATLE, 2017), bem assim a associação dos elementos “cidadania, sociedade civil, direitos, contrato social” (SANTOS, B.; MENDES, 2018, p. 11).

¹ Como exemplo, países da Primavera Árabe viviam regimes autoritários, e os manifestantes demandavam uma democracia direta e participativa, e não aquela meramente representativa sob o paradigma liberal.

Sob esses pressupostos, a democracia liberal forneceu as bases para que a racionalidade neoliberal fosse construída, sendo que, paradoxalmente, o neoliberalismo passou a corroer a forma democrática liberal. Isso tudo devido ao fato de a democracia voltar-se ao privilégio dos valores de mercado, promovendo a redução da política ao econômico. O ser humano passa a ser tratado como capital humano, levando a justiça e a democracia a ficarem submetidas à predominância da economia (BROWN, 2015).

Os protestos desse contexto pós-crise de 2008 tinham marcantes características em comum, dentre as quais figuram: ocupação de espaços públicos, em geral emblemáticos e centrais; convocados normalmente por jovens, que costumavam ter dificuldades para se inserir no mercado de trabalho; normalmente eram pacíficos; demandavam por uma reforma política, sob a democracia, de modo a solucionar os problemas práticos e cotidianos das pessoas; utilização da tecnologia na comunicação, mormente a internet e as redes sociais; a reivindicação por uma democracia que atenda, de fato, os interesses dos cidadãos (PÉREZ-AGOTE, 2016, p. 171-200).

Os protestos de junho de 2013 no Brasil podem ser entendidos como componentes da referida onda de protestos, sendo comumente postos como um divisor de águas no país. Esse momento representa um novo ciclo de protestos, que abrem margem para manifestações subsequentes, tais como os numerosos atos pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, a ocupação de escolas, as manifestações em favor do Presidente Jair Bolsonaro, os protestos contra os cortes de verbas da educação em 2019, dentre outras.

A ideia de Junho de 2013 como um ponto de inflexão no Brasil permeia a literatura sobre o tema e também o imaginário político. Um exemplo paradigmático é ilustrado pelo documentário de Petra Costa *Democracia em Vertigem*, indicado ao Oscar 2020, ao interpretar os levantes como “o abalo sísmico” que sacudiria o sistema político e dividiria a sociedade a partir de então (DEMOCRACIA, 2019).

Os significados de Junho são discutidos até os dias atuais e há interpretações diversas, que surgem nas variadas posições políticas ou ideológicas. Esta dissertação objetiva, dessa forma, estudar a correlação entre o neoliberalismo e a ocorrência dos protestos de junho de 2013, enquanto sintomas de indignação quanto aos efeitos deletérios do neoliberalismo e a respectiva crise da democracia liberal.

A palavra “crise” — do latim *crisis*, derivado do grego *krisis* — é objeto de disputa acadêmica, notadamente quando diz respeito à democracia. Antônio Geraldo da Cunha, no *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, define crise como “alteração, desequilíbrio

repentino”, “estado de dúvida e incerteza”, “tensão, conflito” (CUNHA, 2010, p. 190), e é partir dessa definição que se trabalha aqui a noção de crise.

Há autores que veem as crises como algo inerente à democracia (CHOU, 2015), enquanto existem estudiosos que se alinham ao entendimento de que a crise é um elemento transitório. As circunstâncias analisadas neste trabalho direcionam para a compreensão da existência da crise como um estado de incerteza e tensão, em que se percebem as falhas de determinado sistema (CASTELLS, 2018). Entende-se isso ao deparar-se com um contexto evidenciador de que a democracia liberal enfrenta desafios concernentes à sua própria estrutura, tendo em conta que os protestos estudados desvelam questionamentos sobre as limitações do modelo democrático liberal, conforme será visto a partir da bibliografia mobilizada.

A dissertação divide-se em 4 capítulos, baseados, sobremaneira, em pesquisa bibliográfica, envolvendo a interpretação de estudiosos sobre os temas abordados. Ao longo do texto, embora alguns autores promovam distinções semânticas, serão empregados os vocábulos “manifestação”, “protesto”, “levante” e “jornadas”² de forma intercambiável³. Essa escolha objetiva simplificar a escrita e facilitar a fluidez do texto. Ademais, utiliza-se “Junho”, com letra inicial maiúscula, para referir-se aos protestos de junho de 2013 como um conjunto de atos que fazem parte de um mesmo fenômeno.

A presente dissertação, tendo tudo isso em conta, não se propõe a aprofundar a análise de Junho de 2013 isoladamente. Buscou-se, dessarte, construir capítulos abrangentes, com o fito de elaborar um panorama sobre a correlação entre os levantes, o neoliberalismo e a crise da democracia liberal. Ademais, o recorte temporal limita-se aos eventos de junho de 2013, não incluída a discussão sobre as consequências dos protestos ou eventos posteriores a Junho. Trata-se de uma escolha metodológica com a finalidade de delimitar melhor o objeto de estudo.

O primeiro capítulo objetiva estudar o neoliberalismo enquanto fenômeno que se faz onipresente na vida das pessoas. Esboça-se, inicialmente, um breve histórico sobre como a lógica neoliberal se desenvolveu. A análise da racionalidade neoliberal é guiada por autores como Dardot e Laval (2016) e Wendy Brown (2015 e 2019), que identificam que o neoliberalismo aloca a lógica do mercado e da competitividade nos variados setores da vida.

² André Singer, por exemplo, afirma evitar o termo “jornada”, porquanto as “jornadas originais” seriam sinônimo da revolução de 1848 promovida pelo proletariado em Paris, o que seria um ensaio de insurreição que almejava a modificação da ordem institucional vigente. Singer aduz que não se deve utilizar também o termo “insurreição” para os eventos de junho de 2013, já que não objetivariam uma mudança substancial na ordem vigente (SINGER, 2013, p. 23-24).

³ Maria da Glória Gohn (2014) menciona o uso possível também de termos como “atos”, “onda”, “protesto de massa”, “mobilizações”, “revoltas”, dentre outros (GOHN, 2014, p. 8).

Desse modo, o raciocínio empresarial passa a imperar até mesmo nos indivíduos, quando as pessoas devem agir como “governo de si”.

O capítulo também procura estudar de que maneira a racionalidade neoliberal impacta na crise da democracia liberal, já que os interesses do mercado sobrepõem a observância de direitos. Verifica-se a relação paradoxal entre a democracia liberal e o neoliberalismo: enquanto aquela fornece um arcabouço político e jurídico que permite a constituição deste, o neoliberalismo corrói a própria democracia, ao sobrepujar os interesses econômicos, em detrimento da população.

O capítulo 2 dedica-se ao estudo da onda de protestos ao redor do mundo que se deram a partir da crise econômica e financeira de 2008. Tratou-se de uma ocasião em que o neoliberalismo se mostrava em crise, já que o mercado financeiro desregulamentado encontrou seus limites. Nesse momento, o neoliberalismo demonstra que ultrapassa divergências ideológicas, possuindo a capacidade de se reinventar no pós-crise e permanecer como racionalidade dominante. A partir dos pressupostos vistos no capítulo anterior, o capítulo 2 analisa a relação entre os limites do neoliberalismo a partir da crise de 2008 e os protestos que ocorreram em vários países do mundo.

O capítulo estudará, em específico, a Primavera Árabe e o *Occupy Wall Street*. A Primavera Árabe é considerada o estopim dos protestos e demonstra a insatisfação popular com fenômenos que podem ser percebidos como um resultado de uma manutenção do neoliberalismo ao longo do tempo. Altos índices de desemprego, trabalhos precários e subremunerados, a difícil vida nas cidades, dentre outros fatores que levaram os manifestantes a se rebelarem.

A Primavera Árabe também representou uma demanda por democracia, em particular uma democracia participativa, tendo em vista que os manifestantes expressaram nas ruas suas vontades e aplicavam deliberações por consenso e outras ações democratizantes. *Occupy Wall Street* também simbolizou a revolta contra símbolos do poder econômico internacional, em oposição às elites que acumulavam grandes fortunas e tinham grande peso na tomada de decisões, enquanto a população tinha que lidar com as consequências da crise econômica de 2008.

O capítulo 3 busca, especificamente, estudar o neoliberalismo progressista dos governos do Partido dos Trabalhadores no Brasil, em particular do período que vai de 2003 até o final do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, em 2014. Tal período representou, com algumas diferenças, a continuidade da lógica neoliberal que vinha sendo produzida

paulatinamente no Brasil desde redemocratização — realidade em que o neoliberalismo compõe a racionalidade dominante e molda a democracia e os diversos setores da existência humana, numa crescente comoditização dos serviços públicos, da política e da vida em geral.

No capítulo 4, estudam-se os protestos de junho de 2013 como representativos da insatisfação contra a degradação da vida promovida pelo neoliberalismo no Brasil e a consequente crise da democracia liberal no país. Verifica-se o pleito por uma democracia direta e participativa, em que os cidadãos consigam expressar suas demandas.

A diversidade de demandas e de grupos políticos e sociais envolvidos inspirou as manifestações vindouras no Brasil, tendo em conta a força com a qual Junho impactou o país. Um exemplo dessa importância é a necessidade de estudar Junho para compreender melhor a ascensão da extrema-direita no Brasil, a partir das análises dos grupos que pediam maior combate à corrupção, que eram avessos à classe política em geral, dentre outros fatores, que se tornaram mais visíveis a partir de 2013.

Por essas razões, Junho de 2013 é um fenômeno constantemente revisitado e interpretado, vez que seus significados são reveladores de uma série de questões que talvez não fossem evidenciadas sem um olhar mais atento.

2 CAPÍTULO 1: O NEOLIBERALISMO E A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL

2.1 Introdução

O neoliberalismo é um fenômeno complexo, não se limitando à ideia de uma simples política econômica associada a privatizações. Compreendê-lo de forma mais ampla é fundamental neste trabalho.

O presente capítulo objetiva analisar o neoliberalismo e seu papel na crise da democracia liberal. Para isso, no primeiro tópico, serão estudados os antecedentes do neoliberalismo, para facilitar a compreensão do surgimento do pensamento neoliberal. Discutir-se-á, em seguida, sobre seu histórico — como se desenvolveu até a crise econômica de 2008.

Tecer-se-ão, no terceiro tópico, apontamentos sobre o neoliberalismo em si, seus significados e entendimentos, com base em autores como Wendy Brown, Dardot e Laval, e outros. Far-se-á, no quarto item, uma análise da relação entre o neoliberalismo e a crise econômica de 2008. Por fim, o quinto tópico será dedicado ao estudo do neoliberalismo e a atual crise da democracia liberal — suas relações e implicações.

2.2 Antecedentes do neoliberalismo

A crise econômica de 1929 representou um importante marco para a história do capitalismo mundial: a desregulamentação dos mercados e a liberdade econômica mostraram seus limites. A quebra da bolsa de Nova Iorque foi o estopim para a recessão estadunidense, que tomou proporções internacionais. Nos EUA, aplicaram-se medidas anticíclicas, de forma a combater o ciclo recessivo que se havia formado e, para isso, o Estado atuou como gerador de demanda, e não como mero fiscalizador. Houve a ampliação do poder estatal em matéria econômica, no que Ifigenia Martínez chama de “revolução keynesiana” (MARTÍNEZ, 2007, p. 421).

As medidas anticíclicas, baseadas nas ideias de John Maynard Keynes, eram amparadas na estratégia de recuperação econômica por meio do aumento dos gastos públicos, a fim de estimular a economia pelo incentivo à geração de demanda efetiva. Para tanto, os EUA aplicaram planos de desenvolvimento regional no país, com fomento ao transporte e à irrigação (MARTÍNEZ, 2007, p. 421).

A recuperação da economia dos Estados Unidos ocasionou a formação daquilo que se chama de Estado de Bem-Estar social. O fortalecimento da economia por meio da elevação dos gastos públicos e da expansão do consumo promoveu a melhoria das condições de vida e a ampliação dos direitos sociais.

A Europa também foi fortemente atingida pela crise econômica eclodida nos EUA. Com a recuperação da economia, igualmente se desenvolveram Estados de Bem-Estar no Velho Continente. O Reino Unido, por exemplo, em 1942, implementou medidas em saúde e educação que foram, posteriormente, aplicadas por outros países europeus. Ademais, houve grande avanço em matéria de direitos trabalhistas (BIHR *apud* PREVITALI; FAGIANI, 2017, p. 79-80).

No período pós-Segunda Guerra Mundial, o Estado de Bem-Estar foi consolidando-se nos países desenvolvidos. Foram adotadas mudanças institucionais e transferências de recursos que possibilitaram um incremento do comércio, da renda e também do emprego, o que ocasionou o fortalecimento da classe média (MARTÍNEZ, 2007, p. 420).

Todo esse cenário gerou o predomínio da chamada socialdemocracia, em que subsiste um “compromisso de classes” levado adiante pelo Estado e primordialmente buscado pelos operários e trabalhadores de massa, num contexto taylorista-fordista. Essa plataforma era reformista, o que significava a não procura por transformações estruturais profundas (BIHR *apud* PREVITALI; FAGIANI, 2017, p. 80).

O Estado de Bem-Estar social, enquanto conciliação de classes, formou-se porque, em vez de buscarem uma revolução, os trabalhadores aceitaram melhorias em suas condições de vida e de trabalho, sem rupturas com o modo de produção capitalista. O modelo vigente, então, era o fordismo, o qual se fazia presente antes da crise de 1929 e perdurou até meados dos anos 70 do século XX. Desse modo, os trabalhadores aceitaram:

a separação entre concepção e execução do trabalho, a divisão das tarefas, o controle dos tempos e movimentos pela gerência, a fixação em um posto de trabalho, a subsunção à técnica, em troca da garantia de seus interesses de classe mais imediatos, relativos à sua seguridade social (PREVITALI; FAGIANI, 2017, p. 81).

Previtali e Fagiani (2017) entendem que o Estado de Bem-Estar social representou, na verdade, sob o fordismo, somente uma forma de manutenção do modo de produção capitalista. Para os autores, a luta de classes não cessou nesse momento, e sim somente se formou a já mencionada conciliação de classes (PREVITALI; FAGIANI, 2017).

O ápice do Estado de Bem-Estar Social deu-se nos anos 50 do século XX. Nesse momento, a reconstrução da produção, no pós-guerra, conseguiu ser atingida, ancorada em economias de escala e no emprego de força de trabalho especializada. Bem-sucedido durante certo tempo, esse modelo de produção e consumo foi mostrando seu desgaste nos anos 1970 (PREVITALI; FAGIANI, 2017, p. 82-83).

O modo de produção capitalista, segundo David Harvey (2005), ao se basear na lógica da acumulação, permanentemente se preocupa em criar infraestruturas sociais e físicas para realizar a circulação de capital, por meio de sistemas financeiros, educacionais, legais e da administração pública. Nesse contexto, as potências globais, após a 2ª Guerra Mundial, construíram um sistema de normas que objetivavam regular o capitalismo mundial. Com o escopo de promover estabilidade, o acordo de Bretton Woods foi firmado e estabeleceu a centralidade do dólar. Tal moeda teria um correspondente lastro em ouro, sendo que as demais moedas nela seriam baseadas, com câmbio fixo (HARVEY, 2005).

Criou-se, dessa feita, um sistema de instituições, dentre as quais figuram o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse sistema permitiu o amplo crescimento do capitalismo mundial. Todavia, posteriormente, houve a expansão dos chamados “eurodólares”, de forma a não haver lastro suficiente em ouro para a elevada demanda mundial por dólares (ARRIGHI, 1996). O então presidente dos EUA, Richard Nixon, em 1971, suspendeu a conversibilidade dólar-ouro, pondo fim ao sistema de Bretton Woods.

Maria da Conceição Tavares analisa a conseqüente crise monetária do início dos anos 70 e a provocada pelo choque do petróleo, as quais ocasionaram ajustes macroeconômicos nos países capitalistas. Segundo a autora, os Estados Unidos lidaram com forte desajuste em sua balança de pagamentos, junto com o desenvolvimento descontrolado do capital privado financeiro internacional, o que aprofundou a instabilidade do sistema global, transformou as políticas de ajuste macroeconômico em independentes, e gerou crises financeiras em vários países do centro e da periferia (TAVARES, 1996).

Os Estados de Bem-Estar, que vigoravam até então, tinham como objetivo integrar os assalariados politicamente por meio de “condições concretas da cidadania” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 381). No entanto, a mencionada crise econômica, de acordo com Vladimir Safatle, foi ocasionada porque a socialdemocracia não trouxe modificações substanciais ao regime de acumulação capitalista, considerando que o fordismo ainda estimulava o consumo em massa, dentre outras características (SAFATLE, 2017, p. 21).

O período também foi marcado pelos processos de descolonização, o que igualmente contribuiu para a crise, vez que as antigas metrópoles já não teriam mais os recursos que outrora retiravam de suas colônias e que utilizavam para manter o Estado de Bem-Estar Social⁴ (SAFATLE, 2017, p. 21).

Com a crise do fordismo, verificada a partir da crise econômica dos anos 70 do século XX, um novo modelo de acumulação capitalista surgiu. Em contraposição aos Estados de Bem-Estar Social de outrora, a redução do papel do Estado era um objetivo a ser alcançado, bem como a desregulamentação dos mercados.

A resposta à crise, nos anos 80, deu-se pela promoção do neoliberalismo, que favoreceu o que Maria da Conceição Tavares chama de “globalização financeira”. A crise foi gerida, dessa forma, com desregulamentação cambial e financeira, internacionalmente. Estabeleceu-se a “diplomacia do dólar”, que consiste no financiamento da dívida pública e externa estadunidense por outros Estados e na liberalização internacional dos fluxos de capital. Isso provocou o crescente fluxo internacional de capital desterritorializado, dificultando seu controle e possibilitando maior ambiente para novas crises (TAVARES, 2002).

Fundamental ressaltar que os países periféricos da América Latina foram integrados de maneira subalterna nessa ordem, sob a função de exportadores de matérias-primas e até de certos produtos industrializados. No Brasil, em especial, formou-se um “fordismo periférico”, marcado, por exemplo, por um sindicalismo não autônomo, vinculado ao Estado (PREVITALI; FAGIANI, 2017, p. 82).

2.3 Breve histórico do Neoliberalismo: antes da crise econômica de 2008

Recuando um pouco em termos históricos, o neoliberalismo tem suas bases construídas no liberalismo em si (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 37). O liberalismo clássico consiste na corrente teórica em que se formulou o pressuposto da liberdade do mercado, autorregulado pela Lei da Oferta e da Demanda, com premissas de liberdade de comércio, defesa da propriedade privada e outros elementos. Sempre houve, como em quase todo pensamento teórico, divergências entre pensadores. É mencionada, por exemplo, por Dardot e Laval, a oposição

⁴ Nancy Fraser refere-se ao “state-managed capitalism” ou capitalismo gerenciado pelo Estado, ao falar a respeito do capitalismo liderado pela intervenção do Estado, que possibilitou a formação de Estados de Bem-Estar social nos países europeus após a Segunda Guerra Mundial. Os cidadãos da Europa puderam aproveitar uma pujança econômica associada a direitos sociais e qualidade de vida.

entre os defensores da ideia de bem comum, por um reformismo social, e os partidários da defesa da liberdade individual como fim absoluto (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 37).

O neoliberalismo, segundo Laval e Dardot, não consiste necessariamente num herdeiro natural do liberalismo clássico, e tampouco corresponde a uma desvirtuação desse paradigma. O neoliberalismo tem suas origens sim no liberalismo inicial, porém foge dele, pois, diferentemente do primeiro liberalismo, o mundo neoliberal:

não se pergunta mais sobre que tipo de limite dar ao governo público, ao mercado (Adam Smith), aos direitos (John Locke) ou ao cálculo da utilidade (Jeremy Bentham), mas, sim, sobre como fazer do mercado tanto o princípio do governo dos homens como o do governo de si (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 34).

Hayek (1899-1992), segundo Wendy Brown, é um dos autores que lançaram as bases teóricas do neoliberalismo. Brown ensina que a fórmula do neoliberalismo inclui dois aspectos principais: um parâmetro moral⁵ e a liberdade dos mercados. O neoliberalismo de Hayek, então, seria um projeto político e moral que tinha como escopo manter hierarquias por meio da negação do social e limitando o alcance do poder político democrático nos Estados. Isso tudo, como desdobramento, provocaria a formação de um Estado despolidizado (BROWN, 2019), sobre o qual se discutirá mais adiante.

O neoliberalismo foi construído de forma “experimental” no Chile por Pinochet, com amparo dos chamados “Chicago Boys⁶” — estudiosos que fizeram a formulação teórica desse projeto. Nos anos 80, o pensamento neoliberal foi expandindo sua influência pelo mundo, com o então presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, e a Primeira-Ministra do Reino Unido, Margareth Thatcher. Os objetivos neoliberais foram então sendo cristalizados de forma a, ainda que com variações, manterem-se até os dias atuais.

Dardot e Laval estudam o neoliberalismo em dois períodos: um “militante” e outro “gestionário”. Entende-se por período “militante” do neoliberalismo aquele conduzido por Thatcher e Reagan, pois era baseado num fundamento ideológico. Posteriormente, o período

⁵ Wendy Brown considerava o neoliberalismo como “amoral” e incompatível com o neoconservadorismo (BROWN *apud* DARDOT; LAVAL, 2016, p. 388). No entanto, a autora, em seu livro *In the ruins of neoliberalism*, de 2019, modifica essa percepção, ao verificar que o neoliberalismo se impõe como padrão moral (BROWN, 2019). Dardot e Laval, inclusive, já vislumbravam a convergência entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo ao verificar que aquele estabelece que “a forma-empresa é a ‘forma celular’ de moralização do indivíduo trabalhador, do mesmo modo que a família é a “forma celular” da moralização da criança” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 388).

⁶ Os “Chicago Boys” consistiram num grupo de jovens economistas que estudaram na Universidade de Chicago e contribuíram para a produção do neoliberalismo no Chile.

chamado de “gestionário” consiste na busca de uma “‘boa governança’, ‘boas práticas’ e ‘adaptação à globalização’” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 242-243). Essa segunda etapa representou uma “vitória ideológica do neoliberalismo”, uma vez que se estabeleceu como uma verdade independentemente do espectro político. Nos anos 90, políticos como o então primeiro-ministro do Reino Unido, Tony Blair, levaram adiante o estímulo da concorrência e limitaram as políticas redistributivas a meras políticas de combate à pobreza. Os governos ditos progressistas passaram a adotar práticas neoliberais, o que ajudou a aprofundar essa racionalidade (DARDOT; LAVAL, 2016).

É importante a análise de Nancy Fraser a respeito do que ela chama de “neoliberalismo progressista”. É comum que se faça uma associação entre a política neoliberal e os partidos tradicionais de direita. No entanto, Fraser identifica que governos considerados progressistas perpetuaram essa forma de acumulação capitalista (FRASER, 2018).

A chamada “onda rosa” dos anos 1990, que simbolizou o retorno de governos de orientação de esquerda em países do centro, como França e Reino Unido, não trouxe mudanças significativas no neoliberalismo já existente, conforme afirma Safatle. Houve, na verdade, uma mescla de ideias progressistas com as práticas neoliberais já consolidadas (SAFATLE, 2017, p. 28).

Fraser indica que governos progressistas — a exemplo de Bill Clinton, nos EUA — tomaram medidas que originaram um reconhecimento igualitário e emancipatório de direitos somente de forma superficial. Não há mudanças significativas nas hierarquias promovidas pelo modo de produção capitalista. Há, na verdade, o predomínio do mercado financeiro desregulamentado. Com isso:

A redução da igualdade à meritocracia foi especialmente fatídica. O programa neoliberal progressista para atingir uma ordem de status justa não visava a abolir a hierarquia social, mas “diversificá-la”, “empoderando” mulheres “talentosas”, pessoas de cor e minorias sexuais para que chegassem ao topo. E esse ideal era inerentemente específico a cada classe: voltado para garantir que indivíduos “merecedores” de “grupos sub-representados” poderiam atingir posições de prestígio e poder aquisitivo igual aos dos homens brancos heterossexuais de sua própria classe. [...] Focado em “afirmar-se” e “quebrar o teto de vidro”, seus principais beneficiários só poderiam ser os que já possuíam o necessário capital social, cultural e econômico. Todos os outros seriam mantidos no andar de baixo (FRASER, 2018, p. 47).

Todo esse processo restringiu cada vez mais a atuação dos Estados nacionais. Separadamente, já não conseguiriam mais responder de forma suficiente a crises econômicas.

Submete-se o Estado, inevitavelmente, às flutuações internacionais, reduzindo seu poder. A desregulamentação dos mercados ocasionaria, mais à frente, uma crise de enormes proporções, em 2008. Nos Estados Unidos, a crise financeira iniciada no mercado imobiliário expandiu-se de forma a atingir a economia como um todo daquele país, e, após, proporções mundiais. A crise mostrou-se resultado do modelo capitalista neoliberal adotado naquele momento, em que havia primazia do mercado financeiro desregulamentado.

2.4 O neoliberalismo em si

O conceito de neoliberalismo, em si, é motivo de divergências acadêmicas, conforme destaca Wendy Brown. Para a autora, especificamente, pode significar uma política econômica, uma modalidade de governança ou uma formulação normativa (BROWN, 2015). Brown adota uma combinação dos pensamentos neomarxistas e foucaultianos a respeito do tema. Os neomarxistas dão um enfoque maior a aspectos materiais e institucionais, enquanto os foucaultianos enfatizam a formação de uma racionalidade neoliberal e da visão subjetiva do ser humano como um capital humano (BROWN, 2019). Dessa forma, a abordagem do tema fica mais aprofundada, já que o fenômeno do neoliberalismo é, por si, complexo, não consistindo somente em fenômenos materiais ou subjetivos de forma isolada.

Brown explica que o neoliberalismo como política econômica tem sua análise focada nos fatores econômicos, cujos resultados podem ser o aumento da desigualdade, a queda nas provisões do Estado social, a desindustrialização, dentre outros fatores (BROWN, 2019, p. 182). Como racionalidade política, o neoliberalismo pode ser entendido como uma onipresença dos mercados em combinação com o *homo oeconomicus*, que consiste no indivíduo empreendedor, responsável por seu próprio destino, numa lógica de empresa. Outrossim, a autora observa a perpetuação dos privilégios da branquitude e do Primeiro Mundo na cultura nacional e na moralidade tradicional; estímulo aos valores da família e liberdade (BROWN, 2019, p. 182). A autora também entende que o neoliberalismo produziu resultados independentes de seus objetivos iniciais.

Dardot e Laval conceituam o neoliberalismo “como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”. Os autores não entendem “governo” de forma restritiva, como instituição, mas sim como atividade, pela qual se governam os outros seres humanos — ou até um ser humano consigo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

É possível verificar que o neoliberalismo não se limita a um modelo econômico. Ele está, na verdade, presente nas mais variadas esferas da vida: no trabalho, nas escolas, nos relacionamentos interpessoais. Pensadores como Wendy Brown, Dardot e Laval fazem uma análise da existência de uma racionalidade neoliberal.

Dardot e Laval empregam o conceito de racionalidade de Michel Foucault. Para os autores, então, uma racionalidade é responsável por promover a organização e formar a estrutura tanto da atuação dos governantes quanto do comportamento dos indivíduos. A racionalidade política, então, diz respeito ao governo. Dessa maneira, a racionalidade neoliberal transformou a governamentalidade em dois aspectos: o “governo dos outros” e o “governo de si”. Este último consiste em aplicação e objetivo daquele. Com isso, forma-se o “sujeito neoliberal” ou “neossujeito” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 395).

De acordo com Dardot e Laval, o neoliberalismo baseia-se não na troca, mas sim na concorrência. O Estado deve garantir essa ordem, estando ele próprio submetido à lógica concorrencial. É tão generalizada a promoção da concorrência que ela alcança os indivíduos, moldando-os como empreendedores de si. Portanto, os agentes econômicos, o “Estado-empresa” e o “indivíduo-empresa” agem em concorrência, alcançando todos os lugares da existência humana (DARDOT; LAVAL, 2016).

O neoliberalismo, portanto, apresenta-se com uma coerência prática e normativa, vez que o paradigma de mercado se torna o paradigma normativo generalizado, tanto no Estado, quanto nas subjetividades e outras áreas da vida (DARDOT; LAVAL, 2016).

O neoliberalismo apropriou-se de ideias que surgiram inicialmente como críticas à rigidez do trabalho no capitalismo de Estado. Como exemplo, ideias defendidas nos protestos de maio de 68, tais como a promoção da flexibilidade e da inovação, em resposta ao modelo fordista de acumulação, foram apropriadas e modificadas pela lógica neoliberal. O resultado foi a transformação dessas ideias no padrão moral que impõe ao indivíduo responsabilidade total de seu destino. O agir e o pensar passaram a ser fundamentados em bases empresariais, de gestão e risco (SAFATLE, 2017).

Ao menos nos Estados Unidos, o fomento do neoliberalismo promoveu graves consequências à população. Dentre elas, está o incremento da desindustrialização, o aumento de empregos precarizados, redução de salários, ampliação das dívidas e queda no padrão de vida dos estadunidenses. Uma das respostas deu-se pelo movimento *Occupy Wall Street*, que questionava o *status quo* de forma inovadora e autonomista. Os protestos, no entanto, foram superados por Obama, que conseguiu sua reeleição (FRASER, 2018).

Apesar dos levantes, as condições de vida da população não mudaram significativamente, o que levou à crescente insatisfação com a classe política. Nancy Fraser ressalta que grande parte dos trabalhadores já não se sentia representada pelos políticos tradicionais do Partido Democrata ou do Partido Republicano. Isso tornou possível, mais à frente, a eleição de um *outsider*, que trazia esperanças de mudanças para pessoas que se sentiam sub-representadas: o empresário Donald Trump (FRASER, 2018).

Wendy Brown aponta mudanças espaciais que foram provocadas pelo neoliberalismo. A primeira seria o “horizonte perdido do Estado-nação”⁷, pois o Estado foi invadido por imigrantes e pela internet, e há transformações na porosidade das fronteiras, o que promove severas transformações nas condições de vida. A segunda mudança diz respeito à destruição do social, ao dissolvê-lo em uma ordem de mercado e em uma ordem familiar. Com isso, o bem comum proposto pela democracia, segundo Brown, desaparece (BROWN, 2019).

Brown ressalta que a ascensão do digital provocou uma socialidade desterritorializada e desdemocratizada. Nessa nova realidade, fica difícil promover a divisão de poder igualmente. A terceira mudança espacial, por fim, consiste na ascensão do capital financeiro e na sua respectiva modalidade de valor. O poder passa a ser exercido num mundo dominado por empresas transnacionais e por cadeias globais de valor (BROWN, 2019).

2.5 A crise econômica de 2008: limites do neoliberalismo

O ano de 2008 é um marco na história mundial, seja em termos políticos ou em termos econômicos. Nos Estados Unidos, a crise financeira iniciada no mercado imobiliário expandiu-se de forma a transformar-se numa crise de proporções mundiais. Essa crise marcou por ser resultado do modelo capitalista adotado naquele momento, em que havia primazia do mercado financeiro desregulamentado.

Nancy Fraser compara dois momentos de crise no capitalismo. A crise que ela considera do “capitalismo gerido pelo Estado”⁸ é a ocorrida nos anos 70 do século XX, na qual haveria preponderantemente uma crise política, com sinais de disfunções econômicas do sistema pós-Segunda Guerra Mundial. No entanto, a crise política verificada por ela atualmente está lado a lado com a crise econômica. Enquanto Habermas falava em “deslocamento” na crise anterior, há uma “metástase” na crise atual, de acordo com Fraser (FRASER, 2015, p. 187).

⁷ Original: “Lost horizon of the nation-state” (BROWN, 2019, p. 183).

⁸ Fraser refere-se a um “state-managed capitalism” (FRASER, 2015, p. 157).

A crise nos EUA começou devido à disponibilidade abundante de crédito fácil, o *subprime*, ainda que os contraentes não tivessem demonstrado condições de pagá-lo. Nesse processo, imóveis eram fornecidos como garantia aos credores. Surgiram, então, os chamados CDOs, que eram títulos vendidos no mundo inteiro, sendo que os investidores recebiam valores quando as dívidas dos empréstimos mencionados eram pagas. Entretanto, considerando que os devedores não conseguiam pagar seus débitos, os preços dos imóveis subiram além da realidade, o que gerou a explosão da “bolha” imobiliária. Com isso, explodiu a crise no mercado financeiro, cujo grande marco foi a falência do Lehman Brothers.

A crise não se restringiu, todavia, ao mercado financeiro. O efeito cascata atingiu os países capitalistas como um todo, principalmente os desenvolvidos, provocando desemprego e falência de empresas, o que gerou um ciclo recessivo que se aprofundava cada vez mais. A crise econômica alcançou de forma mais reduzida os países em desenvolvimento, enquanto afundou a Europa na recessão. No Velho Continente, foram aplicadas medidas de austeridade que penalizaram fortemente a população, tais como redução de gastos públicos, privatizações, desmanche de direitos dos trabalhadores, dentre outros.

O governo dos Estados Unidos, naquele momento, não promoveu alterações estruturais no neoliberalismo então vigente, embora tenha ficado evidente que a liberalização excessiva dos mercados havia ocasionado a crise econômica. O então presidente dos EUA, Barack Obama, promoveu somente a “recuperação” da economia, com a elevação da despesa pública, em detrimento de uma necessária reforma estrutural. Isso levou o Estado a gastar somas exorbitantes para salvar bancos e a abandonar os cidadãos estadunidenses que foram vítimas de execuções hipotecárias de suas casas (FRASER, 2018, p. 51).

Dardot e Laval analisam que, com a crise de 2008, ocorre uma “crise na governamentalidade neoliberal”. Isso implica não no fim do neoliberalismo, mas sim se trata de uma nova fase neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016).

O fim da Guerra Fria havia retirado o socialismo como alternativa possível ao capitalismo, o que possibilitou o fortalecimento deste modo de produção, em especial a consolidação da desregulamentação dos mercados. No contexto de 2008, as medidas de austeridade adotadas para lidar com a recessão penalizaram diretamente a população dos países que as implementaram, a exemplo daqueles da Europa, o que reforçou sentimentos de desigualdade e insegurança. Acontece, segundo Wanderley Guilherme dos Santos, a substituição da busca do bem-estar social pela obsessão da acumulação capitalista (SANTOS, W., 2017, p. 60).

A chamada “onda rosa”, conforme visto acima, não significou um rompimento com o padrão neoliberal. Vladimir Safatle afirma, em particular, que a esquerda na Europa exerceu importante papel ao reconhecer minorias como população LGBT, mulheres, negros e outros. Porém, ao mesmo tempo, políticas econômicas de austeridade penalizaram a população. A esquerda, dessa feita, abandonou a pretensão de revolução ou até mesmo de reforma econômica, ao focar em pautas de reconhecimento e de autoexpressão. Com isso, há a impossibilidade de encontrar agendas que unam os diversos sujeitos políticos. Há apenas alterações pontuais em demandas específicas, sem mudanças estruturais significativas (SAFATLE, 2017).

Nancy Fraser emprega as ideias de hegemonia de Gramsci⁹ para analisar o que considera como uma crise geral atualmente¹⁰. A autora entende que o neoliberalismo progressista era detentor da hegemonia por duas décadas, porém grande parte da população já não se identificava com as propostas do respectivo grupo político. Diante disso, surge uma lacuna hegemônica, que poderia ser preenchida por uma nova hegemonia. Tal lacuna ainda existe, apesar de ter chegado ao poder o presidente Trump e seu “neoliberalismo hiper-reacionário”, já que o consenso neoliberal persiste (FRASER, 2018).

Wendy Brown defende que, sob o neoliberalismo, a democracia ocidental passou a ser pautada, em seu conteúdo e significado, por valores de mercado. O neoliberalismo, assim, passou a atacar os princípios, culturas, práticas e instituições da democracia (BROWN, 2015). Um aspecto economicista passou a dominar as mais variadas discussões que perpassam pela vida e cotidiano das pessoas.

Percebe-se que o neoliberalismo, desde os anos 80, tem constituído a tônica do capitalismo mundial. Ainda que grupos políticos apareçam com intenções de romper com alguns de seus pressupostos, a prática demonstra-se muito mais dificultosa do que o discurso. O aprofundamento das políticas de austeridade que penalizavam os cidadãos, enquanto as elites do capitalismo financeiro permaneciam com lucros exorbitantes, intensificaram a insatisfação da população em relação à política tradicional. Isso tudo contribuiu para que, ao redor do mundo, milhares de pessoas ocupassem espaços públicos com a finalidade de protestar contra o *status quo*. Surgem inquietações a respeito da existência de uma crise democrática, conforme será visto a seguir.

⁹ Para isso, Fraser explica: a hegemonia representa a classe dominante no momento, que estabelece o senso comum que torna natural sua dominação; e o bloco histórico é o conjunto estrutural que torna essa hegemonia possível.

¹⁰ A crise, de acordo com a autora, é multifacetada e abarca aspectos econômicos, ambientais e sociais (FRASER, 2018, p. 44).

2.6 O neoliberalismo e a crise da democracia liberal

As últimas décadas do século XX representaram grandes transformações políticas e econômicas no mundo. Além de se vivenciar a crise do fordismo, a URSS caminhou para sua dissolução, consolidando-se os EUA como a potência mundial. Yascha Mounk ressalta que, com o fim da União Soviética, a democracia passou a ser vista como a forma de governo dominante no mundo (MOUNK, 2018).

Na bipolaridade protagonizada por Estados Unidos e União Soviética, os modelos políticos e econômicos dos dois países formavam paradigmas antagônicos a serem emulados. Há autores que entendem que o fim da bipolaridade representou, de certa forma, o triunfo da democracia liberal, com a vitória da forma de governo adotada pela potência estadunidense e por seus pares ocidentais. Nessas condições, tem-se como exemplo Francis Fukuyama, o qual afirmava, em seu livro *O fim da história*, que o modelo democrático liberal ocidental prevaleceria como a forma final de governo da humanidade (MOUNK, 2018, p. 9).

Diante disso, verificou-se, na prática, uma expansão democrática. Diversos países caminharam para um processo de fortalecimento democrático, ou passaram por uma transição para esse modelo. Mesmo os países surgidos com a dissolução da URSS procuraram adequar-se a esse regime. Na América Latina, vários países saíram de ditaduras militares para uma redemocratização (MOUNK, 2018).

Manuel Castells sustenta que o modelo de democracia liberal vinha consolidando-se nos últimos dois séculos (CASTELLS, 2018). Para Vladimir Safatle, no entanto, a democracia liberal é uma formulação recente, que data do fim da Segunda Guerra Mundial, de forma a organizar o mundo entre derrotados e vitoriosos com o fim da beligerância. Nesse cenário, mesmo os partidos socialistas europeus obedeciam ao “horizonte institucional liberal”, havendo redução significativa da procura por mudanças institucionais mais profundas (SAFATLE, 2017, p. 20).

O neoliberalismo, conforme explica Vázquez-Arroyo, para consolidar-se mundialmente, teve como seu alicerce a democracia liberal e suas respectivas práticas e princípios, com forte concretização inicial nos EUA. Dessa forma, de acordo com Vázquez-Arroyo, neoliberalismo e democracia liberal constituem uma dupla que estabeleceu como paradigmas os conceitos de “mercado global” e “mundo livre”, como ponto de vista contrastante ao socialismo (VÁZQUEZ-ARROYO, 2008, p. 127-128), num contexto inicial ainda da bipolaridade dos anos 1980.

A relação entre neoliberalismo e democracia liberal, no entanto, tem-se mostrado paradoxal, porquanto se pode considerar que aquele, apesar de ter esta como base, tem constituído um dos próprios motivos para uma possível corrosão democrática. A existência de uma crise da democracia não é unânime e, por esse motivo, é importante tecer algumas considerações sobre aqueles que defendem a inexistência de uma crise democrática.

2.6.1 *Interpretações sobre a inexistência de uma crise na democracia liberal*

Há autores que refutam a possibilidade de existência de uma crise da democracia liberal. Wolfgang Merkel, por exemplo, afirma que atualmente não há uma crise democrática e considera que existe, na verdade, uma certa erosão da democracia, porém insuficiente para se considerar como uma crise (MERKEL, 2014). Segundo o autor, democracias “bem-estabelecidas”¹¹ não estariam em crise nem aguda e nem latente (MERKEL, 2014, p. 23).

Beek, Fuchs e Klingemann igualmente defendem que não há uma “recessão democrática global” ou um retrocesso democrático, ao menos para “democracias consolidadas”, tais como Estados Unidos ou países europeus como França e Alemanha. Os autores reconhecem que há um estremecimento, porém não o entendem como uma crise. Citam o Chile como exemplo de um país do Sul Global sem crise democrática, considerando que, embora os índices de confiança nas instituições governamentais estivessem reduzidos, os índices de pessoas que apoiavam a democracia haviam crescido (BEEK; FUCHS; KLINGEMANN, 2019, p. 321-335).

Esse pensamento dos autores não se sustenta, principalmente diante dos protestos ocorridos no Chile no ano de 2019. O Chile é, com frequência, estereotipado como um sucesso do neoliberalismo. No entanto, a confiança dos cidadãos nos governos já era cada vez mais reduzida, havendo uma crise democrática latente. As pessoas, de fato, apoiam a democracia, mas percebe-se que há uma insatisfação específica com a democracia sob o neoliberalismo.

O mal-estar no Chile, na verdade, já podia ser verificado no fim dos anos 90, devido à difícil situação socioeconômica da maior parte da população, de modo a aumentar as tensões

¹¹ Durante a pesquisa, foi possível observar, algumas vezes, o emprego das expressões “democracias bem-estabelecidas” ou “democracias consolidadas”. Yascha Mounk, por exemplo, fala na Alemanha e Estados Unidos como democracias consolidadas (MOUNK, 2018, p. 80). O autor, no entanto, aborda também a problemática do uso do termo, pois pode ser que uma democracia considerada “consolidada” possa ser entendida como um imutável amálgama entre democracia e liberalismo, sendo que, na verdade, tem passado por um processo de “desconsolidação”. O autor fala também que as democracias consolidadas seriam assim entendidas porque teriam uma cultura política mais arraigada e instituições mais firmes. No entanto, ele entende que, na verdade, são democracias “supostamente consolidadas”, já que hoje passam por grande questionamento mesmo que tenham todo esse arcabouço institucional e político (MOUNK, 2018, p. 257).

sociais (DÍAZ-ROMERO; RODRÍGUEZ; VARAS, 2020, p. 7-14). Ressalta-se o papel do modelo capitalista neoliberal no aprofundamento das desigualdades socioeconômicas, vez que tal modelo econômico e normativo da ditadura de Pinochet foi, na verdade, intensificado na democracia (VARAS, 2020, p. 18). Nos protestos de 2019, lutou-se contra a assimetria de poder existente na sociedade chilena, diante de uma constituição considerada ilegítima, que remonta à ditadura de Pinochet e que contribui para a manutenção das desigualdades (VARAS, 2020, p. 38), mesmo com a vigência de uma democracia.

Steven Levitsky e Lucan Way também refutam a ideia de que haveria uma recessão democrática global. Para eles, muitos estudiosos tiveram um otimismo excessivo (e até teleológico) de que o período pós-Guerra Fria levaria a uma ampla democratização mundial com a chamada terceira onda (1974-1984)¹². Diante disso, alguns analistas generalizariam a situação da derrocada de regimes autoritários no mencionado período histórico, porque, na prática, tal queda não teria gerado necessariamente regimes democráticos (LEVITSKY; WAY, 2015).

Além dessa visão, Levitsky e Way consideram errônea a expectativa daqueles que viam algumas aberturas em regimes autoritários como uma espécie de caminho para a democracia. Os autores entendem que essas percepções foram excessivamente otimistas. Para eles: “a queda do muro de Berlim e o colapso da União Soviética geraram uma percepção generalizada que a democracia liberal era a única saída” (LEVITSKY, WAY, 2015, p. 6)¹³.

O critério para considerar alguns Estados como democráticos teria sido, dessa feita, caracterizado por parâmetros insuficientes. Muitas aberturas em países autoritários foram causadas, para Levitsky e Way, não exatamente por pressão internacional, e sim por outros problemas internos, que demandaram uma certa flexibilização de regime, sendo as crises fiscais um exemplo. Dessa maneira, diversas “novas democracias” teriam sido “facilmente revertidas” (LEVITSKY, WAY, 2015).

Steven Levitsky, no livro *Como as democracias morrem*¹⁴, escrito junto com o autor Daniel Ziblatt, mantém o entendimento de que não há uma crise global da democracia. Apesar disso, Levitsky e Ziblatt passam a reconhecer que há uma crise da democracia instaurada especificamente nos EUA a partir da eleição de Donald Trump em 2016 (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p. 163).

¹² Sobre as chamadas “ondas de democratização”, pode-se consultar Larry Diamond (DIAMOND, 2008, p. 141).

¹³ Original: “The fall of the Berlin Wall and the collapse of the Soviet Union generated a widespread perception that liberal democracy was the “only game in town”.

¹⁴ Original: “How democracies die”.

Embora diversos países não tenham adotado plenamente a democracia liberal, como afirmam Levitsky e Way (2015), esta, enquanto fator normativo ou ideia, encontra-se em crise, mesmo nas consideradas “democracias consolidadas”, como os EUA e países europeus. Os questionamentos ao modelo democrático constituem um dos indicativos de que há uma crise democrática ao redor do globo, principalmente considerando a grande influência que os Estados Unidos exercem no mundo, tanto em termos de discurso quanto na prática.

Levistky e Ziblatt afirmam que “a vasta maioria das democracias do mundo — desde Argentina, Brasil, Chile, e Peru a Grécia, Espanha, República Checa, e Romênia a Gana, Índia, Coreia do Sul, e África do Sul — mantêm-se intactas¹⁵” (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p. 164). Entretanto, Levistky e Ziblatt entendem que o governo Trump pode sim representar um desafio para a democracia global. E mais: reconhecem que, mesmo que não considerassem a existência de uma crise democrática global antes de 2016, a atual crise na União Europeia, a ascensão da China e o crescimento da Rússia representariam fatores que facilitariam sim o surgimento de uma recessão na democracia (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p. 164).

O pensamento de Levitsky e Ziblatt é, de certa forma, contraditório. O reconhecimento da possibilidade futura de uma recessão democrática global reforça a ideia de que os autores consideram uma atual existência de fatores que contribuam para esse resultado. A eleição de Donald Trump, como os próprios pensadores afirmam, foi resultado de um período anterior de acirramento ideológico e de polarização política, que já poderia ser entendido como uma crise, em um contexto de perpetuação do modelo econômico e normativo neoliberal.

A população estadunidense já se mostrava favorável ao rompimento do *establishment* representado por Hilary Clinton, concorrente de Donald Trump nas eleições de 2016, ainda que este pudesse ter alguns arroubos autoritários. Bastaram que alguns meses ou anos se passassem para se verificar que existiam sim crises latentes ao redor do mundo, a ponto de explodirem, como foi o caso da democracia liberal chilena. Bastava um olhar mais atento para explicitar que as crises já estavam lá.

No caso do Brasil, por exemplo, a insatisfação das populações com a democracia já vinha sendo apontada desde os protestos de junho de 2013, desembocando na eleição presidencial de 2018. Tal eleição demonstrou como a polarização política já existia no Brasil há anos e resultou na escolha de um presidente que, com frequência, ataca as instituições

¹⁵ Original: “The vast majority of the world’s democracies—from Argentina, Brazil, Chile, and Peru to Greece, Spain, the Czech Republic, and Romania to Ghana, India, South Korea, and South Africa—remain intact”. Preferiu-se reproduzir *ipsis litteris* a palavra “intactas”, originalmente empregada pelos autores, porém cabe sublinhar que é exagerado falar em democracia “intacta”, já que nenhuma democracia no mundo é uma reprodução perfeita de modelos democráticos ideais.

democráticas, assim como Donald Trump. Dessa forma, em 2018 já não era mais patente afirmar que a democracia brasileira permanecia inalterada.

Outro exemplo é o Chile, conforme foi discutido. Visto como exemplo de democracia bem-sucedida, sob os parâmetros neoliberais, a população do país vinha acumulando descontentamentos até estourarem manifestações de grandes proporções no país em 2019.

A democracia é percebida como algo desejável pelo povo, já que as ondas de protestos demonstram a vontade de participação ativa dos cidadãos. Demonstra-se o desejo por mais democracia. O próprio pedido de mais participação comprova que não é possível manter o modelo democrático limitado da democracia liberal-representativa sob o neoliberalismo, vez que as demandas populares vão além de suas premissas. Por si, essas demandas comprovam que a crise da democracia liberal vai além de uma simples “corrosão”.

2.6.2 O papel do neoliberalismo na atual crise da democracia liberal: uma relação paradoxal

A percepção de que há uma crise da democracia liberal é vislumbrada por autores de diversas matizes teóricas. Yascha Mounk, por exemplo, que apresenta um pensamento afim ao liberalismo, aponta indícios da existência dessa crise. Dentre outras noções, o autor verifica que as pessoas se têm incomodado pela forma como se dá a representação política dos governantes eleitos, principalmente na era da internet e das redes sociais, como *Twitter* e *Facebook*. A população tem a percepção de que uma conformação política em que o povo realmente comandasse não geraria a forma representativa atual, ainda mais num período em que o grande público tem poder de decisão direta para escolher vencedores em reality shows, como *American Idol* ou *Big Brother*. (MOUNK, 2018).

Além disso, para Mounk, a elite política tem-se isolado cada vez mais das intenções populares, escondendo-se, muitas vezes, atrás da burocracia, sem firmar conexões fortes com comunidades locais. Assim, ao olhar os políticos, a população não se reconhece, mesmo que eles tenham sido eleitos pelo voto popular (MOUNK, 2018).

Outros pensadores, conforme será visto a seguir, concordam com a existência dos fatores apontados por Mounk. No entanto, esses autores trazem análises mais profundas sobre as origens do incômodo da população com a representação política atual, bem assim sobre a perpetuação da pouca margem de participação política dos cidadãos. Assim, não somente são

apresentados os sintomas da crise, como também o que os provocou — especialmente o papel do neoliberalismo nesse processo.

A democracia liberal, segundo Vladimir Safatle, consiste em um modelo de conciliação entre diferentes concepções políticas, de esquerda e de direita, em torno de um mínimo de direitos a serem garantidos. Para ele, a construção dos Estados de Bem-Estar Social adveio do referido esforço, que, entretanto, por ser uma forma de compromisso entre interesses conflitantes, duraria pouco (SAFATLE, 2017). Percebe-se atualmente a fragilidade do aparente consenso entre as diferentes visões de mundo, porquanto não se tornou possível representar plenamente os interesses distintos dos cidadãos.

A democracia liberal foi estruturando-se na construção dos Estados de Bem-Estar Social, após a Segunda Guerra Mundial. A expansão dos direitos sociais era, no entanto, frágil, considerando os diversos interesses envolvidos. Nesse diapasão, o próprio arcabouço institucional da democracia liberal possibilitou a construção da lógica neoliberal.

Por certo tempo, segundo Safatle, defendeu-se a ideia de que o modelo de Estado de Bem-Estar Social seria perfeito e que poderia compatibilizar interesses no modo de produção capitalista. No entanto, conforme avalia o autor, há certo tempo já era possível visualizar insatisfações com o *status quo*, a exemplo das manifestações estudantis de maio de 1968 (SAFATLE, 2017, p. 25). Essa insatisfação, mais à frente na história, novamente seria verificada, porém em outro modelo econômico vigente — o neoliberalismo.

Isso posto, verifica-se que os protestos que tomaram países europeus, os Estados Unidos e também o Brasil, dentre outros, eram indicativos da crise no modelo de democracia liberal. Para Manuel Castells, há uma forte ruptura na relação entre governantes e governados que ultrapassa as delimitações de espectro ideológico — esquerda ou direita. É uma crise no nível da representação política, na qual os indivíduos que protestam repetem que os governantes não os representam (CASTELLS, 2018, p. 6).

Manuel Castells, nesse sentido, percebe a crise econômica de 2008-2010 como um ponto importante para a crise da democracia liberal, assim como analisa o papel do neoliberalismo nessa questão. O modelo neoliberal promoveu a desregulamentação dos mercados e acentuou a dissociação entre Estado e nação. Castells pondera sobre a falácia da ideologia neoliberal, pois há a defesa da não intervenção do Estado na economia e, no entanto, grandes corporações foram salvas pelo governo estadunidense, no caso daquelas empresas

consideradas “grandes demais para falir”¹⁶. O autor atribui à crise econômica a raiz da crise da legitimidade política (CASTELLS, 2018).

Em convergência, de acordo com Boaventura de Sousa Santos e José Manuel Mendes:

A crise financeira mundial de 2007–2008 revelou com toda a crueza a agressividade do capitalismo na sua lógica de apropriação/violência (em termos marxistas, a acumulação primitiva), tanto no centro como na periferia do sistema mundial (ainda que com efeitos quantitativa e qualitativamente muito diferentes), pondo a nu a ficção em que assenta a suposta universalidade dos conceitos associados à democracia liberal: cidadania, sociedade civil, direitos, contrato social (SANTOS, B.; MENDES, 2018, p. 11).

Os autores analisam formas de democracia diversas do modelo liberal consagrado pelos países do Norte Global. Os autores entendem que esse modelo é “capitalista, colonialista e patriarcal” e impossibilita que vários grupos sociais tenham uma vivência numa “democracia real” (SANTOS, B.; MENDES, 2018, p. 11). O questionamento feito pelos autores reside na possibilidade de existência de formas participativas de democracia, que se distanciem da vertente liberal que consagra o neoliberalismo. Um exemplo é a democracia prática levada adiante por comunidades indígenas¹⁷.

Boaventura de Sousa Santos e José Manuel Mendes demonstram a possibilidade de os países do Norte Global, atualmente, aprenderem com as experiências do Sul Global¹⁸. Os pensamentos europeus a respeito de democracia impuseram-se ao longo do tempo ao redor do mundo. Entretanto, a crise de 2008 e os protestos subsequentes demonstraram, de acordo com os autores, que houve uma passagem de Estados “consolidados” para Estados “baseados na dívida pública e privada” (SANTOS, B.; MENDES, 2018, p. 11). A democracia nesses países ficou prejudicada devido à primazia do capitalismo acima dos direitos das pessoas. A formulação liberal de democracia, promovida pelos países centrais, acaba sendo suprimida por esses próprios países, em privilégio da financeirização econômica onipresente.

Na Europa, o modelo econômico adotado levou à aplicação de medidas de austeridade. De acordo com Castells, exigia-se a compreensão da população para lidar com a austeridade, a fim de se recuperar da crise econômica. Entretanto, não se via por parte da classe política um

¹⁶ Em inglês, “Too big to fail”.

¹⁷ Sobre a resistência ao neoliberalismo, Nancy Fraser verifica a existência de muitos grupos no Sul Global. A autora cita o exemplo de países que adotaram a inclusão dos povos indígenas e outros grupos tradicionalmente marginalizados nas decisões políticas (FRASER, 2014).

¹⁸ Os autores tratam das epistemologias do Norte e das epistemologias do Sul, não como espaços localizáveis geograficamente, mas sim pensamentos que se consagraram nas regiões Norte ou Sul do globo, respectivamente, e que poderiam ser reproduzidos e perpetuados em qualquer espaço do mundo.

empenho para favorecer o povo e, principalmente, escândalos de corrupção iam surgindo — a exemplo da Espanha —, o que reforçava a maior desconfiança popular (CASTELLS, 2018).

Castells ressalta que não se trata de uma rejeição à democracia em si. Trata-se, na verdade, de uma rejeição ao próprio modelo liberal de democracia (CASTELLS, 2018). Nas ondas de protestos iniciadas a partir da crise econômica de 2008, uma das pautas principais é a demanda por maior participação política da população. Procura-se, assim, uma democracia em que o povo esteja mais presente na tomada de decisões, vez que há um sentimento generalizado de sub-representação. Para o autor, a crise da democracia liberal é a “mãe de todas as crises” (CASTELLS, 2018, p. 7).

Nancy Fraser também entende que há diversas crises e ressalta a maior relevância da crise democrática. Para ela, vive-se uma crise ampla, que abarca aspectos econômicos, ambientais, ecológicos, políticos e sociais. Segundo a autora, a superação dessa crise dependeria necessariamente do aspecto político, no que diz respeito ao modelo democrático. Para Fraser, a crise da democracia contemporânea apresenta duas vertentes principais: uma administrativa e outra de legitimação (FRASER, 2014).

A crise administrativa refere-se à concepção de que a democracia demanda dos poderes públicos institucionalizados capacidade suficiente para verdadeiramente resolver os problemas da sociedade e apresentar resultados. A crise de legitimação, por sua vez, envolve as “esferas públicas”, que possibilitam a comunicação informal entre os governados, a fim de colocarem sob escrutínio políticas propostas, apresentando suas necessidades e interesses. Num plano ideal, a opinião pública estaria hábil a constranger o poder administrativo por mudanças (FRASER, 2014). Para ela, ao contrário da crise econômica iniciada nos anos 70, a atual crise econômica, relacionada ao capitalismo financeiro, não gerou uma crise de legitimação (FRASER, 2014).

Uma crise de legitimação existe, para Fraser, quando os seguintes fatores estejam presentes, entranhados na cultura política e psicológica: sujeitos submetidos ao capitalismo financeiro que se entendem como potenciais membros de um destino em comum; deve-se ver o modelo neoliberal como fracassado e rejeitá-lo; os sujeitos devem entender que a história é aberta a modificações por meio da ação coletiva; deve-se acreditar que os sujeitos têm o direito de escolher coletivamente seu próprio destino (FRASER, 2014).

Fraser entende que não há ainda, entretanto, uma crise de legitimidade, pois ainda não há um confronto direto direcionado às contradições do capitalismo financeirizado. No entanto,

a autora ressalta que “quem quiser falar sobre democracia hoje tem que falar também sobre capitalismo” (FRASER, 2015, p. 189)¹⁹.

A crise dos anos 70, de acordo com Nancy Fraser, era mais associada à política do que propriamente à economia, considerando que o modelo econômico do pós-guerra ainda não tinha totalmente mostrado seus resultados. Na crise econômica de 2008, por sua vez, a crise política e a crise econômica estão juntas, formando uma crise social e ambiental. Ela fica presente nos mais diversos setores da vida (FRASER, 2015, p. 187).

Nancy Fraser (2015) entende que, na crise dos anos 70, houve a passagem da crise administrativa para a crise de legitimação, o que possibilitou rejeição ao modelo então vigente e ocasionou mudanças estruturais. Na crise econômica atual, no entanto, o neoliberalismo parece não ser suficientemente confrontado, a ponto de ser suprimido.

Fraser afirma que, nos anos 70, a crise de legitimação possibilitou que o poder público fosse utilizado para garantir a continuidade da acumulação capitalista. Na crise atual, no entanto, o próprio poder público é colocado em questionamento, vez que o neoliberalismo promoveu sua deslegitimação de forma massiva. Essa situação gera um grande impasse, pois, de acordo com a autora, é o poder público o instrumento que possibilita consertar a crise democrática enfrentada (FRASER, 2015, p. 188).

A visão de Manuel Castells sobre legitimação diverge de Nancy Fraser. Castells preleciona que a democracia se tem consolidado pelas relações de poder. Os cidadãos percebem que não estão sendo representados por aqueles que elegeram, o que se traduz em uma “crise de legitimidade política” (CASTELLS, 2018, p. 8). É muito comum observar-se a profissionalização da classe política, o que leva os políticos eleitos a defenderem seus próprios interesses enquanto grupo, em detrimento da representação dos interesses dos eleitores. Nisso, o autor vê uma escassez de debate público e de participação das pessoas.

Castells entende que a corrupção “é um traço geral de quase todos os sistemas políticos, inclusive nos Estados Unidos e na União Europeia” (CASTELLS, 2018, p. 13) e, para o autor, isso foi fundamental para a crise de legitimidade vivida. Esperava-se que a democracia liberal pudesse suprir esses vícios políticos, porém não se verificou isso na prática, o que estimulou a indignação popular.

Castells atribui à crise da democracia liberal um conjunto de fatores que estão bastante relacionados com o processo de globalização da economia e da comunicação. Os Estados-nação

¹⁹ Original: “What follows from this is clear: whoever would speak about democracy today must also speak about capitalism”.

têm perdido a capacidade de sozinhos conseguirem responder a fatores internacionais como crise econômica, questões ambientais, e outros. Isso tudo é paradoxal, vez que foram os Estados que buscaram promover a globalização, em que Castells destaca a flexibilização de regulações e fronteiras (CASTELLS, 2018). Nos anos 80, conforme já mencionado, EUA e Reino Unido promoveram o neoliberalismo como novo parâmetro mundial. Atualmente os resultados dessa empreitada têm sido percebidos.

A democracia liberal, segundo Vázquez-Arroyo, não se limita a um aspecto político, em que há uma Constituição e a garantia de direitos e instituições. Existe também um lado econômico, em que a cultura, a organização social e a política giram em torno da economia e de seus imperativos. O neoliberalismo, dessa forma, não somente emprega a democracia liberal como sua fonte de legitimidade, como também necessita do arcabouço institucional promovido pela democracia liberal para existir (VÁZQUEZ-ARROYO, 2008, p. 129-130).

Vázquez-Arroyo, nesse raciocínio, ressalta que não é à toa que os EUA promoveram o neoliberalismo e a democracia liberal ao redor do mundo, de forma conjunta, principalmente com o fim da Guerra Fria. O papel instrumental da democracia em favor da economia é exaltado por Hayek, que exclui qualquer forma de participação popular (VÁZQUEZ-ARROYO, 2008).

De acordo com Vladimir Safatle, “o primeiro tremor no pacto que sustentou a democracia liberal se deu com a leva neoliberal de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, no início dos anos 80” (SAFATLE, 2017, p. 22). Para Safatle, “a ascensão do neoliberalismo como política de Estado e discurso moral representou a destruição contínua da democracia liberal e de seus pactos”, ao promover o esvaziamento da política, mesmo diante do risco suicida do sistema financeiro internacional (SAFATLE, 2017, p. 28).

Ao analisar a ascendência de movimentos de extrema direita no mundo, Wendy Brown ressalta que não se pode reduzir as crises diversas pelas quais o mundo passa ao neoliberalismo somente. No entanto, é fundamental destacar que, de acordo com a autora, a forma de racionalidade e valoração promovida pelo neoliberalismo ataca a democracia e provoca efeitos nas mais diversas áreas, tais como a cultura política, a subjetividade política e a lei (BROWN, 2019).

Brown entende que o que ela considera como democracia liberal, burguesa ou capitalista nunca foi “completa”. Para ela, falar em “democracia capitalista” é um oxímoro, porquanto se pode ter somente elementos que vão em direções mais ou menos democráticas. Segundo a autora, o núcleo duro da democracia é a igualdade política. Além de apresentar elementos

democráticos incompletos, os componentes do modelo de democracia liberal estão enfraquecendo-se com o passar do tempo (BROWN, 2019).

A política como um todo vem sofrendo transformações que em muito são provocadas por uma visão de mundo neoliberal. Castells preleciona que as ideologias tradicionais de esquerda pela igualdade e os valores tradicionais de direita têm-se alterado em direção à valorização sobretudo do indivíduo, que procura sua satisfação imediata, com destaque ao consumo e à lógica de empresa. Com isso tudo, a própria política passa a ser vista sob a ótica empresarial, com vistas ao favorecimento da classe política em detrimento da população a ser representada. A expectativa, para Castells, de que a democracia liberal reduzisse a corrupção foi frustrada (CASTELLS, 2018).

Todos esses aspectos levaram aos já mencionados protestos ao redor do mundo e, com o passar do tempo, desembocou na ascensão dos partidos de extrema-direita. Nesse processo, o autor percebe que surgiu, a partir de todos esses fatores, um movimento amplo, que ele considera uma “rebelião das massas contra a ordem estabelecida”, o que foi desembocando numa “ruptura da ordem política liberal” (CASTELLS, 2018, p. 19). Essa rebelião das massas inclui não somente os movimentos recentes muito discutidos sobre o *Brexit*²⁰ e a ascensão de Donald Trump à presidência dos EUA. Trata-se de um processo que vem caminhando há certo tempo, com surgimento de grupos progressistas, como o Podemos, na Espanha, e outros grupos que respondiam às crises enfrentadas e suportadas pela população.

A onipresença do neoliberalismo tem promovido a falência dos próprios fundamentos da democracia liberal. De acordo com Dardot e Laval, o esgotamento da democracia liberal enquanto norma política é comprovado porque verifica-se, dentre outros sintomas, a:

Diluição do direito público em benefício do direito privado, conformação da ação pública aos critérios da rentabilidade e da produtividade, depreciação simbólica da lei como ato próprio do Legislativo, fortalecimento do Executivo, valorização dos procedimentos, tendência dos poderes de polícia a isentar-se de todo controle judicial, promoção do “cidadão-consumidor” encarregado de arbitrar entre “ofertas políticas” concorrentes (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 379-380).

Os autores reforçam que a administração pública é invadida por princípios de gestão, com os fundamentos de funcionamento das empresas. Há o questionamento de direitos relacionados à cidadania, com a transformação do indivíduo em empreendedor, que deveria ser responsável por seu destino, não podendo depender do Estado. Esse entendimento gerencial

²⁰ A saída do Reino Unido da União Europeia.

leva à visualização das leis e do direito somente como meros instrumentos para alcançar objetivos (DARDOT; LAVAL, 2016).

De acordo com Dardot e Laval, a formulação liberal de Hayek permite o afastamento da democracia. Os autores entendem que a dualidade que interessa ao liberalismo é liberalismo contra totalitarismo, e não democracia contra totalitarismo. O liberalismo pressupõe a limitação do poder, mesmo que seja o poder popular. Com isso, os próprios fundamentos do neoliberalismo possibilitariam a corrosão da democracia liberal. Valoriza-se, assim, a liberdade individual, e não a liberdade política (DARDOT; LAVAL, 2016).

Em síntese, as ideias de Hayek, que é considerado um dos ideólogos do pensamento neoliberal, demonstra que o neoliberalismo é, em sua essência, antidemocrático (DARDOT; LAVAL, 2016).

A presença do neoliberalismo independe da ideologia política dominante, de acordo com Dardot e Laval. Para os autores, mesmo que em determinada circunstância um governo aplique fundamentos de intervenção econômica afeitas ao Keynesianismo, é possível aliar à lógica Estado-empresa típica da racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016). Isso é verificado, por exemplo, no Brasil, em que um governo de esquerda tomou o poder em 2002 e, no entanto, essa ideologia não impediu a manutenção do neoliberalismo no país.

Da mesma forma, Donald Trump não consegue desvincular-se de alguns temas que prometeu combater, já que a ordem neoliberal internacionalmente estabelecida é muito mais forte do que suas pretensões antiglobalização.

A crise da democracia liberal ainda não foi solucionada, seja para sua total dissolução, seja para sua recuperação. A ascensão de políticos de extrema-direita em diversos países não rompeu com a governamentalidade neoliberal e tampouco rompeu totalmente com os preceitos da democracia liberal. A crise permanece e é necessário acompanhar os desdobramentos e as transformações vindouras.

3 CAPÍTULO 2: AS PRIMAVERAS GLOBAIS, O NEOLIBERALISMO E A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL

3.1 Introdução

O presente capítulo objetiva estudar o contexto internacional de indignação relativo aos protestos ocorridos em vários países do mundo como desdobramento da crise econômica de 2008. Conforme se analisou no capítulo anterior, o mercado financeiro desregulamentado ocasionou uma crise de grandes proporções, que demonstrou as limitações da prevalência da lógica neoliberal.

Examinar-se-ão, no primeiro tópico, os protestos de alterglobalização, que ocorreram principalmente nos anos 90 do século XX e no começo dos anos 2000, em vários países, sendo que inspiraram, em alguns aspectos, a onda de protestos pós-crise de 2008.

A seguir, analisam-se as “Primaveras” (PINHEIRO-MACHADO, 2019) ou “Movimento dos Indignados” (GOHN, 2014), que consistiram numa resposta à degradação da vida provocada pela racionalidade neoliberal e a respectiva onipresença da economia na vida das pessoas.

Estudam-se, em seguida, especificamente, a Primavera Árabe e o *Occupy*, como movimentos que ilustram o teor dos diferentes levantes. Verifica-se, a partir dessas manifestações, que o neoliberalismo ocasionou uma crise democrática que implica uma contraposição à democracia liberal, como prática e como ideia, visto que há a busca de uma democracia direta e participativa, em que os cidadãos consigam expressar diretamente suas demandas, sem as limitações da simples representação política.

3.2 A partir da “Batalha de Seattle”: protestos de alterglobalização

O contexto histórico de neoliberalismo e sua cada vez mais expandida globalização financeira trouxeram modificações profundas nas formas de organização da vida e da economia nos diversos países. Conforme visto no capítulo 1, a lógica neoliberal trouxe uma forma nova de racionalidade, a qual coloca a lógica de mercado em realce nos mais diversos setores da vida. Há um predomínio do capital e a supervalorização da liberdade dos mercados internacionalmente, o que impacta fortemente os variados países, apesar de suas diferenças internas.

O aprofundamento do processo de globalização ocasionou novas formas de resistência e novos repertórios de protesto, considerando as peculiaridades vividas. A presença cada vez mais reduzida do Estado e a precarização das condições de vida e trabalho foram gerando protestos que ficaram conhecidos como movimentos de alterglobalização. Os estudos acerca desses acontecimentos analisam

os atores coletivos antagônicos às formas de apropriação e de comercialização dos recursos materiais e simbólicos, de produção do conhecimento e de qualidade de vida, das relações econômicas, sociais, políticas e culturais produzidas pelo sistema social global hegemônico, os quais se caracterizam por manifestações realizadas por meio de protestos públicos, marchas, conferências, fóruns mundiais, redes virtuais e outras formas de articulações e de busca de visibilidade pública mundializada (SCHERER-WARREN, 2006, p. 14).

Ricardo Antunes sustenta que esse contexto de predomínio da lógica neoliberal contribuiu para a ocorrência dessas novas manifestações políticas e sociais surgiram a partir dos anos 90 do século XX (ANTUNES, 2018). Nesse sentido, para Kahn e Kellner (2004), essa onda de levantes consistia na luta contra os excessos do neoliberalismo vigente e numa resposta ao “capitalismo corporativo transnacional” (KAHN; KELLNER, 2004, p. 87). Os autores entendem que esses eventos simbolizaram uma resistência às instituições neoliberais e a suas políticas de globalização. Os manifestantes, dessa forma, evocavam ideais de justiça social e democracia, em atos direcionados principalmente a instituições internacionais que representassem o capitalismo internacional globalizado.

Kahn e Kellner (2004), a respeito do início dessas manifestações, prelecionam que houve um crescimento do ativismo pela internet nos anos 90, que ajudou a aglutinar manifestantes com intenções semelhantes. Como exemplo de uso precoce e bem-sucedido da internet, citam o Movimento Indígena Zapatista em Chiapas, no México, comprovando que havia uma maneira de mobilizar as novas formas de mídia e incentivar outros movimentos ao redor do mundo, provocando mudanças culturais e políticas. Diante disso, as ideias dos manifestantes zapatistas puderam ter alcance mundial por meio da internet (KAHN; KELLER, 2004).

Hardt e Negri (2017) estabelecem os eventos de Chiapas em 1995 como possível marco de início dos protestos de alterglobalização pelo mundo. Kahn e Kellner (2004), em particular, apresentam como marco o “Carnaval contra o Capital”, ocorrido em várias cidades do mundo,

em 18 junho de 1999, contra a 25ª Cúpula do G8²¹, que acontecia concomitantemente na cidade de Colônia, na Alemanha.

A chamada “Batalha de Seattle”, contra a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) ocorrida no final de 1999 (KAHN; KELLNER, 2004, p. 87) é emblemática para o início desse ciclo de protestos, sendo frequentemente destacado pela literatura — a exemplo de autores e autoras como Hardt e Negri (2017)²², Angela Alonso (2018), Gohn (2019) e Rosana Pinheiro-Machado (2019).

Eram protestos cujas características marcantes consistiam no uso de recursos artísticos e midiáticos, a composição por vários grupos políticos distintos e a luta por pautas genéricas (ALONSO, 2018). Além disso, eram movimentos liderados pela juventude, com marchas tradicionais pacíficas e com ação direta em ocupações, por exemplo (ALONSO; MISCHE, 2016, p. 151). A escolha de um espaço público para os protestos é marcante, tendo as praças como exemplo (ALONSO, 2018).

Alguns grupos nos protestos utilizavam meios de resistência com as táticas *Black Bloc* — em que há a destruição de objetos que representam símbolos do Estado ou do poder econômico e/ou capitalista (ALONSO; MISCHE, 2016, p. 151). As estratégias de protesto testadas em determinado lugar poderiam ser repetidas posteriormente em outro (ALONSO, 2018).

Angela Alonso e Ann Mische (2016) aduzem que as manifestações de Seattle teriam feito com que um repertório autonomista de protestos adquirisse repercussão global em 1999, principalmente uma reverberação da característica anarquista de protestos do final do século XIX e do início do século XX, em que há uma rejeição a uma liderança centralizada (ALONSO; MISCHE, 2016, p. 151).

A resistência ao neoliberalismo, segundo Ricardo Antunes (2018), no referido contexto internacional de lutas, pode ser exemplificada também por países como Bolívia e Peru, onde populações indígenas resistiram à sujeição ao capitalismo em seu alto nível de espoliação (ANTUNES, 2018). Além deles, dentre outros, houve os levantes ocorridos na Argentina em 2001, como parte de protesto de desempregados, das classes médias empobrecidas e de “piqueteros” (ANTUNES, 2018, p. 352).

O repertório de manifestações ora em análise também se fez presente no Fórum Social Mundial (FSM) que ocorreu em Porto Alegre, em 2001. Trata-se de uma contraposição ao

²¹ O G8 consiste no agrupamento formado por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia.

²² Hardt e Negri consideram tanto Chiapas em 1995 quanto Seattle em 1999.

Fórum Econômico Mundial, evento que anualmente reúne líderes empresariais e políticos e é frequentemente interpretada como símbolo do capitalismo mundial. O FSM é marcado pela reunião de entidades da sociedade civil do mundo todo, em torno de valores como justiça social, e outros.

A eclosão da crise econômica de 2008, posteriormente, gerou um novo ciclo de protestos, que compartilha de influências e de algumas características das manifestações alterglobalização dos anos 90, mas que apresenta suas peculiaridades, conforme será analisado a seguir.

3.3 Os chamados “novos protestos”: as Primaveras e o neoliberalismo

O novo ciclo de protestos originados no pós-crise econômica de 2008 foi, em vários aspectos, influenciado pelos levantes estudados no tópico anterior, a exemplo de táticas de ocupação do espaço público, o repertório autonomista, as pautas genéricas, dentre outros. No entanto, distingue-se “dos protestos anti ou alterglobalização do final da década de 1990 e parte da década de 2000”, os quais “reuniam minorias, tinham ativismo internacional e como alvo o capital financeiro global” (GOHN, 2014, p. 10). As lutas do “Movimento dos Indignados” — como Gohn (2014) nomeia a fase pós-2008 — diferenciaram-se do ciclo anterior por apresentarem sobretudo “demandas locais, regionais, nacionais, ou seja, a realidade do país” (GOHN, 2014, p. 9).

Rosana Pinheiro-Machado (2019) corrobora tal distinção. Ressalta que a geração de protestos de Seattle 1999 era essencialmente transnacional, enquanto o ciclo de protestos pós-crise de 2008 apresenta um “forte componente de indignação nacional” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 20). Enquanto a geração de Seattle protestava em prol de uma “justiça mundial” e contrariamente à “globalização corporativa”, os novos protestos do século XXI reivindicavam “a democracia, a transparência e o bem-estar dos habitantes de cada país”, de forma contrária ao “capital financeiro global, que apenas atua para sua própria reprodução” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 20-21).

Esse contexto de contrariedade dos novos protestos do século XXI remete ao neoliberalismo, conforme visto no capítulo anterior. A predominância de uma lógica de competição e de formação da figura do sujeito empreendedor, tanto no mundo do trabalho quanto nos variados aspectos da vida é uma realidade em vários países. O paradigma “gestão” se tornou pauta para a organização do trabalho e para orientar a própria condução da vida das

peçoas. Os modos de vida foram alterando-se, com a economia estando presente em todos os setores da vida humana.

A Primavera Árabe, nesse contexto pós-2008, foi um movimento marcante, como uma resposta popular, dentre outros fatores, à degradação da vida resultante do neoliberalismo. Países do Oriente Médio e do Norte da África enfrentavam o alto desemprego entre os jovens, a falta de liberdade diante de governos autoritários, a piora nas condições de vida nas cidades e, com isso, ocorreram levantes que inspiraram outros protestos ao redor do mundo.

O continente europeu também se deparou com consequências da crise de 2008, o que levou a União Europeia a salvar bancos, em detrimento de recuperar setores vulneráveis da sociedade. A existência de uma moeda unificada impossibilitou que países mais frágeis, tais como a Grécia, realizassem políticas monetárias peculiares a sua realidade interna. Isso tudo foi prejudicial mesmo aos países mais favorecidos da Europa, já que tiveram de socorrer os mais debilitados (SADER, 2012).

A recessão provocada pela crise de 2008 também penalizou outros países capitalistas centrais, tais como EUA e Reino Unido, embora tivessem margem para adotar medidas monetárias próprias. Nos Estados Unidos explodiram os movimentos *Occupy*, iniciados no centro financeiro de Nova Iorque, com a escolha de um local simbólico para contestar o domínio dos interesses econômicos.

O contexto propiciou a sobressalência das dimensões do neoliberalismo trabalhadas por Wendy Brown (2015): lógica neoliberal como política econômica, governança e fator normativo²³. As medidas tomadas na região foram claramente neoliberais, na dimensão de política econômica em busca de amenizar os déficits públicos, em vez de priorizar os fortes danos econômicos e sociais. O momento causou o desmembramento mais profundo do que ainda existia de políticas de bem-estar social na Europa, vindas do pós-guerra (SADER, 2012), e que já haviam sofrido certo desmanche a partir da primeira onda neoliberal dos anos 80.

Além disso, nessa conjuntura, percebe-se o impacto do neoliberalismo em sua face de governança e de fator normativo. Consideradas as desigualdades sociais, verificavam-se, em vários países, o desemprego e a forte exigência da lógica de gestão neoliberal, atingindo grupos como a juventude mais desfavorecida ou menos qualificada e a classe média. Trata-se da conjugação de fatores tanto estruturais quanto emocionais, vez que a ótica empreendedora neoliberal atinge o comportamento das pessoas e a forma de lidarem com as transformações do capitalismo (AUGUSTO; ROSA; RESENDE, 2016).

²³ Esses aspectos são estudados no capítulo 1.

Os valores de mercado eram altamente endossados, por uma competitividade e a exigência da organização do indivíduo sob uma lógica de “gestão de si”. A juventude, mesmo em situações de maior costume em lidar com a racionalidade neoliberal, já apresentava alguns pontos de resistência, com destaque aos jovens com dificuldades para entrarem no mercado de trabalho e aqueles de classes populares que viviam um momento de maior inclusão por meio do consumo (AUGUSTO; ROSA; RESENDE, 2016).

Autores divergem sobre a conexão dos protestos ao modo de produção capitalista como um todo ou, em específico, à forma neoliberal. Como exemplo, Slavoj Žižek, pensador de base marxista, entende que a população se descontenta de forma intuitiva com o capitalismo. Žižek defende que os levantes desse ciclo giravam em torno do capitalismo global, em que há a prevalência da lógica de mercado, diminuição dos serviços públicos e, comumente, uma política autoritária. Diante disso, os protestos confrontariam duas faces: a econômica e a político-partidária. *Occupy Wall Street*, por exemplo, enfrentaria problemas do capitalismo como um sistema, num contexto em que a democracia representativa não se apresenta suficiente para freá-lo (ŽIŽEK, 2013).

Concorda-se, de fato, com a noção de que a economia exerceu um papel preponderante para o aprofundamento das disparidades sociais, do desemprego e da piora nas condições de vida das pessoas, já que a crise econômica de 2008 deixou esse legado. Há também um desgaste da política na sua forma tradicional representativa, com a população se sentindo sub-representada e abandonada em prol do interesse de grupos privilegiados do capitalismo financeiro. Tendo isso em conta, neste trabalho, diferentemente de Žižek (2013), não se adota o entendimento de que o modo de produção capitalista como um todo foi responsável pelo descontentamento massivo da população de diversos países no referido contexto histórico, e sim de que a forma específica neoliberal foi basilar para os acontecimentos.

O neoliberalismo, ao provocar o aprofundamento do capitalismo financeiro e do capital fictício, reduziu as possibilidades de produção da vida cotidiana à economia. Os investimentos produtivos tornaram-se desprivilegiados em face do capital especulativo. Tudo isso contribuiu para o lucro exacerbado de um pequeno grupo de pessoas e empresas, bem como para o crescimento do desemprego e das desigualdades sociais. Ademais, uma sociedade que privilegia a economia acaba por deixar direitos sociais de lado, o que conduziu cada vez mais a população ao desgaste.

Trata-se, em síntese, de um mundo: que prioriza o mercado financeiro; que privilegia a desregulamentação, em desfavor da ampliação de direitos; que transforma vidas humanas em

mero “capital humano”; e que, em vez de solidariedade, semeia a competição e a gestão da “empresa de si”. Isso tudo condensado numa racionalidade neoliberal, que permeia a vida das pessoas, favorecendo o individualismo e desprestigiando alternativas coletivas.

Tendo em conta que todo esse contexto atingiu os diversos países capitalistas, as respostas de indignação popular foram semelhantes em vários desses locais. Nesse sentido, Michael Hardt e Antonio Negri (2017) consideram tais protestos ao redor do mundo como parte de uma mesma série de eventos, que apresentaram como características os acampamentos e as ocupações em espaços públicos urbanos. Iniciou-se em 2011, impactando movimentos em países como Israel e Grã-Bretanha, no mesmo ano; Quebec, em 2012; Brasil e Turquia, em 2013; Hong Kong, no ano de 2014; e EUA, nos protestos Vidas Negras Importam²⁴, também em 2014 (HARDT; NEGRI, 2017).

Manuel Castells interpreta que a nova onda de protestos começou na Islândia²⁵, em 2009, e na Tunísia, em 2011 (CASTELLS, 2017). As manifestações na Islândia, conhecidas como a Revolução das Panelas, ocorreram em resposta à crise financeira de 2008. A população protestou em frente ao prédio do Parlamento, com o uso de tambores e panelas como percussão, a fim de demonstrar a insatisfação diante do favorecimento do governo às elites do capital financeiro (CASTELLS, 2017, p. 51).

O entendimento deste trabalho, no entanto, é no sentido de que o marco para o espraiamento das manifestações foi especificamente a Primavera Árabe, tendo como evidências a própria resposta imediata de outros países do Oriente Médio aos eventos iniciados na Tunísia, e, a seguir, a sucessão de protestos como *Occupy Wall Street*.

Houve, de fato, alguma influência dos protestos islandeses a outros eventos. Como exemplo, na Espanha, manifestantes bradavam nos protestos de 2011: “a Islândia é a solução” (CASTELLS, 2017, p. 37). No entanto, parece ser numa influência mais remota no tempo, não indicando que houve uma onda, um “contágio” imediato, como foi observado na Primavera Árabe. Outrossim, ao longo da pesquisa, foi possível verificar que, de forma majoritária, o entendimento é de que a Primavera Árabe foi o estopim para o início desses protestos, tal como vemos em autores como Maria da Glória Gohn (2014), Hardt e Negri (2017), Safatle (2017), Rosana Pinheiro-Machado (2019), e outros.

24“Black Lives Matter” (HARDT; NEGRI, 2017, p. 68).

25 A Islândia, país com menos de 400 mil habitantes à época, foi fortemente impactado pela crise de 2008. Os três principais bancos do país haviam-se integrado ao capitalismo financeiro internacional, tornando-se grandes instituições financeiras, o que gerou um crescimento de riqueza no país de forma artificial. Dessa forma, a quebra dos bancos e a consequente tentativa de recuperação por parte do governo levou à insatisfação popular diante do privilégio a poucos da elite do capital financeiro especulativo internacional (CASTELLS, 2017).

Na Espanha, país também marcado pelo contexto pós-2008, o movimento dos Indignados mostrou-se contrário às elites da política, ao desmanche da democracia liberal e ao peso da recessão para a população. Nos EUA, o movimento *Occupy* começou em Nova Iorque contra os bancos e disseminou-se para outras cidades do país, assim como para outros países (SADER, 2012).

Como um todo, a América Latina foi palco de diversos protestos urbanos como forma de resistência ao aprofundamento da “mercadorização” dos serviços públicos (ANTUNES, 2018, p. 352). Nesse cenário, o Chile também foi um dos países que fizeram parte da onda de protestos ocorridos em resposta ao neoliberalismo, entre os anos de 2011 a 2013. Após um período sob governos de orientação de centro-esquerda no país, o governo conservador de Sebastián Piñera, iniciado em 2010, provocava críticas devido ao modelo econômico neoliberal adotado. O movimento estudantil foi grande responsável pelos protestos, considerando que já tinha um histórico de lutas em pautas direcionadas especificamente à realidade estudantil e à universidade (CASTELLS, 2017). Lutou-se, em particular, contrariamente à privatização da educação, dentre outros temas (SADER, 2012).

Os estudantes, principalmente, reivindicavam por saúde, educação, redução das desigualdades sociais e abordavam questões como os direitos das mulheres e a luta indígena (CASTELLS, 2017).

Conforme Hardt e Negri ressaltam, tais movimentos podem ser configurados como um mesmo ciclo de protestos, com levantes originados por uma mesma realidade vivida. Os contextos políticos internos divergem — como o enfrentamento a regimes autoritários, na Primavera Árabe, e a regimes democráticos, mesmo que de centro-esquerda, como no Brasil — (HARDT; NEGRI, 2017, p. 68), porém, há o evidente compartilhamento de uma mesma existência humana pautada pelo neoliberalismo.

Uma das características que unem tais levantes é o mesmo repertório de protestos, vez que as manifestações ocorrem em um espaço público, de fácil acesso à população. Além disso, as decisões sobre as atividades são tomadas por meio de assembleias ou fóruns (HARDT; NEGRI, 2017). Vivia-se, de acordo com Ricardo Antunes, uma situação de indignação comum entre vários países, no que concerne à economia e à política. Nesse cenário, revolta-se contra o que se considera a “destruição da *res publica*”, que se dava numa lógica de supervalorização da acumulação financeira sem limites (ANTUNES, 2018, p. 337).

Ao analisar os protestos de junho de 2013 no Brasil, Maria da Glória Gohn ressaltava a importância de não observar esses acontecidos de forma isolada, já que se parte de um “padrão

internacional moderno, de organização via redes sociais, via on line”, tal como os protestos “Occupy Wall Street, Primavera Árabe, Indignados na Espanha, Grécia, a Revolta na Praça Taksim, em Istambul, etc” (GOHN, 2019, p. 132).

O caráter “contagioso” das manifestações que vinham ocorrendo no mundo, na época, levou a China, por exemplo, a censurar menções à praça Tahrir na internet, local onde ocorreram os protestos no Egito (GOHN, 2019). É um contexto que Ricardo Antunes e Ruy Braga interpretam como uma “mundialização das lutas sociais” (ANTUNES; BRAGA, 2014, p. 42).

Outra característica compartilhada é a demanda por um novo sistema democrático, que pode ser verificado em miniatura nas próprias decisões obtidas nas assembleias dos protestos. De acordo com Hardt e Negri, os levantes consistiam em sintomas de uma realidade compartilhada pelos manifestantes, a qual está entranhada ao cotidiano do que eles chamam de “multidão”²⁶, em sua forma de produção e reprodução social (HARDT; NEGRI, 2017, p. 69).

Percebe-se que, a partir de 2011, portanto, variados protestos em diversos países tiveram características semelhantes, com origens e objetivos comuns, marcados pela indignação face a um mundo comandado pelo capitalismo financeiro. A seguir, analisam-se a Primavera Árabe e o movimento *Occupy* como exemplos dessa resposta popular ao neoliberalismo onipresente.

3.3.1 A Primavera Árabe

Maria da Glória Gohn (2014), quanto à Primavera Árabe, delimita a área de ocorrência dos protestos como a composta por 21 países, os quais compartilham o mesmo idioma e a religião islâmica: Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Catar, Comores, Djibouti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Omã, Síria, Somália, Sudão e Tunísia. A autora ressalta que alguns estudiosos incluem a Palestina (GOHN, 2014, p. 97).

Costuma-se atribuir à autoimolação do vendedor de frutas tunisiano Mohammed Bouazizi o estopim da Primavera Árabe, no dia 17 de dezembro de 2010, na cidade de Sidi Bouzid, na Tunísia. Tratava-se, inicialmente, de um protesto em resposta ao tratamento

²⁶ Para além dessas características comuns observadas, Hardt e Negri avançam para a identificação de um sujeito particular, que denominam “multidão”, a qual representa o agente da pluralidade ontológica dos protestos, o agente de uma ontologia plural. Os levantes são formados por diversos grupos pequenos, com suas pautas específicas — tais como violência sexual, brutalidade da polícia, dentre outros —, que se unem em torno de pautas conjuntas entre grupos, na busca de um comum e um projeto político, sem, no entanto, renunciar a sua autonomia e peculiaridades. A multidão não se forma naturalmente, e sim por meio de um projeto político (HARDT; NEGRI, 2017, p. 68-69).

truculento dado a Bouazizi por agentes que confiscaram suas mercadorias. Os levantes originados foram filmados e divulgados na internet, particularmente nas redes sociais, o que permitiu o alcance das imagens ao mundo todo (GOHN, 2014).

Os protestos, iniciados de forma espontânea nas províncias, chegaram à capital Túnis. Em 14 de janeiro de 2011, o ditador tunisiano Ben Ali fugiu do país, após a perda do apoio da França ao governo — país com o qual tinha uma aliança desde quando havia ascendido ao poder, em 1987. Os manifestantes, não satisfeitos, continuaram nas ruas, pois também almejavam eleger seus governantes, bem como ter imprensa livre e liberdade política (CASTELLS, 2017).

Os eventos eram transmitidos pelas redes sociais — como *Facebook*, *Twitter* e *YouTube* — para o mundo inteiro. Slogans eram empregados em árabe, inglês e francês, demonstrando o objetivo de difundir internacionalmente as demandas populares. Sem líderes conduzindo os protestos, ocorreu a ocupação da Praça do Gouvernement e, ao longo dos dias, realizavam-se debates constantes (CASTELLS, 2017).

Os levantes foram compostos por diversos grupos da sociedade, com destaque aos jovens desempregados com formação em nível superior, tendo em conta que o desemprego era um dos grandes motivos de insatisfação no país. Essa juventude liderou as manifestações não num sentido tradicional ou formal de liderança, mas sim por seu grande engajamento. Além do papel das redes sociais de agregar manifestantes, organizar protestos e transmitir informações ao mundo, a rede de televisão Al Jazeera também teve um importante papel para a potencialização da força das manifestações (CASTELLS, 2017).

Manuel Castells sublinha a importância do *ciberativismo* para o sucesso dos protestos, num país com relativamente alto acesso à internet. Esse meio possibilitava críticas ao governo, antes mesmo da queda de Ben Ali, o que não impedia, contudo, a repressão (CASTELLS, 2017).

Em síntese, os protestos na Tunísia foram bem-sucedidos no que concerne à realização de eleições, ocorridas em outubro de 2011. De acordo com Manuel Castells, as votações levaram ao poder um governo islamita moderado, que estava representado pela figura secular de Moncef Marzouki (CASTELLS, 2017).

À experiência tunisiana seguiram-se protestos semelhantes em outros países árabes, como Bahrein, Egito, Iêmen, Líbia e Síria (GOHN, 2014). O contexto desses outros países, assim como no caso da Tunísia, era marcado pelo privilégio dado ao capitalismo financeiro internacional. Nesse diapasão, ditaduras como as de Muamar al-Kadafi, na Líbia, e de Hosni Mubarak, no Egito, procuraram adaptar-se aos interesses das potências ocidentais, promovendo

o neoliberalismo, o que contribuiu para o enriquecimento das elites políticas desses regimes ditatoriais (AMARAL; FIEDLER; MEDINA, 2018).

Considerado todo esse cenário, com projetos políticos e econômicos que não geravam empregos, o regime político fechado ocasionou uma fragilidade maior desses países diante da crise econômica de 2008. A falta de oportunidades de trabalho, principalmente para os jovens, constituiu um dos motivos primordiais para a eclosão dos protestos da Primavera Árabe (AMARAL; FIEDLER; MEDINA, 2018).

A insatisfação da juventude advém de uma sociedade capitalista em que o individualismo neoliberal leva as pessoas a uma lógica de competição a todo momento, em que impera o “cada um por si”. Os protestos possibilitaram uma união em torno de objetivos comuns talvez não antes percebidos. Dessa forma, as manifestações não consistiam somente em uma resposta à crise econômica de 2008, mas sim a todo um arcabouço neoliberal que dominava os países árabes e que já vinha degradando a vida das pessoas antes mesmo da crise. A recessão econômica vivida era resultado de anos de precarização do trabalho e de desemprego. Revoltava-se contra o império financeiro que minava tanto a melhoria de vida da população quanto a própria mobilização popular.

Tendo em vista essas características, é uma visão limitada reduzir a Primavera Árabe ao entendimento de que eram levantes que buscavam a instauração de uma democracia liberal nos moldes ocidentais. Há o contexto de demandas locais e o aspecto regional, que engloba disputas como a relacionada ao petróleo, dentre outros elementos. Além disso, há a consideração do processo histórico em que as potências ocidentais estimularam a manutenção de governos ditatoriais na região (AMARAL; FIEDLER; MEDINA, 2018).

A Primavera Árabe buscou destituir governos ditatoriais e, por isso, não se pode falar em degradação democrática nesses países. Tais acontecimentos, em verdade, são paradigmáticos por desencadarem uma onda de protestos que tomaram vários países do mundo. As populações dos países árabes puderam demonstrar sua insatisfação contra os resultados negativos do neoliberalismo naqueles Estados.

Percebe-se na prática, com base no que foi estudado no capítulo 1, que a presença da racionalidade neoliberal independe da ideologia política ou da forma de governo. Isso ilustra como governos ditatoriais nos países atingidos pela Primavera Árabe promoviam a manutenção de uma lógica de privilégio às elites econômicas e financeiras e do capital internacional em detrimento da própria população. O neoliberalismo consegue transpor fronteiras e atingir distintas realidades, deteriorando a vida das pessoas.

A Primavera Árabe foi símbolo da resistência contra “desregulamentação global e perda de direitos sociais em nome da ‘flexibilização’ que ampliou a nova camada social precarizada concentrada nos mais jovens” (CARNEIRO, 2012)²⁷. Nesse sentido, os jovens nos países árabes “são os que despertaram uma nova euforia política num mundo dominado pelos ideais de individualismo, e perpétua continuidade do cotidiano e de carência de projetos coletivos para o futuro” (CARNEIRO, 2012)²⁸.

A forma dos protestos também simbolizou a demanda por uma democracia direta e participativa, em que os cidadãos pudessem expressar diretamente seus anseios. É possível interpretar tais acontecimentos como uma rejeição ao simples modelo de democracia liberal e representativa do ocidente, já que, ao longo das manifestações, havia debates e trocas de ideias entre os manifestantes que sugeriam um ideal de democracia

Na onda de protestos despertada pela Primavera Árabe, destacou-se também o movimento *Occupy*, que se iniciou em Wall Street e, posteriormente, alcançou várias cidades dos EUA e do mundo. Ainda que vivessem realidades distintas daquelas do mundo árabe, houve o compartilhamento de características, dentre as quais se destaca a experiência de uma realidade em que prevaleciam os interesses do capitalismo financeiro desregulamentado.

3.3.2 *Occupy*

O neoliberalismo desenfreado nos EUA desembocou em uma forte recessão. A crise dos *subprimes* fez com que muitos cidadãos tivessem suas casas tomadas pelos bancos, bem como provocou uma queda nos padrões de consumo e o aumento do desemprego e do subemprego (GOHN, 2014). De acordo com Manuel Castells (2017), embora a eleição de Barack Obama tivesse trazido esperança de transformações na sociedade estadunidense, o presidente, na prática, acabou priorizando salvar bancos, em detrimento da melhoria das condições de vida da população (CASTELLS, 2017, p. 157). Formou-se, dessa feita, um cenário de forte insatisfação, que foi inflamado com as influências de protestos de outros países.

A inequívoca influência da Primavera Árabe no “espírito de *Occupy*” é verificada numa publicação do blog da revista de crítica Cultural *Adbusters*, em 13 de junho de 2011: “#occupywallstreet. Você está pronto para um momento Tahrir? No dia 17 de setembro, invada Lower Manhattan, monte barracas, cozinhas, barricadas pacíficas e ocupe Wall Street.”

²⁷ E-book kindle, posição 148.

²⁸ Idem.

(ADBUSTERS *apud* CASTELLS, 2017, p. 158). Segundo Castells, o “trovão”, que quer dizer o ânimo para os protestos nos EUA, “chegou da praça Tahrir”²⁹, no Egito (CASTELLS, 2017, p. 157).

Castells salienta a inspiração que *Occupy* retirou da Primavera Árabe quanto à determinação do povo em acabar com ditaduras — ainda que a “ditadura” em questão fosse a do mercado financeiro — e a novas maneiras de organização e mobilização para os protestos. A inspiração na possibilidade de uma democracia direta acendeu os ânimos dos estadunidenses, considerando a forma como os manifestantes árabes se organizaram. Com as informações obtidas pela internet, notadamente pelas redes sociais, a população dos Estados Unidos via a possibilidade de manifestar-se contra o status quo (CASTELLS, 2017).

Os protestos conhecidos como *Occupy* iniciaram-se em 17 de setembro de 2011, na cidade de Nova Iorque, na região sul da Ilha de Manhattan, mais especificamente no Parque Zuccotti. A escolha do lugar foi emblemática, pela proximidade a um local símbolo do capitalismo financeiro estadunidense e mundial. Maria da Glória Gohn (2014) sublinha o uso do slogan “Injustiças perpetradas por 1% da população — elites políticas e econômicas afetam os outros 99%, nós” (GOHN, 2014, p. 127). Dessarte, o movimento representou uma forte crítica ao predomínio do capitalismo financeiro no mundo naquele momento, mormente a respeito de seus poderes desmedidos.

O dia escolhido representa uma data simbólica, vez que se trata da data da assinatura da Constituição estadunidense, o que indica a vontade dos manifestantes de retomar uma democracia que não estivesse centrada no poderio financeiro (CASTELLS, 2017). Na referida data, cerca de 11 mil pessoas protestaram em Wall Street e estabeleceram-se no Parque Zuccotti (CASTELLS, 2017, p. 159).

Vários foram os grupos responsáveis pela convocação dos protestos. Um deles é o Adbusters, organização de base anarquista que então contava com mais de 20 anos de atuação contra o modo de consumo dos EUA e as grandes corporações. Os manifestantes eram convidados pelas redes sociais, assim como na Primavera Árabe e outros congêneres (GOHN, 2014).

Havia uma grande diversidade de pautas, dentre as quais “o repúdio ao desemprego, a desigualdade social, a insaciável busca de lucros pelas corporações financeiras, a corrupção, a

²⁹ Castells vai além, ao explicar que se trata de “uma ironia da história, considerando-se que, para a maioria dos americanos, só o petróleo e Israel têm relevância no Oriente Médio” (CASTELLS, 2017, p. 157).

condenação dos lobistas que defendem interesses privados junto ao poder público, etc.” (GOHN, 2014, p. 126).

Inicialmente composto majoritariamente por jovens brancos de classe média, o movimento contou com forte apoio da população dos EUA, diversificando-se para a adesão de moradores de rua, hippies, sindicatos, estudantes, professores universitários, profissionais liberais, e outros (GOHN, 2014, p. 127), com foco nos jovens, estudantes, desempregados e a classe média precarizada (BURAWOY *apud* GOHN, 2014, p. 129).

A ocupação do parque deu-se principalmente por meio de um acampamento, o qual durou dois meses, em que voluntários cuidavam da organização, em áreas como limpeza, alimentação e recepção de doativos. Protestos também aconteceram em outros locais emblemáticos de Nova Iorque e, com o passar do tempo, espalharam-se para outras cidades dos Estados Unidos, tais como Los Angeles, San Francisco, Boston, dentre outras, em 45 estados (GOHN, 2014).

O movimento *Occupy*, dessa forma, alcançou mais de 80 países e aconteceu em cidades representativas como Londres, Milão, Madri, Paris, Tóquio, e outras, incluindo Frankfurt, que consiste no centro financeiro do euro (GOHN, 2014).

Apesar da influência nos movimentos de alterglobalização a partir de Seattle de 1999, há diferenças entre os movimentos. Enquanto os primeiros tinham alvo específico — cúpulas e organizações como OMC, FMI, Fórum Econômico Mundial, entre outros —, *Occupy* não o tinha. Além disso, um diferencial importante concerne ao momento do capitalismo mundial: Seattle e seus congêneres ocorreram num momento de auge do capitalismo financeiro mundial, enquanto *Occupy* se deu na esteira de uma crise econômica (GOHN, 2014, p. 130).

Os protestos ocorriam no momento em que medidas eram tomadas no âmbito da recuperação econômica, tendo como exemplo o aumento da cobrança de impostos. Dessa forma, *Occupy* acabou exercendo pressão durante tais decisões governamentais. Ademais, em alguns momentos, os manifestantes tiveram que lidar com a repressão policial, ao serem desalojados da ocupação ou presos (GOHN, 2014, p. 130).

O movimento não tomou uma direção certa. A indignação era expressada, porém as demandas eram difusas. A forma pela qual se organizou, de maneira inclusiva e horizontal, também teve seus aspectos negativos, já que dificultou que alguns grupos minoritários conseguissem expor suas demandas (CHOU, 2015).

3.3.3 *Elementos internos e externos*

Ricardo Antunes e Ruy Braga, ao estudarem os protestos de junho de 2013 no Brasil, sugerem a análise de duas “processualidades” para entender o fenômeno: uma interna e uma externa (ANTUNES; BRAGA, 2014, p. 42). Essa forma de análise pode ser empregada também para o estudo de outros protestos congêneres pelo mundo. Na processualidade interna, consideram-se fatores predominantemente originados no cenário específico do país sob análise. A esse aspecto interno soma-se a processualidade externa, que diz respeito ao conjunto de eventos e fatores que provocaram levantes “em escala global”, a partir principalmente da crise estrutural do ano de 2008 (ANTUNES, 2018, p. 338).

Ricardo Antunes (2018) destaca a ida dos protestos “da Tunísia para o Egito, de lá para o Iraque e a Síria; da Espanha para Portugal; da Grécia para a Itália; de lá para o Reino Unido; depois, do Reino Unido para os Estados Unidos com o *Occupy*” (ANTUNES, 2018, p. 337).

A inspiração de um protesto em outros semelhantes internacionais era perceptível na experiência das ruas. Por exemplo, no caso brasileiro, ouviam-se, ainda no mês de maio de 2013, os manifestantes iniciais entoarem no centro da cidade do Rio de Janeiro: “acabou o amor, isso aqui vai virar Turquia!” (PILLATI, 2014, p. 52). Dessa forma, ocorre a aproximação entre o global e o local (PILLATI, 2014), algo característico da onda de protestos pós-2008.

3.3.4 *A ocupação do espaço público: contraposição ao “privado” neoliberal*

O neoliberalismo combate a intervenção estatal e, dessa forma, não caberia ao Estado o planejamento compreensivo das estruturas segregacionistas da cidade. Sob a racionalidade neoliberal, o Estado deveria, portanto, zelar pelo planejamento urbano voltado aos interesses do mercado (VAINER, 2013). Não há, nesse contexto, o estímulo ao desenvolvimento de espaços públicos que possibilitem o diálogo e novas formas de pensar o coletivo.

David Harvey (2013) trata da necessidade de contraposição à onda privatizante neoliberal. Desse modo, aduz que os “espaços urbanos comuns” são formas de gerar um âmbito público para participação democrática. Considerando isso, coletivos urbanos foram surgindo ao longo dos anos fazendo face a essa privatização neoliberal. Harvey fala em “inovações e experimentações com formas coletivas de governança democrática e de decisão comunal” na cidade (HARVEY, 2013, p. 18), o que simboliza o rechaço à racionalidade neoliberal, promotora do individualismo e da “gestão de si”.

Os protestos pós-crise de 2008 destacaram-se pela ocupação de um espaço público. Costumavam ocorrer em parques, praças, ruas ou avenidas emblemáticas nas cidades, como destaca Maria da Glória Gohn (2014). Além disso, escolhia-se um lugar de fácil acesso por transporte público (GOHN, 2014).

Portanto, diante da lógica neoliberal, os protestos em diversos locais do mundo representaram uma reivindicação pelo direito de ocupar os espaços públicos e de se manifestar livremente neles. Há uma ligação entre a democracia e a cidade: o acesso aos locais públicos permite o questionamento da visão privatizante neoliberal ao unir os diferentes em torno de um mesmo espaço, fornecendo voz àqueles que normalmente não a tem no cotidiano marcado pela competição e pelo “cada um por si”.

3.3.5 *Combate à degradação democrática sob o neoliberalismo*

David Harvey (2013) ensina que:

o neoliberalismo transformou as regras do jogo político. A governança substituiu o governo; os direitos e as liberdades têm prioridade sobre a democracia; a lei e as parcerias público-privadas, feitas sem transparência, substituíram as instituições democráticas; a anarquia do mercado e do empreendedorismo competitivo substituíram as capacidades deliberativas baseadas em solidariedades sociais. Culturas oposicionistas tiveram, portanto, de se adaptar a essas novas regras e encontrar novas maneiras de desafiar a hegemonia da ordem existente (HARVEY, 2013, p. 18).

A indignação manifestada nos protestos ao redor do mundo no pós-2008 pode ser interpretada como um distanciamento do padrão de democracia liberal representativa³⁰. A existência de um sistema político multipartidário e de eleições livres e universais não garantiam a plenitude dos direitos e acabava contribuindo para consolidar a racionalidade neoliberal nos diversos setores da vida.

Mesmo na Primavera Árabe, em que os países viviam governos autoritários, os cidadãos colocavam em prática nas manifestações um anseio por democracia direta e participativa, o que demonstra um afastamento do simples padrão da democracia liberal. Não era esse modelo democrático que mais inspirava os manifestantes nas ruas. Nesse sentido, quanto à democracia,

³⁰ Consultar o capítulo 1 para revisar o conceito e as características da democracia liberal apresentados na dissertação.

o modelo liberal construído na economia neoliberal entrou em crise, tanto nos centros imperialistas como na periferia. A Praça Tahrir no Egito e o movimento Occupy Wall Street nas zonas financeiras dos centros imperiais, desde Washington e Nova Iorque a Londres, foram sintomáticos desta crise. Estes movimentos denunciaram a fraude democrática do modelo liberal e colocaram na agenda histórica a procura e a luta por formas alternativas de organização política e económica da sociedade humana (SHIVJI, 2018, p. 51).

Tendo como princípio a liberdade, sob o arcabouço da democracia liberal, o neoliberalismo degradou a vida nas cidades, estimulou a lógica da competitividade entre as pessoas e a onipresença do mercado, o que, paradoxalmente, tolheu a liberdade em diversos sentidos. A igualdade jurídica e política é meramente formal. Trata-se de um discurso que nem mesmo era buscado como modelo pela Primavera Árabe.

Os levantes árabes representaram uma luta contra essas condições de vida proporcionadas pelo neoliberalismo. Por conseguinte, não se buscava uma democracia com as características limitadas da democracia liberal. Na verdade, a forma de atuação dos manifestantes representou uma democracia prática, ativa, em que os debates envolviam a população em geral. A tomada de decisões no protesto era um microcosmo do que seria uma democracia desejável: aquela em que os próprios cidadãos decidem seu destino, e não o tradicional sistema democrático representativo, que estaria a serviço dos interesses económicos.

No caso de *Occupy*, os Estados Unidos já tinham que lidar com a democracia liberal vigente sob o neoliberalismo, em que havia a primazia dos interesses das elites financeiras, em detrimento da maioria da população. Dessa forma, buscava-se uma alternativa a esse modelo democrático em crise, e não exatamente sua restauração.

O movimento *Occupy*, de acordo com Mark Chou (2015), eclodiu em resposta a essa crise da democracia e do capitalismo³¹. Chou reconhece que a crise da democracia liberal e do capitalismo foram cruciais para que o movimento tivesse surgido tão “explícita e poderosamente”³² (CHOU, 2015, p. 54).

A população apoiou fortemente *Occupy* por não se sentir devidamente representada na democracia vigente. Nesse sentido, *Occupy* representou uma resistência ao formato de “democracia representativa liberal convencional”³³ (CHOU, 2015, p. 54). Movimentos como esse representam uma possibilidade de democracia participativa e deliberativa, uma alternativa

31 Chou entende que as crises são constitutivas das democracias e também da democratização contínua. Mesmo assim, com esse entendimento de que crises sempre ocorrem, percebe que a mencionada, em específico, provocou protestos de forma poderosa (CHOU, 2015).

32 “Indeed, without the crises of liberal democracy and capitalism, a movement such as Occupy – or those before it – would not have arisen so explicitly and powerfully” (CHOU, 2015, p. 54).

33 Original: “conventional liberal representative democratic” (CHOU, 2015, p. 54).

à maioria dos cidadãos, que não se sentia acolhida pelas decisões tomadas por uma minoria oriunda de Wall Street e Main Street (DELLA PORTA *apud* CHOU, 2015, p. 54).

Slavoj Zizek (2013) interpreta que os protestos que ocorreram em diversos lugares do mundo tiveram em comum a busca de novas formas de democracia, que possibilitassem ir além dos rituais multipartidários. Embora posteriormente o objetivo inicial possa ter sido frustrado, para o autor surge uma solidariedade em nível global (ZIZEK, 2013).

Há autores que enfatizam uma luta contra o neoliberalismo especificamente. Outros, no entanto, entendem que a revolta se contrapõe ao modo de produção capitalista (AUGUSTO; ROSA; RESENDE, 2016). De qualquer forma, ambas as visões convergem à influência do capitalismo em algum grau.

Os protestos são caracterizados, principalmente, por um combate a hierarquias tradicionalmente relacionadas à burocracia estatal. Há uma rejeição à organização institucional rígida dos partidos políticos e sindicatos. Dessa forma, procura-se uma organização horizontal, em que não há lideranças claras (AUGUSTO; ROSA; RESENDE, 2016), o que evidencia a busca de novas formas de expressão democrática.

O Brasil também foi palco dessa onda de protestos pós-crise de 2008. Em junho de 2013, as manifestações eclodiram a partir das reivindicações do Movimento Passe Livre (MPL), em resposta ao aumento do preço das passagens do transporte coletivo na cidade de São Paulo. Os levantes foram expandindo-se às mais diversas pautas, dentre as quais figuram as demandas por saúde, educação, transporte, combate à corrupção, mais democracia, dentre outras, num país dominado por uma lógica neoliberal, ainda que a presidência da república fosse exercida por um governo tido como de esquerda.

O próximo capítulo, a partir disso, objetiva estudar os principais aspectos da vigência do neoliberalismo no Brasil sob os governos do Partido dos Trabalhadores, no período de 2003 a 2014, de modo a enriquecer a compreensão sobre as causas da indignação popular manifestada nas ruas brasileiras.

4 CAPÍTULO 3: OS GOVERNOS PETISTAS E O NEOLIBERALISMO NO BRASIL

4.1 Introdução

O presente capítulo tem o objetivo de examinar as principais características do neoliberalismo que se fez presente no período compreendido pelos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff no Brasil, em particular no período entre 2002 e 2014, que compreende os dois mandatos de Lula e o primeiro de Dilma.

O primeiro tópico estudará a relação entre as bases da Nova República e a construção de um neoliberalismo no Brasil. Para tanto, a título de contextualização, será traçado um panorama sobre: os antecedentes da Nova República, notadamente a ditadura civil-militar, o processo de redemocratização e a Constituição Federal de 1988, a qual inaugurou um novo marco jurídico que possibilitou institucionalmente o ulterior estabelecimento da lógica neoliberal; a inauguração do neoliberalismo no Brasil, em particular de Collor a Fernando Henrique Cardoso.

O segundo tópico adentra nos governos Lula da Silva e suas medidas que ocasionaram a manutenção do neoliberalismo no Brasil, ainda que se tratasse de um projeto tido como progressista. O terceiro tópico, nesse diapasão, trata do primeiro mandato de Dilma Rousseff, em que se teve um “neoliberalismo desenvolvimentista”, segundo os termos de Saad-Filho.

O quarto tópico aborda o fenômeno do neoliberalismo nos governos petistas de forma conjunta. Para tanto, o primeiro subtópico trata da política econômica neoliberal e das medidas sociais promovidas no período. O segundo subtópico abrange o estudo da racionalidade neoliberal como cada vez presente no Brasil lulista e analisa, por conseguinte, a crescente comoditização da vida nesse período, em que a economia passa a estar presente nos diversos setores da existência humana.

O quinto tópico, por fim, faz a relação entre a perpetuação do neoliberalismo no Brasil sob os governos Lula e Dilma e sua contribuição para uma crise da democracia liberal no país. Não se tem, neste capítulo, a pretensão de aprofundar no tema do lulismo como um conceito. Objetiva-se, na verdade, contextualizar o neoliberalismo brasileiro para uma melhor compreensão do fenômeno dos protestos de junho de 2013 no Brasil, a ser analisado no capítulo 4.

4.2 As bases da Nova República brasileira e a promoção do neoliberalismo no Brasil

4.2.1 *Antecedentes*

A ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) instalou o autoritarismo no país. Embora houvesse forças de resistência, que se manifestaram inclusive em protestos nas ruas, a repressão foi intensa. Nessas circunstâncias, o Brasil foi condenado a décadas de um regime em que se verificou a restrição das liberdades individuais e a perseguição política.

O projeto econômico militar, especificamente, envolvia promover a industrialização, controlada pelo Estado e com capitais nacionais e estrangeiros. Na ocasião do primeiro choque do petróleo, em 1973, o governo brasileiro valeu-se de capitais e empréstimos internacionais. Nessa situação, os países árabes tinham alta quantidade de dólares para oferecer (REIS, 2014).

Com o segundo choque do petróleo, em 1979, o Brasil ainda era bastante dependente das importações, as quais começaram a ampliar-se demasiadamente. Nessa conjuntura, o país não conseguiu obter novos financiamentos, além de ter que enfrentar uma inflação galopante (REIS, 2014). O balanço de pagamentos estava, também, cada vez mais em desequilíbrio. Diante disso, não foi possível completar a formação do parque industrial brasileiro conforme o planejado.

Os anos 70 foram marcados pela globalização e pela liberalização dos mercados. O Brasil, no entanto, inicialmente, ofereceu obstáculos ao livre-comércio (SINGER, P., 2014), diante do seu objetivo de proteger a indústria nascente. Dessa forma, os governos militares, naquele momento, não se deixaram levar pela onda neoliberal surgida no mundo e atuaram com forte intervenção do Estado na economia e grandes obras públicas. A ofensiva neoliberal chegou ao Brasil ainda nos anos 80; porém, até o fim da ditadura, em 1985, prosseguiu-se com uma política keynesiana, sob o comando de Antonio Delfim Netto, em defesa do desenvolvimentismo (SINGER, P., 2014, p. 167).

Os regimes militares brasileiros deixaram como herança a explosão da dívida externa brasileira, bem como altas taxas de inflação. A referida explosão, de acordo com Gérard Bernis, ocorre com vários países da América Latina e dá-se com a gestão de Volcker, diretor do FED³⁴, nomeado pelo então presidente estadunidense Jimmy Carter. Volcker promoveu o aumento da taxa de juros de curto e longo prazo, bem como da taxa de câmbio. A suspensão de novos

³⁴ FED: *Federal Reserve System*. Exerce o papel de banco central dos EUA.

adiantamentos de dinheiro pelos bancos levou à suspensão de importantes investimentos nas periferias, tais como ferrovias, estradas, dentre outros (BERNIS, 2008).

O regime militar foi marcado por grande crescimento na economia, que ficou conhecido como “milagre econômico”. Todavia, grande concentração de renda e ampliação das desigualdades sociais foram deixadas. O saldo negativo deixado pela ditadura civil-militar, notadamente a elevada inflação e a explosão da dívida externa, representaram grande desafio aos governos posteriores e contribuíram ulteriormente para a implantação de medidas neoliberais na economia, apesar da resistência anterior dos governos militares.

A força das elites já presentes no regime militar vincularam a seus interesses os presidentes vindouros. Para que fosse mantido esse sistema, em que privilégios continuassem nas mãos de poucos, a Lei de Anistia exerceu papel fundamental, conforme ensina Vladimir Safatle. Aprovada ainda durante a ditadura, em 1979, o diploma legal representou a não punição dos militares por seus crimes, o que possibilitou a continuidade de forças políticas anteriores à redemocratização (SAFATLE, 2017, p. 67-68).

O governo Sarney promoveu uma transição para o neoliberalismo no Brasil, a exemplo do afrouxamento do controle da taxa de câmbio e do fluxo internacional de capitais (SAAD-FILHO, 2020). Gradualmente, houve reformas no sistema financeiro brasileiro, em particular para facilitar a importação. Isso tudo após a tentativa frustrada do governo militar de consolidar no país a industrialização por substituição de importações (SAAD-FILHO, 2020).

A formação da chamada Nova República, no processo de redemocratização brasileira, deu-se, segundo Safatle, a partir de uma conciliação política, sem que houvesse um projeto para transformações profundas. Como exemplo, o autor fala da aliança entre o PMDB e o PFL pela “governabilidade”, após a derrota do movimento das Diretas Já (1983-1984) (SAFATLE, 2017, p. 66).

O advento da Constituição de 1988, em seguida, trouxe significativos avanços à democracia, possibilitando o sufrágio universal e prevendo um grande rol de direitos fundamentais. Constituíram-se, assim, as bases da Nova República.

4.2.2 A Nova República: início neoliberal

A Constituição de 1988, apesar da tendência internacional de promoção do neoliberalismo, formou-se com bases na social-democracia, em um paradigma de promoção de direitos semelhante aos Estados de Bem-Estar Social da Europa. Por não se ter punido

adequadamente os militares por seus crimes durante a ditadura, não houve uma adequada justiça de transição (GONÇALVES NETO, 2018), o que seria importante na instauração da nova ordem jurídica democrática.

A Constituição Federal trouxe disposições avançadas na concessão de direitos. No entanto, alguns elementos institucionais, como a liberdade de decisão aos magistrados, contribuíram para a manutenção do status quo de poderio de grupos oligárquicos nacionais, que, associados às potências econômicas mundiais do neoliberalismo, promovem a financeirização e a concentração de riquezas (GONÇALVES NETO, 2018).

A nova Lei Maior resistiu à onda neoliberal, segundo Daniel Aarão Reis. No entanto, Fernando Collor de Melo assumiu o governo do Brasil com um programa de abertura do comércio ao mercado internacional. Reformas liberalizantes foram promovidas, em particular a privatização de diversas estatais (REIS, 2014).

Aderindo à lógica neoliberal, Collor criou um Plano Nacional de Desestatização. De acordo com Aarão Reis, “era como se o triunfo do liberalismo estivesse chegando ao país com dez anos de atraso” (REIS, 2014, p. 113). A inépcia do governo Collor, todavia, foi demonstrada, já que a inflação continuou elevada no Brasil, bem assim as acusações de corrupção contra o presidente o levaram à renúncia, durante o processo de impeachment que corria contra ele.

O governo de Itamar Franco foi responsável pelo Plano Real, o qual possibilitou o controle da inflação e até uma considerável distribuição de renda. Franco era mais distante das ideias neoliberais de Collor e decidiu, segundo Aarão Reis, por “um governo de união nacional”, com as principais forças políticas de então, com exceção do PT. Os ganhos políticos do período ficaram para Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda, que foi eleito presidente do Brasil em seguida (REIS, 2014, p. 116).

Percebe-se, até o momento, que a conciliação de diversos interesses políticos esteve nas bases da Nova República brasileira, como se verifica desde a redemocratização, ainda no governo Sarney.

O período de Fernando Henrique Cardoso na presidência foi marcado pela abertura comercial e financeira, num contexto de aplicação do Plano Real, em combate à inflação herdada dos governos militares. Houve privatizações numerosas e expansão da circulação do capital especulativo, sem as devidas regulamentações (SAFATLE, 2017, p. 70). FHC buscava a redução do Estado, em adesão ao modelo liberal adotado no mundo todo (REIS, 2014, p. 117).

Tratava-se de enfraquecer as tradições nacional-estatistas, quebrando reservas de mercado, diminuindo tarifas protecionistas, privatizando atividades e setores econômicos. Nesse sentido, houve uma espécie de continuidade entre os governos Collor, Itamar e FHC que, em perspectiva histórica, retomara, redefinindo-as, algumas ideias básicas que animavam as forças que participaram da vitória do Golpe de 1964, presentes sobretudo no governo Castelo Branco e que seriam abandonadas, depois, pelos governos ditatoriais que se seguiram (REIS, 2014, p. 117).

No final do governo de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil acabou sendo afetado por crises financeiras do período, como as do México (1995), Ásia (1997) e Rússia (1998). Isso tudo provocou desestabilização na economia, considerando que havia vulnerabilidades que não tinham sido bem manejadas na gestão (REIS, 2014, p. 118). Como saldo, o governo FHC deixou pequeno crescimento do país, continuidade da desigualdade, desindustrialização, dependência em relação ao FMI, corrupção persistente, dentre outros fatores (SAFATLE, 2017).

Saad-Filho apresenta o momento até janeiro de 1999 — ano em que ocorreu a crise na taxa de câmbio no Brasil — como uma transição para o neoliberalismo no país (SAAD-FILHO, 2020). Promoveu-se, até esse ponto, a intervenção estatal para realizar alterações legais e institucionais a fim de consolidar as privatizações, a liberalização de capitais e outras medidas. Finda essa etapa, o autor preleciona que se inicia uma fase “madura” do neoliberalismo, iniciada com a adoção do tripé macroeconômico³⁵, em que se pretendia manter o legado da fase anterior, consolidando a sociedade centrada no financeiro e “introduzir políticas sociais especificamente neoliberais” (SAAD-FILHO, 2020, p. 5).

O Brasil acabou lidando com uma progressiva perda de competitividade no mercado do país e também um processo crescente de desindustrialização, poupança diminuta, dentre outras consequências. O avanço da economia não era acompanhado pelas necessárias melhorias na infraestrutura e na produtividade. Consolidava-se também uma dependência do capital estrangeiro.

Um marco considerável no fomento do neoliberalismo como ideologia no Brasil, nesse período, foi a formação da ótica gerencial no serviço público, mesmo que não se tratasse de um ente privatizado. Dessa forma, passam a ser exigidos dos trabalhadores elementos peculiares à lógica empresarial, tal como a imposição de nível de desempenho comparável ao de um mercado competitivo, em busca de um ideal de eficiência (PREVITALI; FAGIANI, 2017).

O neoliberalismo, em vista disso, dominava conjuntamente não apenas a economia em si, conforme as medidas do governo FHC na área, mas também a própria organização da vida

³⁵ Regime de metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante.

e do trabalho. A lógica da gestão de si e da competitividade entre pessoas acabou sendo cada vez mais endossada. O que foi chegando ao Brasil de forma gradual acabou por se fixar de maneira mais profunda no país, perpetuando-se até mesmo em governos considerados progressistas, como foi o caso da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva.

4.3 Um panorama dos governos Lula da Silva

A eleição de um presidente de esquerda representava uma esperança para grande parte da população brasileira. A “onda rosa”³⁶ que havia chegado aos países centrais — com a eleição de Bill Clinton, nos EUA, e Tony Blair, no Reino Unido — também se fazia presente na América Latina, com a multiplicação de governos de esquerda. Esperavam-se transformações estruturais profundas. Entretanto, tais mudanças foram impedidas pelo formato de conciliação política adotado, que demandava compatibilizar interesses distintos.

A candidatura de um ex-líder sindical, lembrado como militante de esquerda, causava forte incômodo nas elites econômicas e certo mal-estar nos mercados. O Partido dos Trabalhadores simbolizava, no começo da redemocratização, uma pauta mais voltada a mudanças socialistas, sob um caminho próximo ao revolucionário. Nas eleições de 2002, o partido aproximou-se a uma postura mais moderada, assumindo uma feição reformista, em detrimento da posição revolucionária de outrora (FAUSTO, 2013).

Lula, sob essas condições, lançou a chamada Carta aos Brasileiros, na qual prometeu manter os compromissos firmados pelo governo anterior, com o escopo de acalmar as forças neoliberais e conservadoras (SINGER, P., 2014). Dessa forma, o presidente foi fundando seu governo num formato de conciliação política, que objetivava compatibilizar os interesses dos diversos setores da sociedade.

A conciliação política e de classes não era novidade no Brasil, a exemplo dos governos Sarney, Itamar Franco, e outros. No caso do governo Lula, especificamente, os pobres tiveram grande destaque, havendo uma articulação que permitisse ganhos tanto para as pessoas mais humildes como às elites empresariais e financeiras. Tratou-se de um fator determinante para a construção da governabilidade.

A ampliação da arena política simbolizou esse esforço conciliatório, porquanto refletiu a expansão dos grupos participantes da política, para além das elites tradicionais: movimentos sociais, partidos de esquerda, sindicatos, dentre outros. Ademais, não somente a base original

³⁶ Sobre a “onda rosa”, consultar capítulo 1.

dos trabalhadores empobrecidos e assalariados compuseram o apoio ao governo inicialmente, como também grande parte da classe média. A escolha do político moderado José Alencar à vice-presidência também simbolizou o objetivo pragmático conciliatório de Lula (FAUSTO, 2013).

Formou-se, outrossim, um governo de coalizão, em que houve a necessidade de aproximação com diversos partidos políticos, além daqueles de esquerda que haviam levado Lula ao poder, a fim de permitir a governabilidade. Houve, portanto, a aproximação com partidos como o PMDB e outros menores, assim como ocorreram concessões de cargos em ministérios e outros postos (FAUSTO, 2013).

Os padrões econômicos neoliberais oriundos do governo anterior foram mantidos. O chamado Tripé Macroeconômico, adotado por Fernando Henrique Cardoso em sua presidência, foi preservado. Trata-se de um dos símbolos da política neoliberal (PURDY, 2019), cuja aplicação também foi reforçada diante da nomeação de Henrique Meirelles à presidência do Banco Central e da manutenção dos demais componentes da respectiva diretoria, o que animou o mercado financeiro (SINGER, P., 2014).

O Tripé Macroeconômico reflete a aplicação de uma política econômica no Brasil que vai contra o que se esperava de um governo progressista. As finanças públicas, dessa forma, estavam voltadas para um rigor fiscal, que reduzia, de certa forma, os gastos públicos que poderiam ser empregados para melhorias sociais, de infraestrutura, e outros.

O PT não rompeu com o neoliberalismo, que se encontrava enraizado nos diversos setores institucionalizados, como política, economia, relações de classe, e outros. Além disso, como ideologia e governança, o neoliberalismo manteve-se e não foi devidamente combatido pelos governos petistas (SAAD-FILHO, 2019).

Saad-Filho subdivide o neoliberalismo³⁷ brasileiro dos governos petistas em duas espécies: o inclusivo (2003-2006) e o desenvolvimentista (2006-2013)³⁸. São formas “maduras” do neoliberalismo, nas quais se perpetuam os objetivos alcançados da fase primeira de construção da lógica neoliberal no Brasil (SAAD-FILHO, 2020).

³⁷ Saad-Filho aborda o neoliberalismo como um sistema de acumulação. Para o autor, um sistema de acumulação consiste em uma forma particular de existência no capitalismo durante um período histórico e em determinado país. O modo de acumulação, para o autor, é formado pela maneira pela qual se obtém a mais-valia; a forma estrutural pela qual as classes sociais se reproduzem, por meio das leis, do Estado, da propriedade, dentre outros; e, mormente, as ideologias que legitimam essa configuração (SAAD-FILHO, 2020).

³⁸ O autor trata o período de 2013 a 2016 como indefinido, vez que “a política econômica se tornou incoerente e a produção e o emprego entraram em colapso”. Original: “economic policy became incoherent and output and employment collapsed” (SAAD-FILHO, 2020, p. 2).

O primeiro mandato de Lula corresponde ao que Saad-Filho chama de “neoliberalismo inclusivo”, ainda que seja uma expressão aparentemente paradoxal. Esse momento histórico foi marcado por uma fase favorável do ciclo das *commodities*, que possibilitou políticas sociais voltadas aos pobres e o aumento da formalização do emprego. O contexto de crescimento econômico e de maior disponibilidade orçamentária permitiu o aumento dos gastos sociais (SAAD-FILHO, 2020).

Essa primeira fase também foi marcada pela explosão do caso Mensalão, em que o Partido dos Trabalhadores era acusado de fornecer propina a parlamentares para aprovarem projetos do governo. O esquema do Mensalão havia sido criado por Eduardo Azeredo, do PSDB, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, porém foi mantido na gestão Lula. Safatle afirma que os meios de comunicação, em sua grande parte, deram destaque à parte que cabia ao PT, em vez de ressaltar o envolvimento da então oposição — o PSDB (SAFATLE, 2017).

No primeiro mandato, os ideais de um neodesenvolvimentismo vinham crescendo em setores intelectualizados, em ONGs, na academia e nas proximidades do presidente Lula. No segundo mandato, vários ministérios foram ocupados por adeptos do neodesenvolvimentismo, porém a base neoliberal foi mantida, já que o Banco Central permaneceu inalterado. Saad-Filho descreve esse momento como um neoliberalismo desenvolvimentista (SAAD-FILHO, 2020).

O segundo mandato de Lula foi também marcado pela aliança com o PMDB e pelo aprofundamento de medidas sociais. Vivia-se um momento de otimismo. Em 2006, Guido Mantega foi escolhido para o Ministério da Fazenda, difundindo uma proposta de desenvolvimentismo. Promoveu-se o controle de capitais especulativos por meio de aumento dos impostos aplicados aos recursos oriundos do exterior. O Brasil também consolidou sua independência em relação a instituições como o Fundo Monetário Internacional, ao acumular considerável quantia de dólares de reserva internacional (SINGER, P., 2014).

O Brasil logrou obter consideráveis índices de crescimento econômico e de mobilidade social, mesmo com a ocorrência da crise econômica de 2008 e da manutenção do neoliberalismo (REIS, 2014). O desenvolvimentismo contribuiu para que a crise tivesse menor peso no Brasil, constituindo um período frutífero para o crescimento econômico e para a redução das desigualdades, puxados pelo forte investimento público em obras de infraestrutura, energia e outras, assim como pelo estímulo ao consumo. Viveu-se, pois, um ciclo econômico virtuoso (SAAD-FILHO, 2020).

Ressalta-se que as políticas sociais do governo Lula, embora marcantes, não eram novidade. A Constituição de 1988 já trazia direitos sociais como à saúde, moradia, educação e outros; sendo, de certa forma, uma continuidade das medidas já empreendidas em um governo considerado “pragmático” como o de FHC (GEORGES; TIZZIANI, 2020, p. 15).

Nesse cenário, o prestígio internacional do país cresceu, tendo em vista que, enquanto a forte recessão atingia países do Norte Global, o Sul Global passou a ter mais voz na tomada de decisões. Formou-se, por exemplo, o agrupamento BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e, posteriormente, África do Sul), em que os países objetivavam tomar medidas coordenadas em diversos assuntos, como em pautas econômicas, desenvolvimento e cooperação Sul-Sul.

O governo Lula destacou-se também pelo crescimento da chamada “classe C”. Viveu-se um contexto de maior mobilidade social, em que a referida classe passou a ser mais incluída pelo consumo, em todo contexto econômico favorável. As políticas redistributivas, tais como o Bolsa Família, possibilitaram a melhoria das condições de vida de milhares de brasileiros. Foi, também, ampliado o acesso às universidades por meio do Prouni³⁹.

A gestão Lula sobressai-se, ainda, por suas contradições. Eram mantidos os privilégios do mercado financeiro, notadamente o câmbio flutuante e a livre circulação de capitais. Concomitantemente, o presidente empreendia em medidas redistributivas, tais como o Bolsa Família e a facilitação do crédito consignado, o que possibilitou a expansão do mercado interno e um maior crescimento econômico (SINGER, P., 2014). Apesar dos avanços, durante os governos Lula, não se criaram novos direitos sociais no Brasil (ANTUNES; BRAGA, 2014).

O presidente terminou seu segundo mandato com o maior índice de aprovação da Nova República (SAFATLE, 2017). Não obstante o prestígio da imagem de Lula e da melhora no aspecto social, o Brasil ainda lidava com “graves problemas de saúde, educação e segurança, além das desigualdades sociais” (REIS, 2014, p. 122). Nutria-se, ainda, o otimismo de que as melhorias sociais prosseguiriam com a eleição de Dilma Rousseff, também do Partido dos Trabalhadores.

4.4 O governo Dilma Rouseff de 2011 a 2014: aspectos gerais

O Brasil contou com uma maioria pró-democracia no período entre 1985 e 2010, em que não houve contestação relevante das eleições (AVRITZER, 2019). Nesse contexto, no

³⁹ O Prouni é um programa que fornece bolsas de 100% ou 50% a estudantes de baixa renda em instituições privadas de ensino superior.

começo da década de 2010, Dilma Rousseff foi eleita, numa conjuntura de prestígio da democracia, em que se almejava a manutenção dos ganhos promovidos por seu predecessor.

Dilma tentou resistir à pressão neoliberal em seu primeiro mandato (SINGER, A., 2018) e manteve uma política de base rooseveltiana⁴⁰. De acordo com Saad-Filho, a presidente manteve, mais precisamente, o neoliberalismo desenvolvimentista de Lula. O cenário era de baixa produtividade no país, de crescente desindustrialização e de aumento do déficit no balanço de pagamentos (SAAD-FILHO, 2020). A chamada “Nova Matriz Econômica”, instaurada naquele momento,

objetivava reduzir os custos de produção nas finanças (por meio de taxas de juros mais baixas e empréstimos subsidiados), insumos importados (via controle do influxo de capital e a desvalorização da taxa de câmbio real), energia (tarifas menores e melhor infraestrutura), e transporte (pedágios mais baratos e uma melhor rede rodoviária); e introduzir uma reforma tributária (SAAD-FILHO, 2020, p. 11)⁴¹.

Houve um descompasso entre o objetivo neodesenvolvimentista de Rousseff e a pressão do Banco Central para a observância do tripé macroeconômico. A adoção da Nova Matriz Econômica não gerou o crescimento econômico esperado e, na verdade, os índices de crescimento eram cada vez menores.

A presidente aumentou os programas sociais em relação à gestão Lula (SAAD-FILHO, 2020). No entanto, de certa forma, Rousseff era criticada por setores da esquerda, por não aprofundar os avanços sociais de modo a promover transformações mais substanciais no país. Ao mesmo tempo, grande parte da elite econômica desejava a expansão de medidas neoliberais na economia, almejando a redução do Estado e dos gastos públicos com os programas sociais. Com o passar do tempo, a presidente passava a desagradar diversos setores da sociedade, o que contribuiu para a eclosão, em junho de 2013, de grandes protestos em todo o Brasil.

A manutenção de políticas anticíclicas, mesmo considerável tempo após a crise de 2008, foi essencial para o desgaste de Dilma Rousseff. Os elevados gastos públicos e as medidas heterodoxas passaram a incomodar fortemente o empresariado e a elite financeira, que

⁴⁰ Significa uma política baseada em medidas econômicas heterodoxas e anticíclicas, com a promoção do aumento dos gastos públicos, assim como promoveu Franklin Delano Roosevelt, presidente dos EUA, na recuperação desse país após a crise econômica de 1929.

⁴¹ Original: “The new economic matrix aimed to reduce production costs across finance (through lower interest rates and subsidized loans), imported inputs (via controls on capital inflows and the devaluation of the real exchange rate), energy (lower tariffs and better infrastructure), and transport (cheaper tolls and an improved road network) and introduce tax reform (SAAD-FILHO, 2020, p. 11)”.

desejavam a tomada de medidas econômicas ortodoxas e que viam o esgotamento do keynesianismo lulista.

O governo de conciliação de classes enfrentou a dificuldade de compatibilizar interesses distintos. Ao diminuir a pobreza, os governos do PT acabaram provocando o confronto com as classes dominantes, não obstante houvesse esforços para compatibilizar os distintos interesses. A estabilidade vista no governo Lula, diante disso tudo, não teria bases para manter-se por muito tempo, o que provocou o início de sua derrocada em 2013, durante o governo Dilma Rousseff (SINGER, A., 2018).

O enfraquecimento político de Dilma era muito visível nas eleições de 2014, quando a foi reeleita com pequena diferença percentual em relação a seu oponente. Em 2016, a presidente sofreu um processo de *impeachment* que pode ser interpretado como um golpe parlamentar, após o qual assumiu o vice-presidente Michel Temer, do PMDB⁴².

Em síntese, quanto ao lado positivo dos governos petistas,

são inegáveis os avanços em incontáveis indicadores econômicos e sociais após as vitórias eleitorais e sucessivos mandatos presidenciais do Partido dos Trabalhadores no Brasil entre 2003 e 2016. A política de aumento real do salário mínimo, programas como “Luz para Todos” e “Minha Casa Minha Vida”, a redução dos níveis de desemprego, os êxitos no âmbito da soberania alimentar, a ampliação do número de vagas nos ensinos profissionalizante e superior da rede federal e a constante melhoria dos números de desenvolvimento humano são exemplos ostensivos de transformações em direção a uma realidade social menos iníqua (TAVARES; BENEDITO, p. 182).

Apesar dos aspectos positivos, o Brasil continuou orientado a privilegiar os interesses do mercado nos diversos setores da vida, mesmo nas políticas redistributivas. Os próximos tópicos analisarão o neoliberalismo progressista dos governos petistas no Brasil.

4.5 O neoliberalismo sob o período lulista no Brasil

Emir Sader aplica o termo “pós-neoliberalismo” para se referir aos governos Lula e Dilma⁴³, por interpretar que estes superaram o neoliberalismo que marcou a gestão Fernando

⁴² O estudo do processo de impeachment ou golpe parlamentar, apesar de grande relevância, foge ao escopo do presente trabalho.

⁴³ Emir Sader considera que “o neoliberalismo representa o projeto de realização máxima do capitalismo, na medida em que visa a mercantilização de todos os espaços das formações sociais” (SADER, 2013, p. 135).

Henrique Cardoso. Justifica seu ponto de vista ao aduzir que o petismo deu prioridade: às medidas sociais, em detrimento dos ajustes fiscais; ao Estado como motor para o crescimento da economia e distribuição de renda, em contraposição ao Estado mínimo ou à “centralidade do mercado” (SADER, 2013, p. 138).

João Sicsú igualmente trata os governos Lula e Dilma como um pós-neoliberalismo (SICSÚ, 2008). Marcio Pochmann também realiza uma abordagem do contexto como um período pós-neoliberal (POCHMANN, 2013), em consonância com o conceito apresentado por Emir Sader. Esses autores convergem ao conceberem que as iniciativas de Lula e Dilma que fossem, em certo grau, contrárias ao que se espera de um governo puramente neoliberal⁴⁴ já demonstravam uma total ruptura. Como argumentos, destacam os numerosos programas sociais, a maior independência em relação ao capital externo, dentre outros elementos.

Mesmo na hipótese em que se conceitue neoliberalismo de forma restritiva, como somente uma forma de política econômica de redução do Estado, austeridade fiscal, diminuição dos gastos públicos, privatização e outras medidas, não é sustentável considerar os governos petistas como pós-neoliberais. De acordo com Friedmann e Puty, o conceito de pós-neoliberalismo leva à compreensão de uma ruptura substancial com o neoliberalismo o que, na prática, não aconteceu no Brasil petista (FRIEDMANN; PUTY, 2020).

Desde o início do mandato de Lula, houve a permanência do Tripé Macroeconômico, maior independência do Banco Central e outras medidas que comprovam o prosseguimento de uma política econômica neoliberal. Tendo isso em vista, ressalta-se que a manutenção do neoliberalismo no Brasil nos governos Lula e Dilma vai além do fundamento do “estado mínimo”. Percebem-se vários elementos de continuidade de governos anteriores, apesar de algumas diferenças (FALCHETTI, 2020), conforme será estudado nos tópicos seguintes.

4.5.1 *A política econômica neoliberal e as medidas sociais petistas*

Lula e Dilma mantiveram o neoliberalismo dos governos de Fernando Henrique Cardoso. Logo de início, o Tripé Macroeconômico foi preservado, como uma forma conservadora de lidar com a economia, por trazer premissas ortodoxas de responsabilidade fiscal. A adoção do tripé, principalmente a meta de superávit primário, demonstra a priorização do pagamento da dívida pública. Enquanto abundantes exonerações fiscais eram fornecidas a

⁴⁴ Esses autores, dentre outros aspectos abordados, dão ênfase ao aspecto de política econômica neoliberal, quanto a privatizações, redução do Estado, dentre outros.

grandes empresas e bancos, a população como um todo deveria pagar impostos sobre o consumo, o que acaba sendo proporcionalmente mais oneroso — principalmente aos mais pobres (TAVARES; BENEDITO, 2018).

É marcante também a manutenção da taxa de juros que remunera os títulos públicos em patamares elevados, enquanto se buscava uma responsabilidade fiscal que desviava o foco do governo de um possível aprofundamento de medidas que beneficiassem o povo. Todas são medidas que sublinham a importância dada a investidores e credores em detrimento do povo e dos eleitores (TAVARES; BENEDITO, 2018).

Contrariamente às expectativas de parte do eleitorado, as privatizações mantiveram-se, assim como a construção de uma governança neoliberal nas empresas que não passaram totalmente à iniciativa privada, como a Petrobras, por exemplo. Ademais, há a expansão da concorrência, mormente nas concessões (CINTRA, HERRERA, 2014), pondo em destaque princípios valorizados pela racionalidade neoliberal, como o estímulo à concorrência e à eficiência.

André Singer (2018) aduz que o lulismo se voltou, a partir de 2003, principalmente aos pobres (SINGER, A., 2018). Em 2003, foi criado o Bolsa Família, que representou um combate à pobreza por meio de uma política redistributiva. Bem-sucedido, o programa mantém-se mesmo com o término dos governos petistas. No mesmo ano, foi criado o Fome Zero, com o objetivo de promover a segurança alimentar no Brasil. O PROUNI contribuiu para o maior acesso às universidades por pessoas de baixa renda. Além disso, o PRONATEC⁴⁵, criado em 2011, surgiu com o objetivo de fornecer bolsas integrais ou parciais a pessoas de baixa renda para cursos técnicos.

Esses são exemplos de alguns dos programas sociais surgidos no período. Parte significativa do subproletariado passou a compor o que chama de novo proletariado, devido às medidas sociais, ao aumento das vagas de emprego e ao crescimento da formalização do trabalho (SINGER, A., 2018).

Apesar disso, o lulismo, segundo Singer, representou um “reformismo fraco”, vez que empreendeu medidas sociais que foram facilmente revertidas posteriormente — como no caso do congelamento dos gastos públicos, terceirização e reforma trabalhista no governo Michel Temer (SINGER, A., 2018). O esforço pela conciliação de classes, dessa maneira, propiciou uma superficialidade dos ganhos sociais. A condição de vida de grande parte dos brasileiros melhorou durante os governos petistas. Porém, muitas medidas foram meramente paliativas,

⁴⁵ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

como o Bolsa Família, que contribui ao combate à fome e à pobreza, mas não promove modificações profundas o suficiente para provocar transformações duradouras.

Houve aumento, em termos gerais, das despesas sociais do governo, em proporção do Produto Interno Bruto, entre os anos de 2002 e 2015. No entanto, tais gastos permaneceram estáveis ou pouco mudaram em áreas importantes como saúde e saneamento básico (TAVARES; BENEDITO, 2018).

É possível falar também em um processo de “pacificação” dos pobres nas políticas sociais do Lulismo (2002-2016), vez que as medidas tomadas contribuíram para formar a governabilidade⁴⁶ e a contenção de possíveis conflitos (GEORGES; TIZZIANI, 2020, p. 13). O formato de conciliação de classes adotado consagrou uma forma de gestão que permitiu a continuidade dos benefícios à alta elite financeira e, ao mesmo tempo, o apego dos pobres à figura do presidente Lula (CINTRA; HERRERA, 2014). O apoio das classes mais pobres foi fundamental para sustentar os governos petistas.

Todo o contexto desvela, conforme expõe Safatle, que ocorreu a perpetuação de estruturas patrimonialistas da elite política — considerando a conciliação política e de classes — bem como houve a promoção do país como local de fortalecimento do capitalismo financeiro. Houve a manutenção, no Brasil, de uma elite ociosa e rentista, que leva à socialização de suas dívidas e à privatização de ganhos, com manutenção da corrupção (SAFATLE, 2017).

Depreende-se que a conciliação política foi hábil somente em um contexto econômico favorável, de alta das *commodities*. O lulismo cedeu, em certo nível, aos interesses da pressão neoliberal, que continuou presente após o governo FHC. Simultaneamente, ajudou populações desfavorecidas, mas não a ponto de possibilitar seu fortalecimento e de garantir que pudessem fazer frente ao cada vez mais exigido aprofundamento da prevalência do mercado.

4.5.2 A racionalidade neoliberal e o neoliberalismo como formulação normativa no Brasil petista

A integração do governo brasileiro à lógica neoliberal promoveu transformações não somente no aspecto econômico. A manutenção de elementos liberalizantes de governos anteriores contribuiu para que a economia se tornasse onipresente no cotidiano. Enfatiza-se que

⁴⁶ As autoras utilizam o sentido Foucaultiano de “governabilidade”.

o neoliberalismo limita a vida política à economia e o ser humano começa a ser visto como mero capital humano (BROWN, 2015), conforme estudado no capítulo 1.

O neoliberalismo tem forte presença nas individualidades, dada a ubiquidade da economia na vida das pessoas. O individualismo é fortemente endossado sob tal racionalidade, assim como a lógica da competitividade. No caso brasileiro, quanto ao trabalho, a absorção do sindicalismo pelo governo lulista levou a uma individualização das demandas dos trabalhadores, segundo ensina Ruy Braga. Com isso, ocorrem mudanças nas formas de solidariedade da classe trabalhadora. Outros critérios, como gênero ou faixa etária, passaram a influenciar quando se trata de aproximação solidária (BRAGA, 2017).

A ênfase dada à financeirização e seus interesses contribuíram para colocarem à margem os princípios da solidariedade e da universalidade entre os trabalhadores, ideais outrora mais fortalecidos nos sindicatos — mormente no período em que Lula ainda era um líder sindical (CINTRA; HERRERA, 2014).

Segundo Georges e Tizziani, a formação das subjetividades no Brasil pôde ser verificada a partir da junção das políticas sociais e das outras formas de intervenção do Estado, contribuindo para diferenças regionais e de classe (GEORGES; TIZZIANI, 2020). Destaca-se, dessa forma, o grande apoio da região nordeste ao Partido dos Trabalhadores, assim como dos setores mais empobrecidos da sociedade, mormente aqueles diretamente beneficiados pelos programas sociais. A subjetividade do trabalhador precarizado também foi moldada sob essa racionalidade, tendo em conta que a aquisição do trabalho formal não traduziu necessariamente em uma melhoria de vida.

Os programas sociais petistas puderam deixar sua marca na formação da subjetividade de seus beneficiários ao gerar novos horizontes de possibilidades. Como exemplo, há famílias que se beneficiaram ao mesmo tempo do Bolsa Família, do Prouni e de outras medidas sociais, o que contribuiu para moldar a forma pela qual se incluíam na sociedade (GEORGES; TIZZIANI, 2020).

O neoliberalismo lulista contribuiu ainda para a formação dos repertórios de classe. As autoras Georges e Tizziani usam como exemplo o eleitorado lulista de origem pobre que se beneficiou das políticas sociais “voluntaristas” (GEORGES; TIZZIANI, 2020). É possível mencionar também o incremento do número de trabalhadores formalizados, porém frequentemente em postos precarizados, bem assim a formação também de uma “classe C”.

As grandes obras públicas responsáveis pelo crescimento econômico no Brasil eram guiadas pelo princípio neoliberal do sacrifício, segundo o qual a sociedade inteira deve

sacrificar-se em prol de um todo: a economia. Isso justificou, segundo Tavares e Benedito, “etnocídios” e “ecocídios”, a exemplo da usina de Belo Monte, que provocou grandes prejuízos a tribos indígenas e ao meio ambiente (TAVARES; BENEDITO, 2018, p. 183).

Além desses aspectos, a racionalidade neoliberal estabeleceu-se gradativamente nas instituições brasileiras. De acordo com João da Cruz Gonçalves Neto, o poder judiciário tem papel fundamental para a consolidação do neoliberalismo no Brasil. Desenvolveu-se um ativismo jurídico em que instituições como o Ministério Público, o Poder Judiciário, as Polícias, dentre outros, tiveram uma margem maior de interpretação dos atos normativos concedida pela Constituição de 1988. Essa liberdade permitiu que tais instituições, mormente o poder judiciário, empregassem as leis para alguma finalidade política ou moral, conferindo “novos sentidos interpretativos à lei e práticas administrativas heterodoxas” (GONÇALVES NETO, 2018, p. 175).

Dessa forma, o cenário legal do Brasil contribuiu para a consolidação da lógica neoliberal de prevalência da economia nas diversas searas da vida. Em conformidade com as explicações de Wendy Brown e de Dardot e Laval de que o neoliberalismo representa um padrão moralizante, o ativismo jurídico no Brasil contribuiu com a consolidação do paradigma neoliberal, ao estimular, por exemplo, o combate à corrupção, ainda que existissem deficiências na fundamentação jurídica respectiva. Fica-se, dessa forma, sujeito à conjuntura política e econômica momentânea, tanto nacional quanto na prevalência internacional do neoliberalismo (GONÇALVES NETO, 2018).

Todos esses fatores orientam-se para uma característica central do poder jurisdicional: a de que seus funcionários tendem a ser conservadores e assumirem uma identidade de elite e de toda a autoimagem que lhe acompanha — a excelência, a superioridade moral num panorama de competição individual pela vida e pelo lugar social quando a ninguém está garantida a segurança (GONÇALVES NETO, 2018, p. 190).

O Partido dos Trabalhadores não empreendeu medidas que pudessem obstar o avanço neoliberal nas instituições. Na prática, o povo teve que lidar com os privilégios fornecidos ao mercado e com as privatizações, bem assim com a crescente precarização do trabalho e dos serviços públicos. A vida humana e direitos básicos eram frequentemente tratados como uma mercadoria, numa “comoditização” da vida.

4.5.2.1 A comoditização da vida

A manutenção do neoliberalismo no Brasil contribuiu para uma progressiva comoditização de variados setores da vida, como saúde, educação e trabalho. Vai-se além do fundamento do “estado mínimo”, comumente associado à lógica neoliberal. Percebe-se uma continuação de governos anteriores, apesar de algumas diferenças (FALCHETTI, 2019).

a) Trabalho

O processo de aumento da precarização do trabalho, de acordo com Ruy Braga (2017), deu-se ao longo dos anos 2000. Isso porque, nesse período, o Brasil intensificou seu processo de inserção no capitalismo mundial iniciado ainda nos anos 90, por meio de uma política neoliberal em que se adotam uma elevada taxa de juros, a independência do Banco Central e o câmbio flutuante. No período de *boom* das *commodities*, foi possível vivenciar um momento econômico favorável que possibilitou o crescimento econômico do país e o incremento do emprego (BRAGA, 2017).

O lulismo originou-se dos trabalhadores organizados — via sindicatos (SINGER, A., 2018), o que colaborou para que os governos petistas promovessem uma acomodação dos sindicatos junto ao Estado. Essa nova realidade ocasionou um enfraquecimento da luta de classes (SINGER, A., 2018), e também das formas de solidariedade fordistas (BRAGA, 2017), vez que os sindicatos se encontravam cooptados pelo governo, o que não garantia plenamente a expressão dos trabalhadores sobre todas as suas insatisfações (BRAGA, 2017).

“Novo proletariado”, segundo Singer (2013), ou “precariado”, segundo Ruy Braga (2013), são termos que podem designar uma classe social que teve um papel de destaque no lulismo. De acordo com André Singer, o novo proletariado é formado por trabalhadores, normalmente jovens, com carteira assinada na “década lulista (2003-2013)⁴⁷”, porém que sofriam de “baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho” (SINGER, 2013, p. 23). Nesse sentido, em convergência, Ruy Braga (2013) conceitua precariado como o grupo de trabalhadores desqualificados e semiqualeificados com alta rotatividade e sub-remunerados (BRAGA, 2013).

A questão do trabalho ilustra as contradições do lulismo. De um lado, empregos eram gerados, o salário mínimo era ajustado acima da inflação e havia um crescimento na

⁴⁷ A delimitação até 2013 refere-se ao ano em que o artigo referenciado foi publicado. O período dos governos petistas vai até 2016, ano em que Dilma Rousseff é retirada da Presidência da República.

formalização dos empregos. Por outro lado, concomitantemente, a precariedade do trabalho foi expandindo-se, já que ocorreu o aumento do processo de terceirização, bem como a multiplicação de empregos com baixos salários e de vagas com alta rotatividade (BRAGA, 2017). Os governos do PT, portanto, representaram mudanças limitadas quanto ao trabalho, vez que a maior formalização dos empregos não veio acompanhada de uma necessária transformação nas formas precárias de trabalho (GEORGES; TIZZIANI, 2020).

A continuidade do modelo neoliberal pelos governos Lula e Dilma é verificada por Ruy Braga, dentre outros fatores, pela persistência das medidas de flexibilização do trabalho empreendidas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Alterados os padrões de solidariedade entre os trabalhadores, estes não se viam mais adequadamente representados por seus sindicatos (BRAGA, 2017). Na verdade, parte considerável dos sindicatos, mais próximos à máquina do governo, integraram-se progressivamente à lógica neoliberal financeira:

Por um lado, se a elite da burocracia sindical buscou fundir-se ao aparelho de Estado por meio do controle dos fundos salariais transformados em fundos de investimento capitalista, assegurando sua posição social privilegiada, por outro, o crescimento da pressão proveniente de suas bases sociais impediu um acomodamento sem conflitos ao modo de regulação (BRAGA, 2017, e-book kindle).

O sindicalismo indicado por Ruy Braga é um exemplo de absorção de parte da representação dos trabalhadores pela financeirização. A elite sindical, ao comandar fundos de pensão e integrar diretamente o governo em alguns cargos, contribuiu para o afastamento de grande parte da massa trabalhadora (BRAGA, 2017).

A população, dessa forma, acabou vendo-se superficialmente atendida pela formalização no trabalho. Houve, de acordo com Georges e Tizziani, um aprofundamento das disparidades de classe, vez que grande parte dos trabalhadores teve que se manter em trabalhos precarizados, sem mobilidade social, enquanto os mais pobres, especificamente, tinham uma assistência pelos programas sociais. No período auge do lulismo, os trabalhos qualificados e de nível superior também tiveram sua valorização, o que contribuía para essa disparidade de classes (GEORGES; TIZZIANI, 2020).

O cenário de crescimento possibilitou o incremento do consumo por parte dos trabalhadores precarizados. Porém, ao mesmo tempo, cresceu o superendividamento, num

contexto de baixos salários, o que não viabilizava aos empregados a poupança (BRAGA, 2017)⁴⁸.

Somado a tudo isso, com os sindicatos cada vez mais inseridos na máquina governista, não se possibilitou o aprofundamento de algumas pautas de interesse dos trabalhadores. Apesar dos ganhos obtidos durante os governos do PT, não ocorreram transformações mais profundas, que eram esperadas de um governo dito de esquerda.

O “reformismo fraco” foi característico desse contexto histórico, o que favoreceu o ulterior incremento mais agressivo do neoliberalismo. A partir do impeachment de 2016, o legado petista quanto ao trabalho, por conseguinte, permitiu uma fácil reversibilidade daqueles benefícios logrados pelos trabalhadores.

A financeirização no Brasil foi também disseminada por meio de empréstimos consignados e aumento do acesso a cartões de crédito. Alterações na legislação específica ocorreram, como, por exemplo, em 2003, para a implementação do crédito consignado, em que o empréstimo é deduzido diretamente em salários ou pensões estatais. O atrelamento desses empréstimos aos trabalhadores formais coaduna-se com o neoliberalismo edificado sob a forma de criação de empregos formais, sub-remunerados (LOUREIRO, 2020). Favorece-se o setor financeiro e contribui-se para o endividamento das famílias.

b) Saúde e educação

O Partido dos Trabalhadores baseou-se no incremento de políticas sociais de 2003 a 2016. Todavia, não obstante os aumentos absolutos dos gastos em saúde e educação, possibilitados pelos resultados econômicos positivos, não houve ampliação dos gastos nessas áreas em termos relativos (ANTUNES; BRAGA, 2014).

Embora o Brasil dispusesse de um sistema universal gratuito de saúde, mantiveram-se, durante a gestão do PT, grandes exonerações fiscais efetuadas pelo Ministério da Saúde⁴⁹. Assim, em vez de se adotar uma melhoria real no SUS, o Brasil acabou estimulando a crescente busca de assistência privada em saúde. Esse fator é impulsionado principalmente pelo aumento

⁴⁸ Ruy Braga estuda, especificamente, o caso dos operadores de telemarketing, como exemplo de precarização do trabalho: alta rotatividade, baixos salários, casos de terceirização, alto controle do trabalho executado nos *call centers*, dentre outras. Esse trabalho foi um dos que mais cresceu no período lulista, empregando frequentemente pessoas jovens, com destaque a mulheres e negros (BRAGA, 2017).

⁴⁹ Estima-se um crescimento real de tais isenções em torno de 70% desde o ano de 2003 até 2013 (LOUREIRO, 2020).

dos salários no período, o que contribuiu para uma maior procura por sistemas privados (LOUREIRO, 2020).

A saúde, sob essa perspectiva, progressivamente é tratada como uma mercadoria, uma fonte de lucro. Enquanto há desonerações fiscais para a saúde privada, a saúde pública tem que enfrentar um investimento insuficiente, que contribui para a imagem de ineficiência do SUS. Tal situação não caracteriza apenas um aspecto de medidas políticas neoliberais. Seus efeitos são mais profundos, já que ocorre a naturalização da percepção da saúde e da educação como mercadorias, ao contrário daquilo que apregoa a Constituição Federal de 1988.

A educação também foi vítima do processo de mercantilização. Do nível básico ao superior, o Brasil enfrentava uma insuficiência de vagas, o que levou os governos petistas a subsidiarem a iniciativa privada no setor, por meio principalmente de programas como o PROUNI e o financiamento estudantil (LOUREIRO, 2020). A educação básica, por seu turno, não recebeu o investimento necessário — ao menos não o mesmo destaque que o ensino superior recebeu.

Apesar de suas limitações, os programas sociais petistas possibilitaram que o acesso às universidades fosse expandido. Esse fator favoreceu uma redução na segregação de classe e racial, pois um maior número de pessoas em vulnerabilidade pôde ter acesso ao ensino superior (LOUREIRO, 2020).

c) Moradia

O principal programa dos governos Lula e Dilma em matéria de moradia foi o “Minha Casa, Minha Vida”. Implementado em 2009, era destinado a pessoas de baixa renda, que podiam adquirir residências a preços pequenos, por meio de subsídio do governo (LOUREIRO, 2020).

Um grande número de brasileiros pôde, de fato, ser beneficiado pelo acesso à moradia sob essas condições. No entanto, o “Minha Casa, Minha Vida” contribuiu para a mercantilização do mercado imobiliário, favorecendo empresas privadas como uma forma de fortalecer o mercado por meio da inclusão dos mais pobres no consumo (FALCHETTI, 2020).

A política petista a respeito do tema foi, de certa forma, contraditória. Enquanto possibilitava o acesso a residências aos mais humildes, o governo permitia amplamente a especulação imobiliária, o que sujeitou grande parte da população a aluguéis com preços

abusivos. O processo de comoditização da moradia ocasionou também grandes lucros a construtoras, relegando tal direito ao patamar de mercadoria (LOUREIRO, 2020).

4.5.3 Outras considerações

É inegável que o lulismo trouxe importantes ganhos para o Brasil. O crescimento econômico ocorreu, gerando empregos e possibilitando a integração de grande parte da população pelo consumo. Houve maior distribuição de renda e redução da pobreza. Todavia, os ganhos não estavam ancorados em fundamentos firmes, que possibilitassem a continuidade dos benefícios à população. Passado o contexto econômico favorável, o enfraquecimento da conciliação de classes levou à crise crescente do lulismo.

A opção pela permanência da economia neoliberal impediu que o crescimento do país continuasse elevado, considerando o tripé macroeconômico e a busca de agradar os investidores (CINTRA; HERRERA, 2014). Outrossim, o processo de comoditização do social concorreu para a caracterização dos governos petistas como um neoliberalismo que se baseia na redução da pobreza (LOUREIRO, 2020), contribuindo, assim, para a legitimação dessa lógica no Brasil.

O processo de desaceleração econômica começou em 2012. O desenvolvimentismo adotado por Lula e continuado por Dilma apresentava sinais de esgotamento, porém foram mantidas as medidas keynesianas. A falta de adaptação às novas realidades gerava insatisfação, tanto popular quanto das elites.

O descontentamento com o certo grau de abandono dos bens públicos, em particular, era percebido. O investimento em infraestrutura era insatisfatório, seja em nível federal, seja em estadual e municipal. A vida nas cidades era cada vez mais penosa.

A respeito disso, Ermínia Maricato sublinha as dificuldades crescentes na vida urbana no Brasil. Os estímulos econômicos que possibilitaram o aumento do número de automóveis contribuíram para um maior tempo gasto no trânsito de forma geral, em particular no transporte público. A vida nas cidades tornava-se cada vez mais precária, considerando o não acompanhamento devido da infraestrutura às necessidades da população, o que trouxe consequências inclusive para a saúde física e mental das pessoas (MARICATO, 2013).

A classe média, embora tivesse maior acesso ao emprego formal e ao crédito, viu-se gastando muito mais com saúde, educação e com transporte público (AMARAL, 2018). O incremento da mercantilização desses setores da vida acabou reputando uma maior degradação dos serviços públicos.

As medidas lulistas confirmam que a aplicação do neoliberalismo não depende da ideologia política dominante no momento (DARDOT; LAVAL, 2016). E, conforme visto no capítulo 1, a perpetuação da lógica neoliberal gera uma degradação da democracia — o que, de fato, ocorreu e ainda ocorre no Brasil. Discutir-se-á a respeito disso no próximo tópico.

4.6 O neoliberalismo e a democracia no Brasil nos governos petistas

A continuidade do neoliberalismo no Brasil, apesar de ter-se dado sob um governo entendido como progressista, contribuiu para uma gradativa crise democrática. A euforia popular na eleição de um presidente de esquerda em 2002 foi sendo substituída por uma crescente desconfiança.

Embora houvesse uma alavancada da economia e uma crescente mobilidade social, ainda eram visíveis “contradições sociais e lacunas democráticas” (PINHEIRO-MACHADO, p. 31). A política monetária conduzida pelos governos Lula e Dilma, por exemplo, privilegiava o mercado financeiro e os bancos, distante da participação popular na tomada de decisões (TAVARES; BENEDITO, 2018).

O arcabouço institucional brasileiro mostrou-se bastante rígido, não permitindo espaços deliberativos em que o povo pudesse ser efetivamente ouvido e ter suas demandas atendidas (GONÇALVES NETO, 2018). Malgrado a existência de fóruns, conferências e outros eventos em que se promovessem discussões sobre políticas do governo, tais mecanismos somente representavam mais um instrumento institucional inócuo. Na prática, não havia uma democracia participativa, na qual os anseios das populações, principalmente as desfavorecidas, fossem atendidos (TAVARES; BENEDITO, 2018).

A construção de um Brasil democrático, que trouxe elites econômicas e políticas da ditadura militar, mostrou suas fragilidades. Ao longo do tempo, de acordo com Leonardo Avritzer, o Brasil continuou a ser caracterizado por ter

um sistema econômico permeado por privilégios políticos, um Judiciário impermeável à modernização democrática, uma estrutura de polícias militares que não permite a generalização de direitos civis, para não falar de forças armadas que, ao se retirarem do poder, trocaram a interferência direta na política pelo corporativismo e alguns projetos militares estratégicos sem transparência alguma (AVRITZER, 2019)⁵⁰.

⁵⁰ Posição 202, *e-book* Kindle.

A prevalência internacional do neoliberalismo pôde associar-se ao interesse de elites locais no Brasil, tendo em vista que as instituições modernas da democracia liberal não se consolidaram plenamente no Brasil, conforme preleciona Gonçalves Neto. Os grupos com poderio econômico no país ainda mantinham uma tradição em que não se diferencia exatamente o público e o privado, o que contribui para a mescla entre os interesses pessoais e o interesse público. Diante disso, o alegado combate à corrupção, por exemplo, pôde servir de desculpa, em algumas ocasiões, para legitimar a tomada de decisões judiciais com o fim específico de favorecer determinado grupo (GONÇALVES NETO, 2018).

Nesse diapasão, segundo Leonardo Avritzer (2019), o Brasil não conseguiu alcançar plenamente, entre 1946 e 2018, uma ordem liberal democrática, vez que não logrou plasmar uma ordem em que os direitos civis tivessem uma estrutura razoavelmente vigente (AVRITZER, 2019). Assim, nos governos petistas, vivia-se sob um padrão liberal de democracia incompleto, em que se procurava conciliar os interesses dos variados setores da sociedade (FAUSTO, 2013).

Segundo Safatle (2017), a tentativa brasileira de reproduzir os Estados de Bem-Estar Social que existiram na Europa pós-segunda guerra falhou, sob instituições de base no paradigma liberal de democracia (SAFATLE, 2017). Esse fator pode ser observado a partir daquilo que foi discutido no capítulo 1: a democracia liberal abre caminho para o neoliberalismo; e o neoliberalismo, por sua vez, num movimento paradoxal, acaba corroendo as próprias bases da democracia liberal. Portanto, a manutenção do neoliberalismo no Brasil, ao longo dos anos, mesmo em governos considerados progressistas, contribuiu para a corrosão democrática e, conseqüentemente, para a crescente insatisfação.

Tendo tudo isso em vista, há a união entre o elitismo e a racionalidade neoliberal. Um dos exemplos dessa união ocorre no poder judiciário, em que se foi formando um ativismo judicial enviesado. A ausência de instituições e uma democracia consolidadas impossibilitam, assim, que as decisões judiciais estejam o mais próximo possível da imparcialidade (GONÇALVES NETO, 2018).

Verifica-se, sob o neoliberalismo, que o *demos* — o povo — acaba sendo reduzido ao eleitorado, enquanto há a primazia do mercado, peculiarmente dos investidores. O Estado, então, fica entre dois grupos principais: o povo e o mercado. De acordo com Tavares e Benedito, em um estudo baseado em autores como Wolfgang Streek e Wendy Brown, a população reivindica por serviços públicos, enquanto o mercado quer que o Estado garanta a continuidade de sua acumulação (TAVARES; BENEDITO, 2018), como foi o caso brasileiro sob o lulismo.

Percebe-se, dessa forma, que a frágil democracia brasileira sequer tinha logrado consolidar sua versão liberal. Ainda que incompleta, o paradigma de democracia liberal no Brasil já vinha sofrendo desgaste no primeiro mandato do governo Dilma Rousseff, o que ficou evidenciado a partir dos protestos de junho de 2013. Conforme verificado no capítulo 1, a degradação da vida promovida pelo neoliberalismo, sob suas variadas formas, contribuiu para a crescente insatisfação popular com o *status quo* democrático. No Brasil, em particular, os ganhos obtidos pelas classes populares contribuíram para que elas ficassem mais exigentes quanto a direitos e à demanda por democracia.

Tudo isso considerado, nota-se que a insatisfação era cultivada em diversos setores da sociedade. Estudantes, trabalhadores precarizados, jovens desempregados, professores, grupos conservadores, dentre outros, sentiam que a democracia vivida não era plenamente a desejada ou, simplesmente, estavam insatisfeitos com o estado das coisas. Viram nas ruas a oportunidade de serem ouvidos e de apresentarem seu descontentamento.

O capítulo 4 tratará, especificamente, de um dos principais resultados desse conjunto de fatores: a eclosão dos protestos de junho de 2013.

5 CAPÍTULO 4: JUNHO DE 2013, NEOLIBERALISMO E A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL

5.1 Introdução

O presente capítulo não se propõe a estudar as consequências dos protestos de junho de 2013. Pretende-se, na verdade, abordar o desenrolar do movimento e sua correlação com o neoliberalismo progressista vigente à época no Brasil, bem como com a existência de uma crise da democracia liberal no Brasil. O marco temporal, dessa forma, limita-se aos acontecimentos de junho.

Para tanto, no primeiro tópico, serão estudados os antecedentes das manifestações. Parte-se das noções de “processualidade interna” e “processualidade externa” (ANTUNES, BRAGA, 2014), porquanto Junho resultou tanto de um contexto global quanto de um nacional ou local — tendo em conta que o contexto global foi analisado no capítulo 2.

Adiante, estudam-se interpretações sobre o desenrolar do movimento, bem como os principais atores e demandas dos protestos, os quais foram modificando-se com o passar das jornadas.

Discute-se também sobre Junho de 2013 como uma reação ao neoliberalismo vigente no Brasil nos governos petistas, que representaram uma continuidade da lógica neoliberal que vinha sendo instituída no Brasil principalmente desde os anos 90 — conforme discutido no capítulo 3. Por fim, analisa-se a relação dos protestos e da lógica neoliberal com uma possível crise do paradigma liberal de democracia.

5.2 Antecedentes

5.2.1 *Processualidade interna*

Os protestos de junho de 2013 resultaram de anos de lutas de movimentos urbanos (ROLNIK, 2013). Destacam-se, no Brasil, as formas de protesto originadas a partir dos movimentos de alterglobalização dos anos 2000, com destaque ao Fórum Social Mundial⁵¹ - FSM, cuja primeira edição aconteceu na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em 2001.

⁵¹ O capítulo 2 trata dos movimentos de alterglobalização em nível mundial.

A diversidade de pautas é uma característica marcante do FSM, algo que influenciaria movimentos posteriormente.

A luta pelo transporte público simboliza as demandas por melhorias nos serviços públicos no Brasil. Maria da Glória Gohn exemplifica que em cidades como Belo Horizonte e Salvador já ocorriam mobilizações há mais de 10 anos quanto ao tema do transporte. A autora aduz também que, dentre outros ocorridos,

no Pará havia protestos sobre a tarifa e a superlotação nos transportes fluviais – os únicos existentes para várias ilhas; [...] no Maranhão, as demandas eram: transporte públicos caros e deficitários gerando o que denominaram “imobilidade urbana”; em Santos, caminhões enfileiravam-se por dias para o desembarque de mercadorias nos navios do porto – um dos motivos da lentidão era a falta de alças de acesso ao próprio porto; em Porto Alegre já tinham acontecido protestos contra a derrubada de árvores para a realização de obras e acesso ao estádio devido à Copa de 2014; ainda em Porto Alegre, Florianópolis e São Paulo, o MPL (Movimento Passe Livre) já tinha histórico de demandas específicas tais como CPI para investigar a responsabilidade do poder público no incêndio da Boate Kiss, no Rio Grande do Sul, no início de 2013 (GOHN, 2014, p. 19-20)

São comumente citadas como antecedentes marcantes na luta pelo transporte coletivo no Brasil a Revolta do Buzu e a Revolta da Catraca, ambos protestos estudantis (MANSO, 2014). A Revolta do Buzu ocorreu na cidade de Salvador, entre os meses de agosto e setembro de 2003 (PESCHANSKI, 2018, p. 155), durante a gestão estadual de Antônio Carlos Magalhães. Os manifestantes promoveram o bloqueio de vias importantes da cidade, a fim de mostrar seu descontentamento com o reajuste da tarifa no valor de R\$ 0,20: de R\$ 1,30 para R\$ 1,50 (MANSO, 2014).

A Revolta do Buzu foi impactante não somente por reunir um grande número de participantes, mas também por mostrar movimentos não exatamente ligados a organizações políticas tradicionais. Grande parte dos estudantes que participavam dos protestos não era membro de partidos políticos ou da União Nacional dos Estudantes e muitos não concordavam que tais organizações falassem em nome dos manifestantes em negociações com o governo (A REVOLTA, 2003). Essa marca de viés autonomista e que parece avessa à política institucional marcou o levante e, após, teria elementos em comum com os protestos de junho de 2013.

Como resultado, o movimento conquistou o congelamento nos preços das passagens de ônibus em Salvador por um período de um ano, bem assim “a extensão do benefício da meia-tarifa” (PESCHANSKI, 2018, p. 155).

De acordo com o Movimento Passe Livre, que posteriormente provocaria o início dos protestos de junho de 2013, a Revolta do Buzu foi inspiradora para a Revolta da Catraca, ocorrida um ano depois das manifestações da Bahia (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013). Este protesto ocorreu na cidade de Florianópolis, em junho de 2004 e entre maio e junho de 2005, ocasião em que foi revogado o reajuste da tarifa do transporte coletivo (PESCHANSKI, 2018, p. 155). André Singer sublinha que “na capital de Santa Catarina, o levante dos jovens foi capaz de obter a lei do passe livre estudantil” (SINGER, A., 2018). Além disso, ressalta que tanto a Revolta do Buzu quanto a Revolta da Catraca foram marcadas por terem uma orientação horizontal e descentralizada, inspirados num modo de ação autonomista (SINGER, 2018).

O Movimento Passe Livre foi fundado no ano de 2005, no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, objetivando dar um alcance nacional à pauta da tarifa zero. O MPL promovia fóruns de discussão sobre mobilidade urbana, em defesa da ideia de que a tarifa zero era uma questão política, em que bastavam esforços dos governantes para implementá-la, não havendo justificativa técnica para eventual impossibilidade desse projeto. A partir de então, a organização passou a ser presença marcante nos protestos vindouros em São Paulo quanto à pauta dos transportes públicos (PESCHANSKI, 2018).

Havia elementos que aproximavam os protestos à tática *Black Bloc*, ao performar atos como colocar fogo em catracas de papelão. É possível também remontar aos grupos de estética punk que atuaram em protestos antiglobalização no início dos anos 2000 (MANSO, 2014).

Na capital paulista, as jornadas de protestos em 2006, 2010 e 2011 infernizaram a vida do prefeito Gilberto Kassab. Bloquearam o centro de São Paulo. Invadiram o Terminal Parque D. Pedro II, chegaram a parar a avenida 23 de Maio. Seus militantes apanharam da polícia, levaram bombas de gás e tiros de borracha. As ações ocorriam quase sempre nos primeiros meses do ano, quando os políticos aumentavam o preço da tarifa dos ônibus e os paulistanos estavam em viagem de férias (MANSO, 2014, p. 84).

O MPL, em janeiro de 2013, atuou em prol da revogação do aumento da tarifa do transporte público em Taboão da Serra, região metropolitana de São Paulo. Em abril do mesmo ano, houve manifestações em Porto Alegre contra o reajuste das tarifas (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013).

Ao longo dos anos, outras cidades do Brasil também foram palco de movimentos pela redução das tarifas do transporte público. Como exemplos: em 2005, conseguiu-se a revogação do aumento em Vitória, Espírito Santo; em 2008, movimento contra o reajuste no Distrito Federal; em 2011, luta pela redução do preço das tarifas em São Paulo e diversas capitais do

Brasil; revogação do aumento, no mesmo ano, na cidade de Teresina após mobilizações (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013).

Os movimentos pelo transporte coletivo traduzem a luta pelos serviços públicos no Brasil. Além dos movimentos por essa pauta, Antunes e Braga destacam grandes greves que ocorreram no país antes de junho de 2013 e que apontavam para a possibilidade de ocorrerem movimentos de proporções tais como os levantes de 2013 (ANTUNES, BRAGA, 2014).

Entre os anos de 2003 a 2008, houve um número relativamente baixo de greves no Brasil. A partir de 2010, no entanto, inicia-se um processo de crescimento dessas mobilizações (SAFATLE, 2017). É possível falar das paralisações e greves ocorridas em 2011, mormente na construção civil, que impactaram obras do PAC⁵²:

22 mil trabalhadores parados na Hidrelétrica de Jirau em Rondônia; 16 mil na Hidrelétrica de Santo Antônio; alguns milhares na Hidrelétrica de São Domingos no Mato Grosso do Sul; 80 mil trabalhadores grevistas em diferentes frentes de trabalho na Bahia e Ceará; dezenas de milhares no Complexo Petroquímico de Suape em Pernambuco, e por aí vai. Tudo somado, o Dieese calculou em 170 mil o número de trabalhadores que, somente em março de 2011, cruzaram os braços (ANTUNES; BRAGA, 2014, p. 44).

No ano de 2012, várias greves também ocorreram. Na Usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, em torno de 7 mil trabalhadores fizeram uma paralisação; no Rio de Janeiro, do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) cerca de 15 mil trabalhadores realizaram uma paralisação por 31 dias (ANTUNES; BRAGA, 2014), dentre outras movimentações. De acordo com Antunes e Braga, tratou-se de um reflexo da crescente precarização do trabalho, traduzida pelas terceirizações e subcontratações (ANTUNES; BRAGA, 2014).

O ano de 2013 apresentou o maior número de greves da história desde a ditadura militar até então, sendo que várias categorias paralisavam de forma independente de suas centrais ou sindicatos. Esse já se tratava, segundo Vladimir Safatle, de um símbolo de que os trabalhadores já não se sentiam representados por aqueles que deveriam exercer sua representação num aspecto formal, a exemplo dos sindicatos (SAFATLE, 2017).

Outras conjunturas também podem ser entendidas como antecedentes para junho de 2013. Um exemplo é o resultado das eleições municipais de 2012, que já simbolizava a insatisfação popular com o status quo, vez que a maioria das capitais do Brasil “elegeram prefeitos de oposição, qualquer que fosse a orientação partidária do mandato que se encerrava” (SINGER, A. 2018).

⁵² Programa de Aceleração do Crescimento.

5.2.2 *Processualidade externa: o contexto das Primaveras pelo mundo*

“Não é possível entender junho de 2013 sem um contexto mundial”, segundo Vladimir Safatle (SAFATLE, 2017). Angela Alonso concorda com essa afirmação ao entender que Junho se encontra na leva de manifestações ao redor do mundo (ALONSO, 2013).

Maria da Glória Gohn, nesse sentido, afirma que “há certo consenso entre os analistas que as manifestações de 2013 no Brasil surgiram na esteira de outros movimentos de indignação em várias partes do globo, contra as políticas asfixiantes da globalização econômica neoliberal” (GOHN, 2019, p. 109), conforme se estudou no capítulo 2.

Tendo em conta essas influências, Maria da Glória Gohn chama Junho e esses protestos correlatos de “Movimento dos Indignados” — o que remete ao movimento dos Indignados da Espanha, que também “focalizam demandas locais, regionais, nacionais, ou seja, a realidade do país” (GOHN, 2014, p. 8-9). No mesmo sentido, Rosana Pinheiro-Machado nomeia como parte do que chama de “Primaveras” ao redor do mundo (PINHEIRO-MACHADO, 2019), o que remete à Primavera Árabe.

As ruas ilustravam essa influência de outros países. Adriano Pilatti cita que a onda já era vista em protestos em maio de 2013 no Rio de Janeiro, com bordões como “acabou o amor, isso aqui vai virar Turquia!” (PILATTI, 2014, p. 52). Posteriormente, muitos dos cartazes e faixas dos manifestantes de Junho continham dizeres como “Eu to ficando turco”, “primavera brasileira”, “a Turquia é aqui” e “Brasil e Síria juntos na luta” (ver ANEXO A).

Como semelhanças, os protestos de junho de 2013 também foram convocados principalmente pelas redes sociais — como *Facebook* e *Twitter*. Observavam-se também demandas por democracia direta ou participativa, tendo em vista que os manifestantes não se sentiam devidamente representados pela classe política.

Antunes e Braga utilizam o termo “Mundialização das Lutas” (ANTUNES; BRAGA, 2014, p. 42) para indicar o aspecto em comum entre protestos ocorridos em Portugal, Egito, Grécia e Brasil no sentido de terem presentes trabalhadores precarizados. Conforme foi visto no capítulo 2, o neoliberalismo presente em diversos países do mundo levou à progressiva perda de direitos dos trabalhadores — com salários baixos, precarização, dentre outros aspectos. A racionalidade neoliberal cada vez mais disseminada tornava a economia onipresente na vida das pessoas, em detrimento da melhoria de suas condições de vida.

Ricardo Antunes e Ruy Braga verificam que junho de 2013 tinha em comum com as Primaveras os seguintes aspectos: ocupação do espaço público, organização horizontalizada e

plebiscitária; demonstração de descontentamento com as estruturas de representação e institucionalidade verificadas nos países capitalistas e também nos países que passaram pela Primavera Árabe (ANTUNES; BRAGA, 2014).

De acordo com Vladimir Safatle, o *Occupy Wall Street* inspirou também ocupações ocorridas em Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro. O autor interpreta esses movimentos como impulsionados pela Primavera Árabe e enxerga em todos um viés autonomista (SAFATLE, 2017), que também é observado em Junho de 2013 no Brasil.

Tendo em conta as processualidades externas e internas, Junho pôde delinear-se como um movimento influenciado por múltiplas frentes, indicando a complexidade do fenômeno. Assim como há a necessidade de observar esses antecedentes, o estudo dos protestos de junho de 2013 demanda uma análise do desenrolar do movimento, de modo a verificar os principais atores envolvidos, bem assim as demandas de maior destaque.

5.3 Interpretações sobre o desenrolar dos protestos de junho de 2013: fases, demandas e atores envolvidos

O objetivo deste tópico consiste em traçar um panorama do desenrolar das manifestações de Junho de 2013 pelo Brasil, o que ajuda a compreender os atores envolvidos e a diversificação das pautas.

Vários autores que estudam e interpretam os eventos de junho de 2013 costumam dividir os protestos por etapas, a partir das características vistas como comuns entre as datas dos acontecimentos. Essa organização contribui não somente para analisar o desenrolar dos levantes, como também para estudar os sujeitos envolvidos e seus principais interesses e demandas. Trabalha-se aqui, inicialmente, com as divisões de Angela Alonso (2017), André Singer (2018) e Maria da Glória Gohn (2014), as quais apresentam certos pontos de convergência e também de divergência.

A linha do tempo a seguir baseia-se nas interpretações dessas duas autoras e desse autor a respeito dos levantes, tendo em conta que a divisão feita almeja organizar melhor a análise. De forma complementar, o apêndice A traça uma cronologia em dias dos protestos (ver APÊNDICE A).

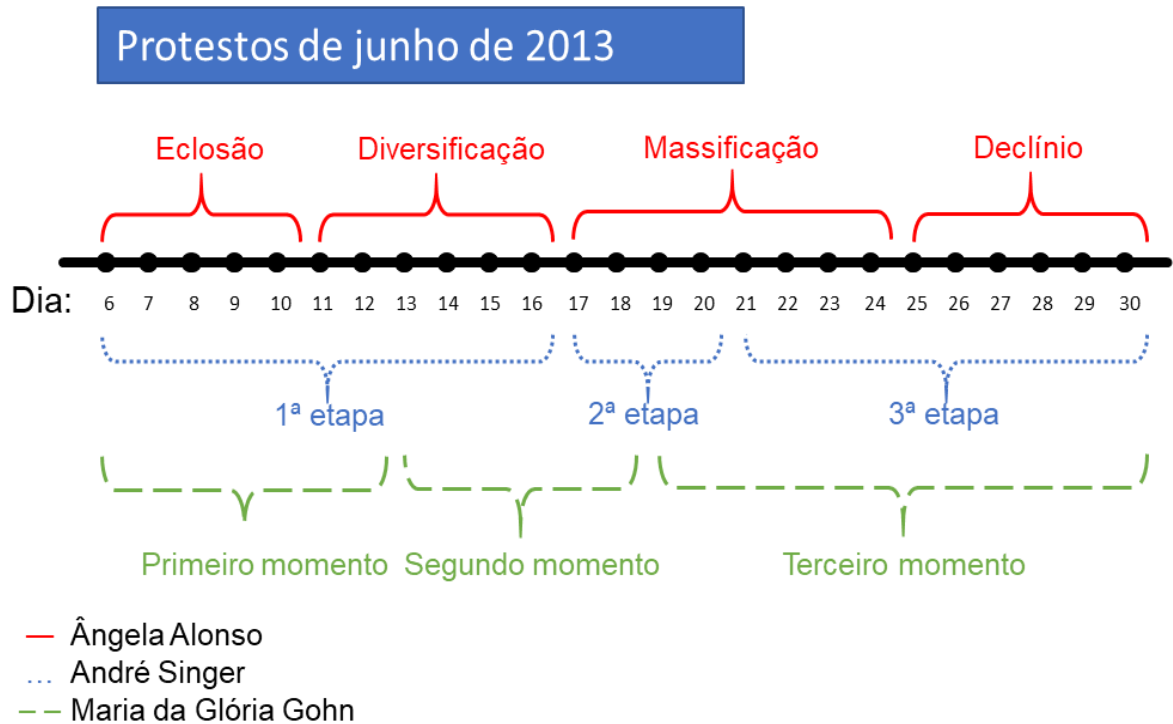


Figura 1 Cronologia dos protestos de junho de 2013

Angela Alonso (2017), por exemplo, divide as manifestações de junho em 4 fases: eclosão (dos dias 6 a 10); diversificação (dos dias 11 a 16); massificação (dos dias 17 a 24); e declínio (após o dia 25). A pensadora contabilizou 470 manifestações em junho de 2013 em todo o Brasil, sendo 90 delas na cidade de São Paulo - SP (ALONSO, 2017, p. 51).

André Singer (2018), por sua vez, divide os eventos de junho de 2013 em 3 etapas. A primeira etapa, para ele, coincide com as fases da eclosão e da diversificação no modelo de Alonso, indo dos dias 6 a 16 de junho. A segunda etapa vai dos dias 17 a 20 de junho, coincidindo com parte da etapa considerada como massificação por Alonso. A terceira e última etapa, segundo Singer (2018), vai do dia 21 até o fim de junho.

Maria da Glória Gohn (2014) nomeia de “primeiro momento” (que vai dos dias 6 a 12 de junho) o que entende como uma etapa de “desqualificação e descaso”, ocasião em que a mídia frequentemente desqualificava o movimento e o atrelava ao vandalismo. O “segundo momento” (dos dias 13 a 18 de junho) é sintetizado pela autora como “violência, revolta popular e susto pelo movimento de massa”, tendo em conta que a repressão policial chamou a atenção da opinião pública, que passou a apoiar os manifestantes, cada vez mais numerosos. O “terceiro momento” (a partir de 19 de junho) corresponde à “vitória na demanda básica”, quando a luta

pela revogação do aumento dos preços dos transportes coletivos tem seu objetivo alcançado (GOHN, 2014, p. 22-23).

Há uma coincidência entre a primeira fase de cada uma dessas interpretações quanto ao entendimento de que se focou, nessa etapa inicial, na luta contra o aumento das tarifas do transporte coletivo, com a eclosão na cidade de São Paulo, no protesto do dia 6 de junho. Tratou-se de uma resposta ao aumento de R\$ 0,20 no preço das passagens de metrô, trens e ônibus, ocorrido no dia 2 do mesmo mês (BRAGA, 2017). A primeira manifestação foi realizada por coletivos, com destaque ao Movimento Passe Livre — MPL (GOHN, 2014)⁵³.

A manifestação do dia 6 de junho era basicamente composta por jovens que se identificavam com a esquerda. Eram militantes favoráveis ao passe livre estudantil (ALONSO, 2017). No “primeiro momento”, segundo Gohn (2014), a cobertura midiática reprovava os protestos, taxando-os como vandalismo, bem como estimulava a criminalização promovida pelos gestores públicos (GOHN, 2014, p. 22).

A partir do dia 11 de junho, passou-se para a fase da “diversificação”, segundo Angela Alonso (2017). Nesse momento, mais pessoas começaram a aderir às manifestações, em particular os movimentos sindicais, partidos de esquerda menores e movimentos tradicionais de mobilização, como o feminista. Alonso menciona que o grupo “Juntos” teria tentado ser porta-voz dos levantes na Câmara de Vereadores, porém grupos autonomistas não permitiram. Diante disso, houve disputa pela direção das manifestações, enquanto mais grupos com causas específicas, tais como defensores do aborto e adeptos da hashtag “#vemprarua” entraram (ALONSO, 2017, p. 51).

O dia 17 de junho fica marcado pelo processo de massificação dos protestos. Em São Paulo, ocorreu um grande ato, que contou com cerca de 65 mil pessoas; ademais, grandes manifestações aconteceram em doze capitais do país. Além do aumento do número de participantes e grupos envolvidos, mais cidades brasileiras aderiram aos protestos (ALONSO, 2017, p. 52).

André Singer (2018) entende que a segunda etapa das manifestações se deu dos dias 17 a 20 de junho, modificando “a quantidade e a qualidade do movimento” (SINGER, A., 2018, p. 86). Passa a existir uma grande dispersão das pautas, sem clareza do conteúdo dos levantes, havendo tanto pautas autonomistas quanto conservadoras, em diversas nuances.

⁵³ O MPL era composto por estudantes defensores da tarifa zero dos transportes públicos e organizava protestos quando havia aumento das tarifas (SINGER, A., 2018).

A terceira e última etapa, segundo André Singer, seria marcada pela fragmentação dos protestos em partes que apresentavam pautas específicas e diferentes entre si, variando da derrubada da PEC 37⁵⁴ e contra os gastos públicos da Copa do Mundo (SINGER, A., 2018). Segundo a divisão de Angela Alonso, a etapa de declínio, que começa no dia 25 de junho, consistiu no progressivo arrefecimento dos levantes (ALONSO, 2017, p. 53).

Angela Alonso (2017) divide os participantes dos protestos de junho em três grupos principais, os quais concebe como “repertórios de confronto”: o autonomista, o socialista e o patriota. O grupo autonomista, segundo a autora, é tido como a grande novidade no protesto. É aquele que se identifica com ideais de justiça global, combina estilos de vida alternativos, aplica deliberação por consenso, apresenta organização descentralizada e sem liderança clara, emprega atos performáticos e demonstra contrariedade a símbolos de poder político e financeiro, dentre outros aspectos (ALONSO, 2017, p. 49). Essas características identificam-se com os manifestantes que iniciaram os protestos — os membros do MPL e outros coletivos que participaram.

Em um primeiro momento, percebe-se que o repertório autonomista se assemelha aos indivíduos que participaram de protestos ao redor do mundo na esteira na Primavera Árabe, de *Occupy Wall Street*, Indignados da Espanha, e outros⁵⁵. Coincidiam as representações contra símbolos do poder, atos realizados em vias públicas que remetessem à elite econômica e financeira, a convocação pelas redes sociais, dentre outros elementos.

Esse repertório não foi construído somente com a inspiração de movimentos externos. O próprio histórico de lutas no Brasil já trazia elementos que indicavam certa rejeição à política institucionalizada. Um exemplo é verificado na Revolta do Buzu (2003), em Salvador, ocasião em que diversos manifestantes rejeitavam a participação de partidos políticos ou discordavam de atitudes tomadas pela União Nacional dos Estudantes (A REVOLTA, 2003).

O MPL mostrou seu compromisso com uma agenda participativa e autonomista principalmente em entrevistas para a televisão, em textos e outros meios. Os representantes do grupo limitavam-se às pautas aprovadas em assembleia e recusavam-se a entrar em assuntos pessoais. As decisões, assim, eram tomadas diretamente pelos participantes, coerentemente com suas reivindicações. Segundo André Singer, a redução das tarifas do transporte coletivo era o foco, mas o grupo tinha intenções anticapitalistas em sua luta (SINGER, A., 2018).

⁵⁴ Esse projeto de emenda à Constituição Federal de 1988 objetivava limitar as investigações criminais à polícia judiciária, retirando essa função do Ministério Público.

⁵⁵ Ver o capítulo 2, que trata desses protestos.

O repertório socialista representa os movimentos políticos e sociais clássicos, cuja organização costuma se dar de forma vertical, com o emprego de megafones e destaque à cor vermelha. Para Alonso, autonomistas e socialistas situavam-se mais à esquerda do que se localiza o governo petista no espectro político (ALONSO, 2017).

Angela Alonso (2018) considera que o terceiro repertório, o qual nomeia de patriota, não se destacou muito em junho de 2013, vindo a ser realmente marcante nos protestos vindouros, em particular aqueles pelo impedimento da presidente Dilma Rousseff. O grupo recupera elementos de duas grandes ondas de protestos: o Fora Collor, de 1992, e o Diretas Já, de 1984.

Recuperam-se do Diretas Já as pautas sobre as condições de trabalho, saúde, educação, transporte e outras. Do Fora Collor, buscam-se o impeachment da presidência e o combate à corrupção na política. De todos esses protestos, a retomada do uso das cores verde e amarelo é marcante (ALONSO, 2017, p. 50). As pautas, outrossim, podiam variar da defesa do Estado mínimo ao conservadorismo favorável à ditadura militar, dentre outros posicionamentos (ALONSO, 2017).

Diversos pensadores identificados com o espectro político da esquerda acabam por uniformizar de maneira reducionista o alcance e os sujeitos que compuseram os protestos de junho. Tais interpretações acabam por obscurecer a diversidade que caracterizou o movimento. Marilena Chaui, por exemplo, enfatiza bastante o papel negativo dos protestos para a ascensão da extrema-direita no Brasil (CHAUI *apud* GORCZESKI, 2016).

É possível verificar, na verdade, pelo exemplo dos detidos nos protestos, a diversidade de pessoas que se faziam presentes nos levantes: no dia 11 de junho, a polícia havia detido “jornalista, professor, publicitário, metalúrgico, artista” (GOHN, 2014, p. 27).

Os manifestantes eram compostos por maioria relativa de jovens até 25 anos. A eles se somam os grupos de jovens adultos — considerados os que tem entre 26 e 39 anos, compondo em torno de 80% dos participantes⁵⁶. Com o passar dos dias dos protestos, adultos acima dessa faixa etária foram juntando-se às manifestações, porém em número ainda proporcionalmente mais reduzido (SINGER, A. 2018).

A classe média e o precariado, na visão de André Singer (2018), são os grupos que se destacam nos levantes. Para alguns autores, Junho foi formado essencialmente por membros da classe média, enquanto que, para outros, seria peculiar a participação desses trabalhadores

⁵⁶ André Singer utilizou dados coletados por pesquisas conduzidas por Datafolha, Plus Marketing, Ibope e Innovare, considerando São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e mais oito capitais (SINGER, 2018).

precarizados. Singer, por sua vez, assume que Junho é composto pela mistura dessas classes sociais (SINGER, A., 2018). De acordo com Saad-Filho, a massificação dos protestos tornou as manifestações mais brancas e com mais classe média⁵⁷ (SAAD-FILHO, 2014).

A presença da classe média tradicional⁵⁸, para Singer, foi fundamental nos protestos de junho de 2013.

Isso leva à seguinte equação: enquanto por escolaridade havia uma acentuada presença do topo da escala social, remetendo à classe média, do ângulo da renda, e da ocupação que se pode deduzir a partir da remuneração, as pesquisas apontam uma *incidência da metade inferior da pirâmide nas manifestações*. Seria a confirmação de que a nova classe trabalhadora, conforme sugerido por outros autores, foi para as ruas. Se considerarmos que a maioria dos manifestantes era jovem, tendo entrado havia pouco tempo no emprego - significativamente, o Ibope mostrou que 76% dos manifestantes estava no mercado de trabalho nas oito capitais, o Innovare encontrou proporção parecida em Belo Horizonte (71 %), e o Plus Marketing no Rio de Janeiro (70%) também - , a hipótese de a nova classe trabalhadora ter composto a metade dos manifestantes é plausível (SINGER, A., 2018)⁵⁹.

[...]

Tendo em vista os dados encontrados, a melhor imagem para descrever a composição das manifestações seria a de dois blocos relativamente equivalentes, formados por jovens e jovens adultos de classe média tradicional e outro por pessoas da mesma faixa etária, mas pertencentes à metade inferior da estrutura social, sendo que estes possuíam ao menos escolaridade média. Por isso, a segunda fase das manifestações teria produzido uma encruzilhada de classes: o bloco da classe média tradicional e o bloco da nova classe trabalhadora se encontraram na avenida (SINGER, A., 2018)⁶⁰.

Os jovens considerados da nova massa trabalhadora seriam, com base nos dados apontados por Singer (2018), entendidos como aqueles que têm uma escolaridade mais elevada do que a geração anterior, porém continuam com a renda baixa (SINGER, A., 2018).

Maria da Glória Gohn interpreta uma predominância “de camadas médias para cima” (GOHN, 2014, p. 40) nos protestos de junho. Nesse mesmo sentido, concorda Erminia Maricato (MARICATO, 2013). Vladimir Safatle (2017), no entanto, é resistente às interpretações que atrelam os protestos de junho à classe média, tendo em conta que as várias greves ocorridas nos

⁵⁷ “They also became much more white and middle class in composition” (SAAD-FILHO, 2014, p. 22).

⁵⁸ André Singer (2018) fala a respeito de várias possíveis estratificações da classe média, em que a “classe média tradicional” seria, a princípio, formada por profissionais liberais e executivos, com nível superior, que, no período lulista, colocaram seus filhos para estudarem em escolas particulares, dentre outros aspectos.

⁵⁹ E-book Kindle, posição 1674. Grifos no texto original.

⁶⁰ E-book Kindle, posição 1689.

antecedentes de Junho seriam indicativas de insatisfação por parte dos trabalhadores, em particular os precarizados (SAFATLE, 2017, p. 108).

André Singer (2018) interpreta que a base da pirâmide social, que ele considera como o “subproletariado”, esteve presente nos levantes somente em pequena escala. O protesto em que o autor verificou maior presença de pessoas com escolaridade até o fundamental completo ou incompleto deu-se no Rio de Janeiro, no dia 20 de junho, com um índice de 14%. Dessa feita, Singer percebe que a massa dos manifestantes era composta por pessoas mais escolarizadas (SINGER, A., 2018).

Nesse sentido, segundo Ruy Braga (2017), os grupos pauperizados dependentes do Bolsa Família, assim como a classe trabalhadora organizada que logrou obter aumentos de salário acima da inflação mantiveram-se distantes das manifestações (BRAGA, 2017).

De acordo com Ricardo Antunes e Ruy Braga (2014), a atuação de grupos de esquerda, movimentos sociais e partidos de esquerda impediu que a direita sequestrasse o movimento (ANTUNES; BRAGA, 2014). Apesar disso, Bernardo Gutiérrez (2014) interpreta que “os velhos mediadores (sindicatos, partidos políticos, grupos estruturados) são quase irrelevantes” em Junho, considerando principalmente as primeiras manifestações convocadas (GUTIÉRREZ, 2014, p. 121).

Conforme visto no capítulo anterior, os sindicatos e outros movimentos sociais foram sendo absorvidos pela máquina do governo, o que provocou nos trabalhadores a sensação de não se sentirem representados por essas organizações. Isso justificou parte considerável da hostilidade que esses movimentos tradicionais receberam nas ruas.

De acordo com André Singer (2018), não houve resposta suficiente de Dilma Rousseff durante os protestos ou então outras soluções à esquerda que fizessem com que os manifestantes se sentissem abarcados. De acordo com o autor, dessa forma, o caminho aberto pelo MPL possibilitou que grupos do centro e da direita se expressassem nas ruas mais fortemente na segunda etapa de protestos, trazendo pautas como a rejeição aos políticos de forma geral, por exemplo (SINGER, A., 2018).

Esse momento conecta-se ao que Angela Alonso (2017) trata como repertório patriota. Entram as bandeiras verde e amarelas, as pautas anticorrupção, e outras. Singer aduz que foi um momento essencial em que se iniciou a realizar um nexos de causalidade entre a corrupção e a baixa qualidade dos serviços públicos, tendo em conta a vasta cobertura da mídia sobre o caso do Mensalão meses antes de Junho (SINGER, A., 2018).

Quanto às ideologias políticas, André Singer (2018) associa a pauta dos transportes públicos e contra os gastos dos megaeventos como Copa do Mundo à esquerda. Além disso, entende que a pauta anticorrupção estava mais afim à direita. Segundo o autor, o centro compunha a maior parte dos manifestantes, sendo que aglutinavam uma mistura dessas demandas. A atuação do centro, dessarte, seria contra um Estado antiquado, em contraposição à modernidade representada pela internet (SINGER, A., 2018).

Tendo em vista a posição da nova classe trabalhadora como variável, por ser um grupo de “transição” (SINGER, A. 2018), contribui-se para a percepção de que Junho formou um misto de ideologias, classes e posicionamentos políticos, em que não é possível delimitar com exatidão os grupos envolvidos (SINGER, A., 2018).

Documentários como *Junho* (2014), de João Wainer, e *A partir de agora – As jornadas de junho no Brasil* (2014), de Carlos Pronzato, mostram as cenas de disputa entre grupos participantes dos protestos, em que os manifestantes mais próximos à esquerda já identificavam alguns manifestantes como de direita, chamando-os, inclusive, por termos como “fascistas”.

A ascensão de ideias conservadoras e de direita pôde ser observada nos protestos estimuladas especialmente por uma classe média que, segundo Tavares e Benedito (2018), estaria ressentida em permanecer em condições de classe semelhantes àqueles que melhoraram de vida durante os governos petistas. Outrossim, os autores ressaltam que pode ocorrer, tal como houve na crise dos Estados de Bem-Estar Social europeus nos anos 80 do século XX, de os novos membros da classe média também adquirirem mentalidade conservadora diante de uma nova crise (TAVARES; BENEDITO, 2018).

5.3.1 Observação: crítica a uma visão “sudestecêntrica”

Há interpretações divergentes quanto aos locais de origem das manifestações de 2013. De acordo com Francisco Tavares, João Henrique Roriz e Ian Oliveira (2016), os levantes de 2013 iniciaram-se, na verdade, em Natal, seguindo “de Natal a Porto Alegre, de Porto Alegre a Goiânia e de Goiânia a São Paulo”. A conexão entre os fatos teria acontecido principalmente por meio das redes sociais, tais como *Facebook*, e também pelos sítios de ativistas, tais como a página *Passa Palavra*, dentre outras (TAVARES, RORIZ, OLIVEIRA, 2016, p. 156).

Há ainda estudiosos que interpretam que o processo de manifestações de 2013 iniciou-se em Porto Alegre – RS, no mês de fevereiro, sob a liderança do grupo Bloco de Lutas, também contra o aumento das tarifas do transporte público. Apesar dessa consideração, de acordo com

Céli Regina Jardim Pinto (2017), os levantes de junho não se ligavam diretamente ao movimento de Porto Alegre, apesar da convergência da pauta inicial (PINTO, 2017, p. 128).

A crítica de Tavares, Roriz e Oliveira (2016) sobre uma visão “sudestecêntrica” dos protestos de junho é pertinente porquanto ressalta a diversidade e pluralidade típicas desses eventos. Os levantes de junho podem ter adquirido notoriedade nacional a partir da cobertura midiática dos eventos ocorridos em São Paulo, o que não deve, entretanto, deixar que se obscureçam as demandas e realidades peculiares a cada localidade em que os protestos tomaram corpo.

5.4 Junho e o neoliberalismo: resposta à comoditização da vida

Diversos intérpretes dos eventos de junho de 2013 viram o neoliberalismo vigente no período como uma das causas primordiais da revolta popular, ainda que determinados autores não analisem o fenômeno sob esse ponto de vista. Algumas das interpretações estudadas a seguir apresentam sintomas que apontam a predominância da mentalidade economicista nos variados setores da vida como um dos motivos para a indignação.

De acordo com Ruy Braga (2017), “a crise da globalização tem pressionado as insurgências nacionais do precariado”. Braga propõe que Junho de 2013 consiste em um resultado das políticas de espoliação promovidas pelo neoliberalismo contra os trabalhadores precarizados (BRAGA, 2017).

Conforme estudado no capítulo anterior, os governos do PT, embora progressistas, mantiveram a lógica neoliberal em que o trabalho é encarado como mais uma mercadoria. Trabalhadores precarizados tinham que lidar com a terceirização, alta rotatividade e remuneração baixa, além de enfrentarem outras dificuldades, como a difícil vida nas cidades (ANEXO C).

As manifestações também puderam ser percebidas como resultado do desgaste do modelo de desenvolvimento da época, do aumento da crise da globalização e também do forte elemento de indignação popular (BRAGA, 2017).

Maria da Glória Gohn (2014) interpreta que os protestos focalizaram o capital financeiro como “norma reguladora do cotidiano” da vida das pessoas (GOHN, 2014, p. 140). A população, principalmente os trabalhadores precarizados, sente-se afetada em suas dívidas no cartão de crédito, no desemprego, na desigualdade social, na perda de direitos políticos e sociais, dentre outros fatores, que ficam subordinados a uma prevalência dos interesses de

mercado (GOHN, 2014). A autora cita Wallerstein para expressar que os levantes consistiam numa resistência aos “mantras ideológicos do neoliberalismo”, com o fito de abordar temas como a injustiça, a desigualdade e outros (WALLERSTEIN *apud* GOHN, 2014, p. 143).

Os protestos situavam-se contrariamente à noção de Estado mínimo que compõe a lógica neoliberal. Buscava-se um Estado mais presente, que fosse “menos dependente dos bancos, de multinacionais, empresários, etc.” (GOHN, 2014, p. 67), e que fosse capaz de suprir as necessidades sociais da população.

Rosana Pinheiro-Machado (2019) interpreta que os protestos tiveram natureza “radicalmente democrática” e que, dessa maneira, representaram uma contraposição ao neoliberalismo, em que o trabalhador frequentemente se encontra sujeito a jornadas exaustivas e repetitivas de trabalho solitário. A autora entende que a presença das pessoas nas ruas representou, na verdade, “virar do avesso o individualismo e a chamada racionalidade neoliberal” do cotidiano. Assim, as ocupações da cidade representavam uma nova forma, mais democrática, “de se viver o coletivo” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 21-22).

Tavares e Benedito interpretam Junho de 2013 empregando ensinamentos de Wendy Brown, em particular entendendo tais acontecimentos como um processo de rejeição ao neoliberalismo presente nas diversas formas de vida e a respectiva redução da cidadania à lógica do “capital humano sacrificial” (BROWN *apud* TAVARES, BENEDITO, 2018, p. 182).

Além disso, Junho seria uma resposta à impossibilidade de a população encontrar mecanismos institucionalizados que efetivamente permitissem uma participação popular na tomada de decisões (TAVARES, BENEDITO, 2018).

Apesar dessas considerações, Tavares e Benedito (2018) e Saad-Filho (2014), visualizam a organização dos protestos em si como um resultado da própria lógica individualista do neoliberalismo. Dessa maneira, embora a população se sublevasse contrariamente a efeitos deletérios do neoliberalismo, a forma autonomista de protesto estaria sob o formato individualizado característico da lógica neoliberal.

Tavares e Benedito (2018) interpretam Junho com base no que descrevem como uma política do “faça você mesmo”⁶¹. Embora Junho tivesse representado uma ação coletiva, foi levado adiante, segundo os autores, por motivações e iniciativas individuais. As decisões eram tomadas por consenso ou unanimidade, o que, de acordo com Tavares e Benedito (2018), paradoxalmente estimula o veto individual, significando que qualquer indivíduo discordante impediria o prosseguimento de alguma decisão (TAVARES, BENEDITO, 2018, p. 182).

⁶¹ Os autores baseiam-se em alguns conceitos de Claus Offe.

O entendimento de Junho como algo individualizado é exemplificado pelos autores nas ocasiões em que as passeatas seguiam caminhos distintos na cidade porque determinados indivíduos assim o decidiam. Tavares e Benedito (2018) acreditam que a luta contra uma possível estrutura rígida ou burocratizada do Estado poderia simbolizar uma retomada da subjetividade do liberalismo. Essas tendências de junho de 2013, para eles, impossibilitaram que as demandas difusas se organizassem e tomassem a forma de um movimento específico (TAVARES, BENEDITO, 2018).

Como crítica ao modelo autonomista, os autores interpretam que a

omissão em formular uma perspectiva de poder rival, orientada por padrões alternativos de relação entre economia e política, explica em grande parte o modo como o assim-chamado autonomismo pode se revelar vítima do próprio sucesso, como ocorreu, emblematicamente, com a deserção do MPL em junho de 2013 na cidade de São Paulo, em meio a multitudinários protestos, após obter uma revogação de aumento tarifário no transporte público (TAVARES, BENEDITO, 2018, p. 190).

Saad-Filho (2014) corrobora esse raciocínio ao avaliar Junho de 2013 como uma face do próprio neoliberalismo. O autor considera que houve uma “lumpenização”⁶² da política e uma “facebookização do protesto”⁶³ (SAAD-FILHO, 2014).

Saad-Filho (2014) interpreta que a nova classe trabalhadora não se sente devidamente representada e, por meio das novas formas de comunicação, como o *Facebook*, tais pessoas preferem expressar-se por si, já que é uma maneira não mediada. Dessa forma, o autor caracteriza Junho como um resultado dessa desorganização e da falta de consciência de classe dos trabalhadores, tendo como um dos exemplos uma preocupação maior em tirar fotos uns dos outros do que de fato protestar — o que seria uma “facebookização”. As demandas seriam, portanto, individualizadas (SAAD-FILHO, 2014).

No referido processo de “lumpenização”, Saad-Filho (2014) observa uma tendência de que as classes envolvidas nos protestos não promovam demandas focalizadas. O autor acredita que a característica das manifestações de junho não possibilitaria o surgimento de movimentos ou de organizações duradouras que pudessem acumular experiências (SAAD-FILHO, 2014).

Saad-Filho (2014) defende ainda que a maneira pela qual os manifestantes apresentaram demandas individualizadas e espontâneas pode dificultar o surgimento de programas ou

⁶² Esse termo empregado por Saad-Filho faz referência à expressão marxista do “lumpemproletariado”, que diz respeito ao proletariado que não desenvolveu uma consciência de classe.

⁶³ “Lumpenization of Politics and the Facebookization of Protest”, segundo o autor. Saad-Filho emprega conceitos marxistas no artigo consultado.

plataformas possíveis para mudança social; sendo que essa individualização e uma desorganização seriam estimuladas pela horizontalidade dos protestos. Ademais, ter como base a expressão de demandas individuais nesses protestos presenciais e *online* contribuiria para a formação de demandas simplistas e superficiais. O uso das plataformas digitais para debate e organização dos protestos também não seria adequada ou devidamente confiável para construir vínculos coletivos sólidos, para o autor (SAAD-FILHO, 2014).

As ideias de Maria da Glória Gohn acabam divergindo desse entendimento, ao entender que algumas visões da esquerda tradicional podem ser limitadas ao excluírem a possibilidade de que havia estratégia ou pauta clara nos protestos. A autora salienta que há comportamentos mais afeitos ao anarquismo, como a ação dos *Black Blocs*, por exemplo. Essas visões mais distantes da esquerda tradicional estariam voltadas à luta por ideais de liberdade, justiça, independência e igualdade (GOHN, 2014).

Anselm Jappe (2013) retoma autores situacionistas⁶⁴, que, ao analisar os protestos estudantis de 1968 na França, entendiam que a vida sob o capitalismo era insuportável, “mesmo quando a marmita está cheia” (JAPPE, 2013, p. 312). Com essa comparação, Jappe observa que os participantes dos protestos de junho de 2013, mesmo que não bradassem contra o capitalismo, poderiam estar insatisfeitos com o estado do modo de produção vivido (JAPPE, 2013).

Na verdade, percebe-se “uma insatisfação geral com a vida que se é obrigado a levar, mesmo que nem sempre se saiba denominá-la” (JAPPE, 2013, p. 312). Para ilustrar isso, Jappe (2013) argumenta que os objetivos iniciais da revogação do aumento das tarifas de transporte coletivo foram rapidamente esquecidos em prol das outras demandas que tomaram lugar nos protestos (JAPPE, 2013).

Essa comparação ajuda a entender que os protestos de junho de 2013 tiveram muitas pautas que resultaram da degradação da vida promovida pelo neoliberalismo, mesmo que os participantes nem sempre estabelecessem essa relação de maneira deliberada. A luta pelo direito de ir e vir na cidade, por trabalho digno, por saúde e educação são reflexos de que a sociedade almeja por melhorias em áreas que, muitas vezes, foram vítimas de abandono durante a vigência do neoliberalismo no Brasil.

⁶⁴ O situacionismo consiste numa corrente de pensamento surgida na segunda metade dos anos 50 do século XX e que apregoava um pensamento crítico diante de fenômenos sociais, culturais e políticos, criticando a vida mercantilizada e a sociedade da primazia do consumo. Para mais informações: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo3654/situacionismo>>.

5.4.1 *O direito à cidade e à moradia*

David Harvey (2013) elabora sobre o direito à cidade como devido à coletividade. Viver na cidade é complexo, tendo em vista as dificuldades de locomoção, as desigualdades socioespaciais e a necessidade de ocupação do espaço público como um símbolo do existir na cidade, enquanto território que contempla a possibilidade de mobilização (HARVEY, 2013).

Os protestos pela redução das tarifas do transporte coletivo representaram a luta pelo direito à cidade. A progressiva complexificação da vida social, em particular nas metrópoles brasileiras, não foi acompanhada por uma devida melhoria na infraestrutura urbana. É comum que se verifique, principalmente em cidades como São Paulo, que os trabalhadores residam muito distantes de seus empregos, o que toma deles grande parte do dia dentro do transporte coletivo.

A qualidade diminuta dos transportes é verificada tanto pela alta lotação dos meios de transporte coletivo, como também pela própria infraestrutura urbana precária que se traduz em grandes congestionamentos. Durante os anos de governos do Partido dos Trabalhadores, o acesso a veículos foi facilitado, o que contribuiu para o aumento de carros em circulação e concorreu para a ampliação do “inferno urbano”.

A contínua degradação da vida urbana é intensificada com a perpetuação de privilégios a elites econômicas e financeiras, com destaque ao processo de conexão informal entre empresas de infraestrutura urbana e do setor imobiliário com governos locais. Isso promove a manutenção da especulação imobiliária e a proteção a empresas do ramo dos transportes e da construção civil, enquanto a população em geral das cidades tem sua vida urbana cada vez mais prejudicada. Muito tempo é gasto nos congestionamentos, aluguéis caros e moradias precárias, o que revela os prejuízos sofridos pela qualidade de vida urbana (CASTELLS, 2017).

Manuel Castells (2017) critica o modelo de desenvolvimento adotado pelo PT. Os indicadores sociais melhoraram, porém, segundo o autor, o crescimento de emprego e renda não são suficientes para aprimorar a qualidade de vida das pessoas (CASTELLS, 2017). Diante dessas circunstâncias, o aumento das tarifas de transporte coletivo trazia indignação à população porquanto não se via uma contrapartida em melhorias quando ocorriam esses reajustes. Trata-se de um resultado de anos de perpetuação do neoliberalismo no Brasil.

Nesse diapasão, Ruy Braga (2017) interpreta os protestos de junho de 2013 como um movimento contra o que considera a espoliação do espaço urbano (BRAGA, 2017). Isso inclui as reivindicações contrárias à tomada da cidade para a realização de obras da Copa do Mundo

de 2014, bem como aos impedimentos de circulação em determinadas áreas devido às regras da FIFA⁶⁵ (VAINER, 2013) (ver ANEXO C). Segundo Carlos Vainer (2013),

A Lei Geral da Copa cria uma nova legislação, em violação aberta ao Estatuto do Torcedor. Os monopólios para a concessão de serviços em áreas da cidade ferem os direitos do consumidor. As remoções forçadas de 200 a 250 mil pessoas nas cidades anfitriãs da Copa violam o direito à moradia e à cidade. As populações mais pobres se veem confrontadas a uma gigantesca onda de limpeza étnica e social das áreas que recebem investimentos, equipamentos e projetos de mobilidade. Os indesejáveis são mandados para as periferias distantes, a duas, três ou quatro horas dos locais de trabalho, a custos monetários absurdos e condições de transporte precaríssimas (VAINER, 2013, p. 21-22) (grifos meus).

Os protestos de junho, dessa forma, promoveram um embate contra a ubiquidade do neoliberalismo na vida cotidiana, mormente na cidade. O “espetáculo” do futebol, nos termos de Anselm Jappe (2013), não conseguiu impedir que a população se revoltasse contra os gastos exorbitantes com os estádios da Copa do Mundo, os quais levaram pessoas a serem desapropriadas de suas casas e mudarem suas formas de vida com as grandes obras (JAPPE, 2013). Percebe-se, assim, que a vida é secundária sob a ótica neoliberal (ANEXO C).

Além disso, o direito à cidade é manifestado não somente pela pauta do transporte público em si, como também pela própria ocupação da cidade nos protestos. A noção de pertencimento à cidade em muito foi tomada pelo capitalismo financeiro, representado por edifícios imponentes e localizados em regiões determinadas das cidades, como a Faria Lima em São Paulo, por exemplo.

Maria da Glória Gohn enfatiza as praças e avenidas em que ocorreram os protestos como símbolos. A ocupação de lugares como a Avenida Paulista demonstra uma forma de resistência aos símbolos do capitalismo (GOHN, 2014) e à opressão resultante sob o primado do neoliberalismo.

A tomada da cidade pelo capitalismo financeiro tornou a população cada vez mais refém da especulação imobiliária. A moradia é tratada como mercadoria, tendo como aspecto marcante os elevados preços dos aluguéis. Com salários baixos, os trabalhadores precarizados estavam sujeitos não somente a elevadas tarifas dos transportes públicos, como também ao valor dos aluguéis. Junho de 2013, portanto, representou uma forma de resistência a esses efeitos

⁶⁵ Carlos Vainer critica os benefícios concedidos à FIFA para a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, tais como “isenções de impostos, monopólio dos espaços publicitários, monopólio de equipamentos esportivos resultantes de investimentos públicos” (VAINER, 2013, p. 21).

negativos do neoliberalismo no Brasil, responsáveis pela vida cada vez mais penosa nos grandes centros urbanos.

5.4.2 Saúde e educação

Os gastos exorbitantes referentes à Copa do Mundo de 2014 eram um dos focos dos protestos, tendo em vista que ilustravam a contradição existente entre a preparação para o megaevento e, ao mesmo tempo, a persistência de sérios problemas em serviços públicos básicos, como saúde e educação — que eram frequentemente tratadas como mercadoria.

O aumento da renda nos governos petistas não refletiu nas devidas melhorias nos serviços públicos (ROLNIK, 2013). Conforme estudado no capítulo anterior, os governos do PT favoreceram a expansão dos planos de saúde privados, em vez que fortalecer significativamente o SUS. Além disso, o incentivo a universidades privadas contribuiu para a educação ser tratada como mercadoria.

As condições insatisfatórias de trabalho dos profissionais da saúde e da educação também foram objeto dos protestos. Os manifestantes demandavam melhores hospitais, “padrão FIFA”, tendo em conta que os gastos exorbitantes com a Copa do Mundo poderiam ter sido revertidos para o aprimoramento dos serviços públicos (ANEXO C).

5.4.3 O trabalho

A participação dos trabalhadores do novo proletariado ou do precariado nos protestos de junho de 2013 foi marcante, conforme destacam autores como André Singer (2018) e Ruy Braga (2017). Junho de 2013 representou a possibilidade de trabalhadores precarizados exporem suas insatisfações. Braga enfatiza que o neoliberalismo no Brasil possibilitou sobremaneira uma exploração por espoliação⁶⁶ dos trabalhadores (BRAGA, 2017).

Como visto no capítulo anterior, a aproximação do governo federal com as formas institucionalizadas de defesa dos trabalhadores, como os sindicatos, promoveu uma acomodação dessas organizações, colaborando para a sensação de sub-representação dos trabalhadores. Em parte, isso explica a aversão de muitos dos participantes a movimentos sindicais que compareciam aos protestos.

⁶⁶ A exploração por espoliação, segundo Michel Cahen, consiste na retirada de direitos trabalhistas, de aposentadoria, entre outros (CAHEN, 2017).

O individualismo e a competição incentivados pelo neoliberalismo são refletidos nesse “abandono” sentido pelos trabalhadores por parte de seus órgãos de representação de classe. Junho de 2013 foi uma forma encontrada de reunir multidões insatisfeitas com a precarização do trabalho, permitindo uma possível interpretação de que os trabalhadores encontraram uma nova forma de solidariedade.

Ainda que os salários fossem ajustados acima da inflação, bem como tivesse ocorrido o aumento do processo de formalização do trabalho, os trabalhadores da “nova classe trabalhadora”, nos termos de André Singer (2018), ou do “precariado”, nos termos de Ruy Braga (2017), estavam sujeitos a jornadas de trabalho longas e exaustivas, com sub-remuneração e alta rotatividade.

Além disso, esses trabalhadores encontravam-se cada vez mais endividados, tendo em vista que os salários não eram suficientes. A inclusão pelo consumo promovida pelo PT não foi suficiente para a melhoria das condições de vida desses trabalhadores, já que esse modelo de desenvolvimento adotado não seria sustentável — não promoveu transformações substanciais na estrutura de classes ou na lógica neoliberal vigente. O endividamento das famílias era crescente e, com salários baixos, era difícil obter boa qualidade de vida nas grandes cidades.

Nos levantes de junho, era possível ver cartazes com escritos como “governo sem vergonha, tenta viver um 1 mês com salário mínimo”, ou então “escravidão moderna” (ANEXO C).

5.4.4 *Combate à corrupção*

O tema do combate à corrupção estava distante no início dos protestos de junho. É frequente a interpretação de que o combate à corrupção é uma pauta erigida pela classe média, principalmente como reação à cobertura midiática do caso Mensalão ao longo dos anos.

O neoliberalismo progressista brasileiro, como visto no capítulo anterior, formou-se a partir de uma conciliação de classes, em que o governo disponibilizava recursos para programas sociais, como o Bolsa Família e, ao mesmo tempo, favorecia grandes empreiteiras e elites financeiras. As alianças entre partidos diferentes tinham como consequência a corrupção crescente, já que havia trocas de interesses em prol da governabilidade.

O aspecto moralizante⁶⁷ da racionalidade neoliberal é percebido na pauta de combate à corrupção verificada nas ruas. Uma luta aguerrida sob o lema de combater os corruptos acaba,

⁶⁷ O capítulo 1 menciona o aspecto moralizante da racionalidade neoliberal.

na verdade, estimulando que se identifique “a corrupção política com a própria política” (GONÇALVEZ NETO, 2018, p. 191), o que é perigoso para a democracia.

A rejeição à política era vista nos protestos pela hostilidade direcionada por grupos de manifestantes a militantes de partidos políticos que chegavam aos atos. Além disso, inúmeros eram os cartazes em que a política e a corrupção eram praticamente tratadas como inseparáveis.

O repertório patriota de protestos, nos termos de Angela Alonso (2017), levantou a bandeira do combate à corrupção como uma possível solução aos problemas nos serviços públicos, já que se desenvolve uma falácia de que os políticos corruptos eram necessariamente os responsáveis pelas deficiências na saúde, na educação, no transporte público, e outros. No entanto, sabe-se que independentemente de haver ou não corrupção, a racionalidade neoliberal nunca primará pelo público em detrimento do privado. Enquanto se viver sob a onipresença dos mercados, são os interesses econômicos que prevalecem, e não a coletividade.

5.5 Junho, o neoliberalismo e a crise da democracia liberal

O capítulo 1 tratou da correlação entre o neoliberalismo e a existência de uma crise da democracia liberal. Entende-se aqui o modelo de democracia liberal como aquele em que se busca uma conciliação entre diferentes visões políticas, a fim de garantir um mínimo de direitos (SAFATLE, 2017)⁶⁸, assim como uma combinação dos seguintes fatores: “cidadania, sociedade civil, direitos, contrato social” (SANTOS; MENDES, 2018, p. 11).

Vázquez-Arroyo (2008) disserta que a democracia liberal estabelece um arcabouço em que a economia se torna o centro da política, da cultura e do social (VÁZQUEZ-ARROYO, 2008). Esse modelo, portanto, havia criado um ambiente fértil para que o neoliberalismo se desenvolvesse e sobrepusesse o interesse popular, em prol dos interesses das elites econômicas e financeiras. Num movimento paradoxal, o neoliberalismo passou a corroer a própria democracia liberal, levando em consideração que o capital financeiro onipresente era tido como mais importante do que a garantia de direitos mínimos às populações⁶⁹.

A democracia liberal, enquanto prática e ideia, mostrava suas limitações. Nancy Fraser (2014) entende, como analisado no capítulo 1, que há uma crise geral, que depende do aspecto político e democrático para se resolver (FRASER, 2014). Castells, nessa direção, aduz que a crise da democracia liberal é a “mãe de todas as crises” (CASTELLS, 2018, p. 7).

⁶⁸ Consultar o capítulo 1 para maiores informações sobre o paradigma liberal de democracia.

⁶⁹ O capítulo 1 aborda mais esse assunto.

Conforme visto nos capítulos 1 e 2, a onda de protestos originada a partir da crise econômica de 2008 ao redor do mundo representou, segundo Boaventura de Sousa Santos, uma tentativa de reformulação da teoria democrática de base liberal (SANTOS; MENDES, 2018). Isso tendo em vista que, mesmo aqueles países que tinham governos autoritários e demandavam por democracia — como na Primavera Árabe — o faziam de forma autonomista, pedindo uma democracia participativa ou direta.

Nesse sentido, Manuel Castells (2018) identifica as manifestações dessa onda, em que se destaca aqui Junho de 2013, como protestos contrários ao modelo de democracia liberal, vez que a mera previsão legal ou constitucional de direitos não garantia o seu cumprimento. Já não era suficiente a representação política nos seus moldes tradicionais e, diante disso, o povo demandava por participação direta na tomada de decisões (CASTELLS, 2018).

O Brasil, como visto no capítulo 3, consolidou uma lógica de conciliação de interesses políticos e de classes nas últimas décadas, compatibilizando-se com os pressupostos da democracia liberal supramencionados. Esse esforço conciliatório entre posições muito distintas ocasionou, por exemplo, o escândalo do Mensalão⁷⁰, dentre outros casos de corrupção que foram massivamente divulgados pela mídia.

Tendo em conta fenômenos como esse, parte considerável da população passou a associar a política tradicional partidária à corrupção como algo automático. A rejeição aos partidos políticos e à classe política foi muito perceptível em Junho de 2013, principalmente ao ingressarem nas manifestações os grupos que tinham o repertório patriota de protesto — nos termos de Angela Alonso (2017). Assim, mais um dos elementos da democracia liberal é combatido: a representatividade.

O desgaste do lulismo e a sensação de não estarem devidamente representadas levaram as pessoas a movimentos autonomistas, como Junho (SAFATLE, 2017). Os manifestantes contrapunham-se às formas tradicionais de organização da esquerda e de sua representação. De maneira mais geral, a própria institucionalidade característica da democracia liberal era questionada, em prol de ações autonomistas.

Alana Moraes (2018) argumenta que os protestos de junho de 2013 simbolizaram o esgotamento da democracia representativa liberal no Brasil. De acordo com a autora, os manifestantes demonstravam suas aspirações de participarem da tomada de decisões, rejeitando o lugar de simples “consumidores da política” (MORAES, 2018, p. 41).

⁷⁰ Esquema em que havia pagamentos a parlamentares para que votassem favoravelmente a projetos do governo.

Moraes também leciona que a lógica neoliberal é colocada como uma formulação técnica, isenta, produzida por especialistas. No entanto, sabe-se que a racionalidade neoliberal sempre se direciona para a primazia do econômico, desfavorecendo o coletivo. O MPL representou a tentativa de ruptura com essa realidade, tendo em vista que os manifestantes autonomistas entendiam que o assunto diz respeito a decisões políticas e de força, e não meras escolhas baseadas em planilhas (MORAES, 2018).

Às organizações institucionalizadas da esquerda nesse momento histórico e à representação política correspondente

faltava a capacidade de criar e estarem permeáveis a novos atores políticos, a movimentos políticos de estrutura horizontal e aberta. Foi a direita, a seu modo, que soube capturar o movimento, absorvendo o discurso anti-institucional e focando no bode expiatório da vez: a corrupção e o discurso anti-petista. Mais um momento da histórica incapacidade de ouvir o que não se submete à estrutura de legitimação formal (AMARAL, 2018, p. 139).

No Brasil, a inclusão de movimentos sociais e entidades defensoras dos trabalhadores sob a estrutura do governo petista ao longo dos anos havia contribuído para um engessamento democrático, tendo em vista que tais grupos estavam mais propensos a seguir a cartilha governamental; e acomodaram-se. Maria da Glória Gohn (2014) critica o que chama de “cidadania pseudodemocrática”, considerando que as “práticas deliberativas/participativas” existentes eram, na prática, controladas pelos grupos no poder (GOHN, 2014, p. 143).

A partir dessas noções, entende-se, de certa forma, a rejeição de parte dos manifestantes à presença de organizações como a CUT ou sindicatos, quando estes chegavam aos atos portando suas bandeiras. A referência de institucionalidade que se tinha era essa, há tempos engessada, e que já não promovia mudanças consideráveis. Nesse contexto, o autonomismo aprofunda-se, mesmo em grupos tidos como de repertório “patriota” — termo de Angela Alonso (2017). A procura era, dessa forma, por certo grau de democracia direta ou participativa.

Há pensadores que interpretam que havia uma “democracia neoliberal no Brasil”, como Saad-Filho (2014), por exemplo. De acordo com o autor, Junho de 2013 representou um esvaziamento dessa democracia neoliberal vigente. Para ele, a democracia brasileira compreende “liberdades básicas e eleições competitivas, suplementadas pelo isolamento do

domínio econômico do processo democrático com o objetivo de abrigar as políticas econômicas e instituições neoliberais da pressão da maioria”⁷¹ (SAAD-FILHO, 2014, p. 23).

A partir desse raciocínio, Saad-Filho (2014) argumenta que

Os movimentos de massa brasileiros em junho e julho de 2013 mostraram-se altamente complexos, mas uma análise de classe de suas fontes e formas de expressão pode iluminar as enormes demandas sobre o Estado que emergiram depois das transições “gêmeas” para a democracia e para o neoliberalismo. Eles levaram ao extensivo esvaziamento da democracia política, mudanças significativas na estrutura de classe do país e a decomposição da maioria dos partidos de esquerda e dos sindicatos. Essas transições, e suas implicações sociais e econômicas, apoiaram a emergência de um tipo de protesto neoliberal no Brasil, que é lumpenizado e facebookizado⁷² (SAAD-FILHO, 2014, p. 26).

Cabe destacar, conforme visto nos capítulos anteriores, que o neoliberalismo promove uma corrosão da democracia liberal, tendo em conta que a racionalidade neoliberal ocasiona a ubiquidade da economia na vida. A democracia fica sujeita aos interesses do mercado, sob os valores da competitividade e do individualismo, em detrimento do público e da coletividade. Levando isso em consideração, não se concorda, neste trabalho, com o entendimento de Saad-Filho (2014) acerca da existência de uma “democracia neoliberal” no Brasil. Entende-se que, na verdade, há um projeto de democracia liberal que, por suas próprias peculiaridades, constitui as bases para que o neoliberalismo se construa, não existindo uma democracia especificamente neoliberal.

A demonstração da insatisfação com o *status quo* democrático nas ruas em 2013 ilustra que a democracia liberal em si, permeada pela racionalidade neoliberal, é insuficiente para atender os anseios populares de maior participação política. A estrutura da democracia liberal sob o neoliberalismo não oferece mecanismos eficientes para que a população expresse seus anseios, já que o valor primordial no neoliberalismo é o mercado, sob a competitividade e o individualismo.

⁷¹ Original: “Brazilian democracy includes basic freedoms and competitive elections, supplemented by the insulation of the economic domain from these democratic processes in order to shelter the neoliberal economic policies and institutions from majority pressure”.

⁷² Original: “The Brazilian mass movements in June–July 2013 have been shown to be highly complex, but a class analysis of their sources and forms of expression can shed light on the enormous demands upon the state that have emerged after the “twin” transitions to democracy and to neoliberalism. They have led to the extensive evacuation of political democracy, significant changes in the country’s class structure, and the decomposition of most Left parties and trade unions. These transitions, and their social and economic implications, have supported the emergence of a neoliberal type of protest in Brazil, which is lumpenized and facebookized”.

Os levantes de junho de 2013 podem também ser interpretados, paradoxalmente, como tendo uma forma que está de acordo com a racionalidade neoliberal individualizante, conforme aduz Saad-Filho (2014), ainda que se busque combater a lógica neoliberal economicista. Esse pensamento pode traduzir como o neoliberalismo interfere na formação das subjetividades, orientando como se formam os repertórios de protestos e a própria demanda por democracia. O pensamento individualizado é corroborado também pelo fato de que, em vários atos, a exemplo do dia 17, “havia quase um cartaz por manifestante” (SINGER, 2018) (ANEXO B).

No documentário *A partir de agora – as jornadas de junho no Brasil* (2014), o professor Fabio Sosa interpreta esse individualismo como uma marca do que considera uma despolitização ocorrida nos governos do PT. A melhoria de vida durante esse período não supriu suficientemente as demandas da população por serviços públicos, cultura, lazer, dentre outros fatores, contribuindo para o crescimento do individualismo e do consumismo (A PARTIR, 2014⁷³).

A inclusão pelo consumo realizada durante os governos petistas estimulou esse consumismo e a lógica individualizante correspondente. Há o incentivo para a valorização das individualidades em detrimento das soluções coletivas. Com isso tudo, a democracia perpetua a racionalidade neoliberal, vez que o objetivo é a manutenção da lógica de acumulação baseada na competitividade e na gestão de si. Essas características muito contribuíram para que as demandas em Junho ficassem difusas, sob numerosas pautas.

Augusto, Rosa e Resende (2016) tecem críticas a analistas de esquerda que diminuem a experiência de Junho no que concerne aos participantes que não apresentavam determinadas características de institucionalidade, diferentes dos sindicatos, ONGs, dentre outros. Os autores entendem, inclusive, que esse pensamento se assemelha, paradoxalmente, à criticada democracia liberal, já que se privilegia certa institucionalidade, em detrimento da autonomia. Para Augusto, Rosa e Resende, “a revolta ou o conformismo não estão determinados pelo pertencimento ou pela consciência de classe” (AUGUSTO; ROSA; RESENDE, 2016, p. 32).

Dessa forma, é necessário discordar do entendimento de Saad-Filho (2014) de que os protestos são “lumpenizados”, como um aspecto negativo. De fato, conforme preleciona o autor, a disposição não institucionalizada, horizontal e sem lideranças claras de Junho contribuiu para a difusão das pautas e para a ausência de foco no movimento. Porém, isso não implica que os manifestantes atuassem sem consciência de classe ou sem consciência de suas

⁷³ 17min18s do documentário.

próprias demandas. Limitar a democracia à institucionalidade é permanecer sob um pressuposto da democracia liberal sem agregar novidades transformadoras.

A própria atuação do MPL — horizontalizada, sem líderes definidos — logrou organizar protestos que resultaram na revogação do aumento das tarifas dos transportes coletivos, num movimento de democracia direta, no qual as pessoas conseguiram exprimir nas ruas seus anseios. Esse autonomismo, portanto, tem seus pontos fortes e suas limitações, e não deve ser subestimado.

O autonomismo pode ter suas dificuldades de organização, mas esse fator não deslegitima sua luta. É pertinente a crítica de Augusto, Rosa e Resende (2016) direcionada a pesquisadores que subestimam as potencialidades de Junho de 2013 pelo fato de os protestos não se darem da forma verticalizada tradicional de movimentos que foram gradativamente inseridos na institucionalidade petista. A esquerda que estava no poder no Brasil e a esquerda em geral estavam muito vinculadas a estruturas rígidas, hierarquizadas e centralizadas (SAFATLE, 2017) e foi natural que a insatisfação se mostrasse de modo contrário à fórmula que vinha desgastando-se com o tempo.

A população também já não se satisfazia com o modelo de desenvolvimento adotado pelo PT. Segundo Manuel Castells (2017), os protestos de 2013 simbolizaram

um desafio ao modelo de desenvolvimento baseado no crescimento irrestrito e uma rejeição dos agentes políticos que detêm o poder no Estado. Embora o movimento não tivesse um programa preciso, muito menos uma liderança organizada, suas posições indicavam claramente o *desejo coletivo de criar um tipo diferente de sociedade e Estado, baseado na busca de uma qualidade de vida multidimensional e de uma experiência de democracia participativa* (CASTELLS, 2017, p. 219) (grifos meus).

Percebe-se que Junho de 2013 teve sim seu grau de individualismo presente nas ruas, como própria consequência de décadas de neoliberalismo no Brasil. No entanto, Junho pode ser entendido também como uma experiência em que populações de distintos interesses, ainda que individualizados, se uniram em prol de algo em comum.

Com o passar dos protestos, as pautas e participantes variavam, grupos de interesses distintos entraram em conflito entre si, mas isso não obscurece a intenção dessas individualidades nas ruas, que puderam ser traduzidas em uma nova espécie de coletividade, mesmo que fosse uma coletividade momentânea, *ad hoc*.

Via-se, no Brasil, segundo Manuel Castells (2017), que a democracia havia sido limitada a um mercado de votos, “dominado pelo dinheiro, pelo clientelismo e pela manipulação

mediática” (CASTELLS, p. 295, 2017). Nessas circunstâncias, as pessoas mantêm-se distantes da tomada de decisões, e isso impacta a vida como um todo (CASTELLS, 2017). Os protestos convocados pelo MPL, por exemplo, ilustram a vontade da população de participar da tomada de decisões, mesmo que fosse quanto a um tema específico, como a pauta dos transportes coletivos. E trata-se de um tema fundamental, dado que comporta o direito à cidade, de ir e vir e impacta diretamente no cotidiano.

Manuel Castells (2017) entende que “a esmagadora maioria de partidos e líderes políticos rejeitou os protestos das ruas como uma ameaça à democracia”, uma vez que os políticos eram alvo de protestos devido à sensação de não representatividade pela população e também pelos protestos contra a corrupção (CASTELLS, 2017, p. 264).

Dilma Rousseff, na época, reconheceu a importância dos protestos como elemento de fortalecimento democrático e discursou acerca da necessidade de ouvir o pleito das ruas (CASTELLS, 2017). Na prática, entretanto, os protestos não foram bem recebidos pela política institucional tradicional.

Os protestos tiveram seus aspectos negativos em relação à democracia, notadamente no ponto em que alguns grupos de manifestantes generalizavam a ideia de que toda a classe política estaria implicada com corrupção. Sobre isso, concorda-se com a afirmação de Ballestrin (2018) de que “a equivalência da política à corrupção”, conforme observado em alguns atos de Junho de 2013, “é um dos discursos generalizados que trabalha para a destruição da democracia, afastando as pessoas da política e produzindo um sentimento de rejeição aos partidos políticos, à classe política e às instituições políticas” (BALLESTRIN, 2018, p. 160).

A partir dessa reflexão, entende-se a necessidade de contrabalancear diversas visões de Junho quanto à institucionalidade democrática. Primeiramente, é importante frisar que a existência de demandas numerosas e difusas não deslegitima os protestos de Junho. Caba à institucionalidade política, na verdade, prestar atenção às pautas populares, e não se apressar a considerar os atos como antidemocráticos.

Embora modos institucionalizados de protestos também estivessem presentes — na participação das militâncias de partidos políticos e outros grupos — eles não se destacaram tanto quanto as formas classificadas como autonomistas ou patriotas, que foram crescendo principalmente com a diversificação e a massificação dos protestos.

A *forma* individualizada das manifestações foi sim um reflexo da racionalidade neoliberal individualizante, o que, entretanto, não invalida o *conteúdo* dos protestos. A desorganização e as pautas difusas contribuíram, em certo grau, para que o movimento se

perdesse e não lograsse suficientemente o atendimento às demandas em saúde, educação e outros serviços públicos.

No entanto, a demanda pela democracia direta e participativa em Junho de 2013 representou sim uma resistência à democracia liberal sob o neoliberalismo. Buscava-se combater os efeitos deletérios da onipresença da economia na vida das pessoas. Os indivíduos iam às ruas em busca de aspectos comuns, que atendessem seus anseios e indicassem que a vida humana e suas necessidades são mais importantes do que o dinheiro e do que o mercado.

Junho, por conseguinte, nos termos de Rosana Pinheiro-Machado (2019), representou uma “união de corpos nas ruas e um aprendizado prático de como se manifestar, on-line e off-line, para toda uma geração que cresceu na era democrática” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 37). Não se trata, como ressalta a autora, de romantizar o movimento. Trata-se, na verdade, de ressaltar o potencial contido em Junho para transformações na democracia vivida; uma referência para mobilizações futuras. Daí a ideia frequente de que Junho não terminou.

Mesmo as transformações positivas na era petista provocaram Junho, porquanto o aumento na renda e o acesso maior às universidades, dentre outros fatores, elevaram as expectativas populares de melhorias na vida. A demanda por uma democracia diferente da conciliação vivida era, na verdade, como ensina Rosana Pinheiro-Machado (2019), uma insurgência “que era, em essência, progressista e democrática, gerada, em alguma medida [...] pelas próprias conquistas recentes do país” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 38).

Cabe finalizar o capítulo destacando que Junho, apesar de suas contradições, simbolizou o potencial popular no Brasil de agir. Angela Alonso (2017) critica a visão de que o povo brasileiro seria passivo. De fato, a partir de Junho e dos protestos subsequentes, fica evidente que as potencialidades transformadoras no Brasil existem. E resistem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou examinar a correlação entre a predominância do neoliberalismo, a respectiva crise da democracia liberal e os protestos de junho de 2013 no Brasil. Trata-se de um tema atual, pois seus sentidos ainda reverberam nos dias de hoje.

O capítulo 1 contribuiu para o entendimento de que o neoliberalismo pode ser apreendido não simplesmente como política econômica. O fenômeno é muito mais complexo e também envolve seu fator normativo e de governança. Tem-se uma racionalidade que insere a economia nos diversos setores da vida, como no trabalho, na escola, em casa e nas relações interpessoais. O individualismo é endossado, assim como a constante competitividade. O indivíduo passa a agir como uma empresa, para a “gestão de si”, e até o Estado passa a ser voltado para uma lógica empresarial.

O capítulo 2 permitiu verificar, na prática, de que forma o neoliberalismo pôde concorrer para a degradação da vida em vários países do mundo, o que contribuiu para a onda de protestos pelo globo a partir da crise econômica de 2008. A luta por uma democracia direta e participativa evidencia que os cidadãos não se satisfaziam com o sistema político a serviço das elites econômicas e financeiras. Mesmo na Primavera Árabe, em que se lutava contra governos autoritários, o padrão de democracia de caráter liberal não era privilegiado, porquanto os manifestantes não buscavam uma democracia simplesmente representativa dos moldes liberais.

O capítulo 3 contribuiu para esclarecer de que forma a racionalidade neoliberal se mantém mesmo com a mudança ideológica dos governos. Os mandatos petistas perpetuaram, ainda que com algumas diferenças, a onipresença dos mercados na vida das pessoas. Embora tenham ocorrido melhorias na vida dos cidadãos, a comoditização da vida fazia-se presente: áreas como saúde, educação e moradia continuaram sendo tratadas como mercadoria.

Sob a lógica neoliberal, não havia melhoria satisfatória nos serviços públicos. Além disso, os valores do neoliberalismo, tais como o individualismo e a competitividade, mantinham-se como parâmetro, penalizando cotidianamente a vida das pessoas. Chegou-se, dessa forma, ao ponto de eclodirem manifestações em muitas cidades brasileiras, que exibiam a insatisfação dos cidadãos a respeito desses problemas.

O capítulo 4, desse modo, contribuiu com o estudo dos protestos de junho de 2013 ao examinar a correlação entre as demandas e grupos envolvidos, a insatisfação popular e os efeitos negativos do neoliberalismo estudados nos capítulos anteriores. Percebem-se as limitações de uma democracia em que os interesses econômicos e financeiros prevalecem, em

detrimento da população. A crise da democracia liberal no Brasil fica evidenciada notadamente pelo sentimento popular de não se sentir devidamente representado pela classe política e, por isso, demanda-se por democracia direta e participativa — para que os cidadãos tenham suas necessidades atendidas.

O povo já não se satisfazia mais com o *status quo* político vivido, em particular com uma vida que sofre as consequências da ubiquidade do neoliberalismo. A degradação da vida nas cidades, a crescente precarização do trabalho, a ausência de uma solidariedade coletiva, o individualismo, dentre outros fatores, cotidianamente penalizavam a população.

Os protestos de junho de 2013 lograram revogar o aumento das passagens do transporte coletivo em muitas cidades do Brasil, o que, todavia, não representou uma satisfação dos demais anseios populares apresentados. Embora manifestações tenham ocorrido também pelo mês de julho e em outras ocasiões ao longo do ano de 2013, as demandas por saúde, educação, melhoria nos serviços públicos, dentre outras, não tiveram peso suficiente para levar a mudanças efetivas.

Apesar do gradual arrefecimento dos protestos nos meses subsequentes a junho de 2013, o impacto no Brasil foi evidente. O documentário *O mês que não terminou*, de Francisco Bosco e Raul Mourão, exemplifica o que muitos pensadores sobre a trajetória política do Brasil afirmam: Junho de 2013 nunca terminou, tendo em vista que novos repertórios de protestos foram desenvolvendo-se desde então (O MÊS, 2020). Foi-se tendo como desdobramentos as expressivas manifestações pró-impeachment de Dilma Rousseff, os protestos favoráveis à prisão do ex-presidente Lula e mesmo os atos de resistência contra os cortes na educação durante o governo Bolsonaro.

Petra Costa, no documentário *Democracia em Vertigem*, também ilustra o impacto de Junho para o Brasil, narrando que a democracia brasileira não seria mais a mesma, o que de fato ocorreu, a exemplo do golpe parlamentar sofrido por Dilma Rousseff⁷⁴. Junho, assim, é um fenômeno emblemático, que deve ser revisitado para compreender melhor diversos aspectos democráticos e políticos do Brasil.

A dissertação não pretendeu esgotar o tema. Houve a opção por um problema de pesquisa abrangente, que possibilitasse o estudo de vários tópicos para alcançar o objetivo proposto de examinar a relação entre o neoliberalismo, os protestos de junho de 2013 e a crise da democracia liberal. Dessa forma, fez-se necessário elaborar 4 capítulos, de modo a organizar melhor as informações obtidas.

⁷⁴ Alguns autores consideram que se tratou de um impeachment legítimo. Marcos Nobre, por sua vez, nomeia como uma “parlamentada”, que significaria que existia fundamento jurídico para o impeachment, mas também houve forte articulação parlamentar para que Dilma fosse retirada do poder (O MÊS, 2019).

O presente trabalho também não objetivou examinar os desdobramentos dos levantamentos de junho de 2013. Procurou-se focar no fenômeno em si e suas conexões, tendo em conta a necessidade de investigar as circunstâncias em que se deram as manifestações para, posteriormente, melhor examinar suas possíveis consequências.

Tudo isso posto, vislumbra-se a abordagem dos resultados de Junho como uma possibilidade futura de pesquisa, a complementar o trabalho feito nesta dissertação.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos*, São Paulo, jun. 2017, p. 49-58, 2017.

ALONSO, Angela. 'Junho de 2013 é um mês que não terminou', diz socióloga. Entrevistador: Vinícius Mendes. 3 junho 2018. São Paulo: BBC Brasil, 2018. Entrevista concedida à BBC Brasil. Disponível: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44310600>>. Acesso em: 18 out. 2019.

ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. *Bulletin of Latin American Research*, v. 36, n. 2, pp. 144-159, 2017.

ALONSO, Angela. Novo, mas nem tanto. *Estadão*, 30 jun. 2013. Disponível em: <<https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,novo-mas-nem-tanto-imp-,1048601>>. Acesso em: 24 fev. 2019.

AMARAL, Augusto Jobim do; FIEDLER, Cássia Zimmermann; MEDINA, Roberta da Silva. De encontro à nova razão neoliberal: primavera árabe, occupy e as jornadas de junho de 2013 no Brasil. *Conversas & Controvérsias*, v. 5, n. 2, p.312-325, jul-dez. 2018. e-ISSN: 2178-5694.

AMARAL, Augusto Jobim do. Neoliberalismo e democracia que resta: uma análise desde o caso brasileiro. *Profanações*, v. 5, n. 2, p. 129-146, 11 dez. 2018.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018. ISBN 978-85-7559-635-7 (recurso eletrônico).

A PARTIR de agora – As jornadas de junho no Brasil. Direção e roteiro de Carlos Pronzato. [Filme-vídeo], 2014. (79 min.)

ARANTES, Paulo. Depois de Junho a paz será total. In: _____. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Editora Boitempo, 2014. cap. 5.

A REVOLTA do Buzu. A Revolta do Buzu. (Um filme de Carlos Pronzato, 2003).

ARRIGHI, Giovanni. *O longo Século XX*. In: _____. *O Longo Século XX*. São Paulo: Contraponto/UNESP, 1996.

AUGUSTO, Acácio; ROSA, Pablo Ornelas; RESENDE, Paulo Edgar da Rocha. Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais. *Estud. sociol.*, v. 21, n.40, p.21-37, Araraquara, jan.-jun. 2016.

AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia*. 1 ed. São Paulo: Todavia, 2019.

BAKER, Eduardo; DAMAZIO, Natália. A segurança nacional e o estilingue. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe. (orgs.). *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. p. 87-95. São Paulo: Annablume, 2014.

BALLESTRIN, Luciana. O debate pós-democrático no século XXI. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 4, n. 2, 149-164, 2018.

BEEK, Ursula van; FUCHS, Dieter; KLINGEMANN, Hans-Dieter. The Question of Legitimacy in Contemporary Democracies. In: BEEK, Ursula van. (ed.). *Democracy under threat: a crisis of legitimacy?* Stellenbosch: Palgrave Macmillan, 2019. p. 321-335. ISBN 978-3-319-89453-9.

BERNIS, Gérard. De la urgencia de abandonar la deuda de las periferias. In: VIDAL, Gregorio; GILLÉN R., Arturo. *Repensar la teoría del desarrollo en un contexto globalizado*. Homenaje a Celso Furtado. Buenos Aires: Clacso, 2008.

BOSCARIOL, R. A. COCCO, R. G., AMORIM, W. V. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado e a geografia. *Geografia e Pesquisa*, v. 3, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://vampira.ourinhos.unesp.br/openjournalssystem/index.php/geografiaepesquisa/article/view/89>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

BRAGA, Ruy. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precariado. In: MARICATO, Erminia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

BROWN, Wendy. *In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West*. New York: Columbia University Press, 2019.

BROWN, Wendy. *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. New York: Zone Books, 2015.

CARNEIRO, Henrique Soares. Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011. Crise capitalista e novo cenário no Oriente Médio. In: HARVEY, David et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012.

CASTAÑEDA, Marcelo. As manifestações de 2013: imbricamentos sociotécnicos e perspectivas. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe. (orgs.). *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. p. 107-118. São Paulo: Annablume, 2014.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. Tradução: Joana Angélica d'Avila Melo.

CHOU, Mark. From Crisis to Crisis: Democracy, Crisis and the Occupy Movement. *Political Studies Review*, 13(1), p. 46-58, 2015.

CINTRA, Francisco Cunha Lima; HERRERA, Rémy. De Lula à Dilma, quel développement pour le Brésil? O menor dos males? *Marché et organisations*, n. 20, 2014, p. 183-205. ISSN 1953-6119. ISBN 9782343032627. <https://doi.org/10.3917/maorg.020.0183>.

COCCO, Giuseppe. Introdução: A dança dos vagalumes. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe. (orgs.). *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. p. 11-34. São Paulo: Annablume, 2014.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. ISBN 978-85-86368-63-9.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016. Tradução: Mariana Echalar.

DEMOCRACIA em Vertigem. Direção de Petra Costa. EUA: Netflix, 2019. (123 min.).

DIAMOND, Larry. Facing up to the democratic recession, *Journal of Democracy*, v. 26, n. 1 (Jan 2015), pp. 141-155. National Endowment for Democracy and Johns Hopkins University Press.

DÍAZ-ROMERO, Pamela, RODRÍGUEZ, Alfredo; VARAS, Augusto. Presentación. In: DÍAZ-ROMERO, Pamela, RODRÍGUEZ, Alfredo; VARAS, Augusto. *La demanda ciudadana por una nueva democracia: Chile y el 18/O*. Santiago: Ediciones SUR, 2020. (Barómetro de política y equidade ; 16). p. 7-14.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FRASER, Nancy. Democracy's Crisis. In: NANCY FRASER'S RECEIPT OF AN HONORARY DOCTORATE AT ERASMUS UNIVERSITY, 2014, Rotterdam. *Public Seminar*, 2014. Disponível em: <<http://www.publicseminar.org/2014/11/democracys-crisis/>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. *Política & Sociedade*, vol. 17, n. 40, Florianópolis, Set./Dez. de 2018.

FRASER, Nancy. Legitimation Crisis? On the Political Contradictions of Financialized Capitalism, *Critical Historical Studies*, v. 2, n. 2 (Fall 2015), pp. 157-189. Chicago: The University of Chicago Press, 2015.

G1. *Junho de 2013: as manifestações nas manchetes do G1*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/junho-de-2013-as-manifestacoes-nas-manchetes-do-g1.ghtml>>. 13/06/2018, 06h34. Acesso em 16 set. 2020.

G1 Rio. *Protesto contra aumento da tarifa de ônibus gera tumulto no Centro do Rio*. <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/protesto-contra-aumento-da-tarifa-de-onibus-gera-tumulto-no-centro-do-rio.html>>. 06/06/2013 21h06 - Atualizado em 07/06/2013 07h16

GEORGES, Isabel; TIZZIANI, Ania. La crise de la démocratie et le capitalisme néolibéral à la lumière de la situation brésilienne: Formes d'intervention de l'État et politiques du travail et de l'emploi en Amérique latine. *Sens public*, Montréal, 2020. ISSN 2104-3272. Disponível em: <<http://sens-public.org/articles/1448/>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Gloria. *Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*. Petrópolis: Vozes, 2019.

GONÇALVES NETO, João da Cruz. O ativismo jurídico como estratégia da razão neoliberal no Brasil. *R. Fac. Dir. UFG*, v. 42, n. 2, p.172-197, maio/ago. 2018. ISSN 0101-7187.

GOULART, Gustavo; ROCHA, Carolina. Manifestação em Niterói contra aumento de passagens de ônibus tem confronto. *O Globo*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/manifestacao-em-niteroi-contra-aumento-de-passagens-de-onibus-tem-confronto-8692905>>. Acesso em 22 out. 2019.

GUTIÉRREZ, Bernardo. Três anos de revoltas interconectadas. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe. (orgs.). *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. p. 119-132. São Paulo: Annablume, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*. New York: Oxford University Press, 2017.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

JAPPE, Anselm. Luta nas ruas contra o espetáculo. *Revista Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual*, v. 2, n. 1, jan-jul. 2013, p. 310-314. ISSN: 2316-9230.

JUNHO - O mês que abalou o Brasil. Elenco: Giuliana Vallone, Vladimir Safatle e outros. Direção de João Wainer. Roteiro: Cesar Gananian e João Wainer. São Paulo: Tv Folha, 2014. (72 min.), DVD, color.

KAHN, Richard; KELLNER, Douglas (2004). New media and Internet activism: From the 'Battle of Seattle' to blogging, *New Media & Society*, v. 6(1), p. 87–95, 2004.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan. The myth of democratic recession, *Journal of Democracy*, v. 26, n. 1 (Jan 2015), pp. 45-58. National Endowment for Democracy and Johns Hopkins University Press.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *How democracies die*. New York: Crown Publishing, 2018. Ebook ISBN 9781524762957.

LOUREIRO, Pedro Mendes. Social Structure and Distributive Policies Under the PT Governments: a Poverty-Reducing Variety of Neoliberalism. *Latin American Perspectives*. 2020;47(2):65-83. doi:10.1177/0094582X19881986.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

MARTÍNEZ, Ifigenia. Frente al desarrollismo y el neoliberalismo, diseñar una nueva economía política. In: VIDAL, Gregorio; GILLÉN R., Arturo (comp.). *Repensar la teoría del desarrollo en un contexto globalizado*. Homenaje a Celso Furtado. Buenos Aires: Clacso, 2008. P. 419-429.

MERKEL, Wolfgang. Chapter 11: Is Capitalism Compatible with Democracy? In: MERKEL, Wolfgang; KNEIP, Sascha (ed). *Democracy and Crisis: Challenges in Turbulent Times*. Berlin: Springer, 2018.

MERKEL, Wolfgang. Is There a Crisis of Democracy?, *Democratic Theory*, v. 1, Winter, 2014, p. 11-25. Disponível em: <<https://www.berghahnjournals.com/view/journals/democratic-theory/1/2/dt010202.xml>>. Acesso em: 5 mar. 2019.

MORAES, Alana. O último chamado de uma geração que desejava apenas fazer política. Entrevistador: Ricardo Machado. *IHU – Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, n. 524, 18 jun. 2018. p. 40-43. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao524.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

MOUNK, Yascha. *The people vs. Democracy: why our freedom is in danger and how to save it*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2018.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

O MÊS que não terminou. Direção de Francisco Bosco e Raul Mourão [Filme-vídeo]. Rio de Janeiro: Kromaki, 2020.

PESCHANSKI, João Alexandre. O passe livre no Brasil e a sociologia das possibilidades. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENDES, José Manuel (org). *Demodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 150-160.

PILATTI, Adriano. O ano das maravilhas e do pesadelo. In: CAVA, Bruno; Cocco, Giuseppe (orgs.) *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. São Paulo: Annablume, 2014. (Coleção Políticas da Multidão).

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). *Lua Nova*, São Paulo, 100, p. 119-153, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n100/1807-0175-ln-100-00119.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílon César. Estado de Bem-Estar Social, Neoliberalismo e Estado gestor: aproximações globais. In: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes (Orgs.). *A crise da democracia brasileira*. v.1. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

PURDY, Sean. Mass Protest, Class, and the Left. *Latin American perspectives*, Issue 227, v. 46, n. 4, jul. 2019, p. 15–36.

REIS, Daniel Aarão. A vida política. In: REIS, Daniel Aarão (coord). *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*, volume 5. 1. ed. P. 75-125. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. (História do Brasil Nação: 1808-2010 ; 5).

SAAD-FILHO, Alfredo. Brazil: Development Strategies and Social Change From Import-Substitution to the “Events of June”, *Studies in Political Economy*, n. 94, v. 1, p. 3-29, 2014. DOI: 10.1080/19187033.2014.11674952.

SAAD-FILHO, Alfredo. Varieties of Neoliberalism in Brazil (2003–2019). *Latin American Perspectives*, v. 47, p. 9–27. 2020. <https://doi.org/10.1177/0094582X19881968>

SADER, Emir. Crise capitalista e novo cenário no Oriente Médio. In: HARVEY, David *et al.* *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012.

SAFATLE, Vladimir. *Só mais um esforço*. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Las revueltas mundiales de indignación: su significado para la teoría y para la práctica. In: _____. *Revueltas de indignación y otras conversas*. La Paz: OXFAM CIDES-UMSA, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENDES, José Manuel Mendes. Introdução. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENDES, José Manuel Mendes (org.) *Demodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SCHERER-WARREN, Ilse. Apresentação: Conflitos, protestos e movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p.13-16, jan.-abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 mai. 2020.

SHIVJI, Issa G. Democracia e democratização em África: interrogar paradigmas e práticas. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENDES, José Manuel (org). *Demodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SILVA, Rociclei. A força de Jó nos levantes de junho. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe. (orgs.). *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. p. 75-86. São Paulo: Annablume, 2014.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos estudos*, n. 97, p. 23-40, nov. 2013. ISSN 2594-0716. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/tla/v12n44/1870-6916-tla-12-44-6.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

SINGER, André. *O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, Paul. O processo econômico. In: REIS, Daniel Aarão (coord). *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*, volume 5. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. (História do Brasil Nação: 1808-2010 ; 5).

TAVARES, Francisco Mata; BENEDITO, Sérgio Mendonça. Pós-democracia no Sul Global: Uma Leitura Sócio-fiscal dos Confrontos Políticos e da Ruptura Institucional no Crepúsculo da Nova República Brasileira (2003 - 2017). *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 4, n. 2, p. 179-196, 2018. ISSN 2317-5338. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/14757/9156>>. Acesso em: 3 jun. 2020.

TAVARES, Francisco Mata Machado; RORIZ, João Henrique Ribeiro; OLIVEIRA, Ian Caetano de. As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do junho brasileiro em 2013. *Opinião Pública*, v. 22, n.1, abr. 2016. Campinas: 2016. ISSN 0104-6276.

TAVARES, Maria da Conceição. Ajuste e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora. In: TAVARES, M. C. e FIORI, José Luís. *Desajuste global e modernização conservadora*. SP: Paz e Terra, 1996.

TAVARES, Maria da Conceição. Globalização e Estado Nacional. In: GAMBINA, Julio (Comp.). *La globalización económica financiera: su impacto em América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

VARAS, Augusto. La segunda transición: hacia una nueva Constitución. In: DÍAZ-ROMERO, Pamela, RODRÍGUEZ, Alfredo; VARAS, Augusto. *La demanda ciudadana por una nueva democracia: Chile y el 18/O*. Santiago: Ediciones SUR, 2020. p.15-47.

ZIZEK, Slavoj. Problemas no paraíso. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1ªed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

8 APÊNDICE A: Cronologia em dias dos protestos de Junho de 2013⁷⁵

I) 6 de junho (quinta-feira): o início

André Singer, Angela Alonso e Maria da Gloria Gohn lecionam que os protestos de junho de 2013 se iniciaram com o ato ocorrido no dia 6 de junho na cidade de São Paulo, em resposta ao aumento no preço das passagens do transporte coletivo ocorrido no dia 2 de junho (BRAGA, 2017). A manifestação foi realizada por coletivos, principalmente pelo Movimento Passe Livre — MPL (GOHN, 2014).

Nesse primeiro protesto, cerca de 2 mil pessoas manifestaram-se na Avenida Paulista, conforme estimativa da Polícia Militar (BRAGA, 2017). Na ocasião, o MPL obstruiu o trânsito em alguns pontos da cidade, atuando em áreas de grande circulação de pessoas (GOHN, 2014), o que intensificou a repercussão do ato.

Já nesse primeiro dia, ocorreram pichações no Museu de Arte de São Paulo e depredações. Houve repressão policial, com emprego de balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo, bem como detenções de manifestantes. A cobertura midiática foi majoritariamente voltada a condenar o protesto, taxando-o frequentemente como vandalismo (GOHN, 2014).

Ocorreu também um protesto na cidade do Rio de Janeiro no dia 6 de junho (SINGER, 2013). Foi realizado por estudantes, tendo em conta que o reajuste nos preços das passagens de ônibus havia ocorrido no dia 1º de junho (G1, 2018). Houve tumulto e repressão policial por meio de balas de borracha (G1, 2013)⁷⁶.

II) 8 de junho (sábado)

O segundo ato na cidade de São Paulo, segundo Maria da Glória Gohn, foi composto por uma média de 5 mil pessoas. Passou por áreas nobres da cidade: saindo do bairro de Pinheiros e percorreu o Largo da Batata. Os participantes passaram “por vias como a Avenida Rebouças e a Faria Lima, símbolo de luxo, status e sede de várias empresas do capital

⁷⁵ As referências completas deste apêndice encontram-se na bibliografia da dissertação.

⁷⁶ No dia 3 de junho, no Rio de Janeiro, já havia acontecido um protesto em resposta ao aumento das tarifas do transporte público, realizado por estudantes. Os manifestantes pararam o trânsito na Av. Rio Branco, no Centro da cidade (G1, 2013).

financeiro” (GOHN, 2014, p. 26). Houve novamente confrontos com a polícia, com autoridades condenando os protestos (GOHN, 2014).

III) 10 de junho (segunda-feira)

No dia 10 de junho, ocorreu um protesto na Cinelândia — na cidade do Rio de Janeiro, convocado pelas redes sociais, com a presença de menos de mil pessoas. A pauta também consistia na diminuição do preço das passagens de ônibus. Houve repressão com gás lacrimogêneo e balas de borracha (CASTAÑEDA, 2014, p. 107-108).

IV) 11 de junho (terça-feira)

A partir do dia 11 de junho, segundo Angela Alonso, inicia-se o processo de diversificação das pautas: mais pessoas passaram a aderir às manifestações, em particular os movimentos sindicais, partidos de esquerda menores e movimentos tradicionais de mobilização, como o feminista. A partir de então, a pauta não se limitava mais aos 20 centavos (ALONSO, 2017, p. 51), conseguindo reunir cerca de 5 mil pessoas na cidade de São Paulo (SINGER, 2013). Alonso e Ann Mische entendem que os protestos, nessa data, passaram a atingir um patamar nacional (ALONSO; MISCHÉ, 2017, p. 148).

Na cidade de São Paulo, especificamente, houve depredação de ônibus, vitrines, bancos e estações de metrô. A polícia reagiu com repressão por meio de bombas de efeito moral, spray de pimenta e balas de borracha. Houve em torno de 100 feridos e a prisão de 19 pessoas — incluindo jornalistas (GOHN, 2014).

V) 13 de junho (quinta-feira)

O quarto protesto na cidade de São Paulo deu-se no dia 13 de junho (quinta-feira). Houve forte repressão e jornalistas ficaram feridos. André Singer entende que a pesada repressão por parte do Estado foi responsável por chamar a atenção do grande público sobre os levantes. Segundo a polícia militar, participaram 5 mil manifestantes. Os organizadores estimaram 20 mil presentes (SINGER, 2013).

Iniciou-se com uma marcha pacífica no centro da cidade de São Paulo em direção à Consolação. A partir da Avenida Paulista, o protesto foi impedido de prosseguir. A atuação da

polícia, segundo Singer, atingiu jornalistas e transeuntes também. Houve relatos de um clima de “cenas de guerra” a céu aberto (SINGER, 2013, p. 25). Como saldo, 192 pessoas foram presas e várias ficaram feridas (GOHN, 2014).

Ruy Braga identifica as manifestações do dia 13 como decisivas para o espraiamento dos protestos pelo Brasil. Segundo o autor, os levantes transformaram-se em uma “batalha campal onde apenas um dos lados estava armado”, referindo-se, no caso, à Polícia Militar (BRAGA, 2017). O entendimento de Braga converge com o de Singer, ao entender que o dia 13 foi um divisor de águas para que os levantes se espalhassem pelo Brasil.

Os protestos angariaram apoio de artistas e intelectuais, tendo alcance internacional. Cerca de 55% dos paulistanos já apoiavam os protestos (ALONSO, 2017, p. 51). No dia 13, editoriais de grandes jornais, como Folha de São Paulo e Estadão, exasperaram-se com as manifestações. Segundo Alonso, diante do alinhamento entre o governador de São Paulo e o prefeito da capital paulista, houve forte repressão contra os manifestantes.

Segundo Ruy Braga:

após uma intensa campanha midiática que pedia a punição dos “vândalos”, a PM do Estado de São Paulo decidiu reprimir duramente os militantes do MPL, utilizando bombas de efeito moral e tiros de bala de borracha de maneira indiscriminada na região central da cidade (BRAGA, 2017)⁷⁷.

A disseminação de imagens pelas redes sociais e pela televisão levou a um maior apoio popular à causa. André Singer identifica que a Revista Veja, embora não tomasse partido favorável aos manifestantes, já demonstrava em sua edição posterior aos protestos do dia 13 uma visão diferente. A edição cuja capa foi sobre os protestos referiu-se aos manifestantes criticamente, porém ressaltando a necessidade de ouvi-los para entender as demandas (SINGER, 2018, p. 87).

As imagens dos protestos em São Paulo tiveram repercussão internacional, havendo a manifestação de repúdio contra a repressão policial por organizações nacionais e internacionais, a exemplo do Repórteres sem Fronteiras e da Anistia Internacional (GOHN, 2014). O ato do dia 13

demonstrou o despreparo das forças policiais para atuar em cenas de conflitos coletivos e difusos, assim como a incapacidade dos poderes constituídos de dialogar/negociar com lideranças dos manifestantes. A polícia argumentou que os manifestantes quebraram o acordo para não ir para a Avenida Paulista.

⁷⁷ Posição 4717 no Kindle, e-book.

Segundo publicação na mídia, a polícia descumpriu regras do CDC (Controle de Distúrbios Civis) (GOHN, 2014, p. 28).

Além disso, os grupos componentes dos protestos começaram a se delimitar mais visivelmente (GOHN, 2014).

No Rio de Janeiro, cerca de 10 mil pessoas foram às ruas ainda com a pauta das passagens de ônibus, havendo também repressão policial (CASTAÑEDA, 2014, p. 111).

VI) 14 de junho (sexta-feira)

O dia 14 de junho contou com um protesto em Niterói – RJ, ao qual compareceram mais de 2 mil pessoas, segundo a PM, e 4 mil participantes, segundo os organizadores. A manifestação iniciou-se pacífica, como principal pauta o aumento das passagens do transporte coletivo, porém terminou em repressão, com uso de bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e gás de pimenta (GOULART; ROCHA, 2013).

Também no dia 14, Geraldo Alckmin e Haddad reagiram contra as depredações e mantiveram o aumento das tarifas de transporte público (ALONSO, 2017, p. 51).

VII) 15 e 16 de junho (sábado e domingo)

A partir do dia 15, segundo André Singer, a cidade de São Paulo já não era mais o centro das manifestações, vez que elas passam a se destacar em cidades que seriam sedes dos jogos da Copa das Confederações: Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Rio de Janeiro e Salvador.

Segundo Elena Judensnaider et al., no “fim de semana dos dias 15 e 16 de junho” ocorreu “uma ostensiva mudança de abordagem nos meios de comunicação (tanto nos meios de comunicação de massa como nas redes sociais)” (JUDENSNAIDER et al *apud* SINGER, 2018, p. 87). A forma pela qual a mídia começou a cobrir os protestos não mais focava em desfavorecer os revoltosos, e sim mostrar certa simpatia.

VIII) 17 de junho (segunda-feira)

A segunda etapa de junho de 2013, segundo Singer, começa no dia 17, quando o número de participantes entra na casa das centenas de milhares (SINGER, 2013). Ao todo, cerca de 215 mil manifestantes ocuparam 12 capitais no país (GOHN, 2014). Para Angela Alonso, esse dia

marca o processo de massificação do movimento, vez que o MPL convocou protestos e, ao mesmo tempo, surgiram manifestações nas maiores capitais do Brasil (ALONSO, 2017).

A convocação para os protestos deu-se primordialmente por meio das redes sociais. O dia 17 foi marcante devido à revolta contra: a repressão policial e o governo de Alckmin; a gestão do prefeito do PT, Fernando Haddad, que havia aumentado o preço do transporte público; e os políticos em geral. André Singer entende que, a partir do dia 17 de junho, o objetivo dos protestos não fica claro. Eram difusos: contra a Copa do Mundo, a favor da educação; havia pedidos de “fora, Dilma”, repúdio a partidos políticos, atos contra a corrupção, dentre outros (SINGER, 2018).

De acordo com Angela Alonso, os atos eram marcados por uma ótica autonomista e foram caracterizados por:

deliberação por consenso, negação de lideranças e hierarquia de gênero, performances cênicas (fanfarras, artes plásticas), jograis, estética punk (vestuário preto), violência simbólica (queima de catracas) e física (tática *black bloc*), sobrepondo expressão artística e política (ALONSO, 2017, p. 51).

Alonso ressalta a subida de diversas *hashtags* de apoio aos protestos no *Twitter*. Os manifestantes pediam melhoria nos salários, na saúde, na educação e bradavam contra a Copa do Mundo, políticos, partidos e a Rede Globo. A opinião pública, então, de acordo com a autora, ficou ao lado das manifestantes (ALONSO, 2017).

O índice de aprovação do governador Geraldo Alckmin caiu de 52% para 38%; enquanto o do prefeito Fernando Haddad, de 34% para 18%. Os meios de comunicação já providenciavam uma cobertura simpática às manifestações, a exemplo da TV Globo sobre os protestos do dia 17 (SINGER, 2018). A polícia também suavizou o tratamento em relação aos manifestantes (GOHN, 2014).

Segundo André Singer:

Do dia 17 em diante, ninguém entendia o objetivo exato das manifestações. Havia quase um cartaz por manifestante, com uma profusão divertida de dizeres e pautas: “Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação”; “Queremos hospitais padrão Fifa”; “O gigante acordou”; “Ia ixcrever augu legal, maix fautô edukssão”; “Não é mole, não. Tem dinheiro pra estádio e cadê a educação”; “Era um país muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádio”; “Todos contra a corrupção”; “Fora Dilma! Fora Cabral! PT= Pilantragem e traição”; “Fora Alckmin”; “Zé Dirceu, pode esperar, tua hora vai chegar” [...] (SINGER, 2018, *e-book* Kindle). (ANEXO B).

Ruy Braga considera o dia 17 de junho como o ápice das manifestações de rua, contando com o total de 75 mil participantes em São Paulo e centenas de milhares em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Em Vitória (ES), mais de 30 mil pessoas ocuparam a Terceira Ponte, com reivindicação pelo direito de circular pela cidade, contra a criminalização dos movimentos sociais e em solidariedade à repressão sofrida pelos manifestantes de São Paulo (BRAGA, 2017).

O acesso a prédios públicos foi uma das marcas dos protestos nesse dia. Em São Paulo, houve manifestação em frente ao Palácio do Governo do estado, em que os participantes tentaram invadir o prédio. Ocorreu também ocupação do teto do Congresso Nacional, em Brasília, após um fim de semana em que a presidente Dilma Rousseff havia sido vaiada na abertura da Copa das Confederações na capital federal (GOHN, 2014). Houve também a depredação de prédios públicos, como o Itamaraty, em Brasília, e a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (SINGER, 2018, p. 101).

IX) 18 de junho (terça-feira)

O sucesso das manifestações, para Ruy Braga, ficou patente nos protestos do dia 18/06 (terça-feira), pois reuniram cerca de 50 mil pessoas na Praça da Sé, em São Paulo (BRAGA, 2017). Andre Singer analisa as manifestações do dia 18 como tendo “certo sabor de sublevação”, havendo extensão dos protestos para a Baixada Fluminense, que ele considera uma “região proletária” (SINGER, 2018, p. 88).

Nesse dia, houve o retorno da repressão policial. Aconteceram tentativas de invasão da Prefeitura de São Paulo, depredações, pichações e quebra de vidraças. O metrô teve sua operação suspensa, bem como se verificou a participação dos *Black Blocs*. Além de disseminadas no Brasil, as manifestações começam a receber apoio internacional: “comitês de solidariedade foram criados em Londres, Barcelona, Copenhague, Sydney, Hamburgo, Berlim, Atenas, Istambul, Nova Iorque etc.” (GOHN, 2014, p. 29).

Foi realizada pesquisa Datafolha no dia 18, que demonstrou que 77% dos inquiridos era favorável às manifestações. Além disso, 55% era contrário à violência policial que estava sendo empregada (GOHN, 2014). Percebe-se também que, dos entrevistados, “67% viam no aumento das passagens o motivo das manifestações, seguido de 38%, que consideram a corrupção o motivo principal, e 35%, os políticos” (GOHN, 2014, p. 30).

A forte mobilização da periferia no Rio de Janeiro é bastante destacada por Paulo Arantes, como uma reação às UPPs⁷⁸ nas favelas (ARANTES, 2014).

X) 19 de junho (quarta-feira)

No dia 19 de junho, cerca de 10 mil estudantes e movimentos sociais participaram de um protesto em Fortaleza (CE), entrando em conflito com policiais. Ocorria concomitantemente à partida de futebol entre o Brasil e o México, pela Copa das Confederações (SINGER, 2018, p. 89). Em São Paulo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) protestou contrariamente aos gastos da Copa do Mundo e ao aumento do custo de vida, com a presença de pessoas das periferias sul e leste de São Paulo (SINGER, 2013, p. 36).

No mesmo dia, o prefeito de São Paulo Fernando Haddad reuniu-se com o Conselho da Cidade, encontro em que compareceram representantes do Movimento Passe Livre (GOHN, 2014). Ainda no dia 19, Haddad e Alckmin recuaram e decidiram não aumentar a tarifa dos transportes (ALONSO, 2017, p. 51-52), após capitais como Cuiabá, João Pessoa, Porto Alegre, Recife e Rio de Janeiro já terem anunciado a redução das tarifas (GOHN, 2014). Entretanto, a medida não foi suficiente para acalmar os ânimos da população e os protestos continuaram.

XI) 20 de junho (quinta-feira)

As manifestações adquiriram grande diversidade de atores, de muitos matizes ideológicos e políticos. Desentendimentos entre manifestantes passaram a ser frequentes, em particular devido à presença concomitante de uma massa bastante heterogênea de pessoas: movimentos sociais organizados; aliados de partidos e grupos de esquerda; agrupamentos de direita, dentre outros grupos (BRAGA, 2017). Diante dessas novas características, o MPL decidiu retirar-se dos protestos, bem como não convocar mais jornadas, tendo em vista a emergência de pautas conservadoras (SINGER, 2018, p. 89).

O dia 20 de junho foi marcado por 1 milhão de pessoas manifestando-se no Brasil, sendo o pico dos protestos, para Angela Alonso. Houve adesão de torcidas organizadas, famílias, jovens e idosos. Pessoas que nunca haviam participado de protestos compareceram devido à convocação feita tanto pelas redes sociais quanto presencialmente por amigos ou familiares

⁷⁸ Unidade de Polícia Pacificadora.

(ALONSO, 2017, p. 51-53). Segundo André Singer, tratou-se de uma espécie de comemoração pelas concessões do governo, em mais de cem cidades (SINGER, 2018, p. 89).

Nesse momento, adentraram pautas de teor patriota, conforme classifica Alonso, em que são trazidos símbolos e cores nacionais, com destaque à presença em espaços que marcaram os movimentos Diretas Já, tais como a Avenida Paulista. A pauta anticorrupção disseminou-se, assim como a rejeição a partidos políticos (ALONSO, 2017, p. 51-53).

Na cidade de Curitiba, o protesto do dia 20 de junho foi marcante e bem-sucedido, vez que os curitibanos conseguiram a diminuição do preço da passagem do transporte público.

Em 20 junho, ocorreu também grande protesto na Avenida Presidente Vargas, no centro da cidade do Rio de Janeiro (BAKER; DAMAZIO, 2014, p. 94). Por volta de 300 mil manifestantes participaram (GOHN, 2014). Houve forte repressão policial, ocorrendo a prisão de Rafael Braga, acontecimento que se tornou um caso célebre⁷⁹ (BAKER; DAMAZIO, 2014).

XII) 21 de junho (sexta-feira)

O Movimento Passe Livre, no dia 21, comunicou que não convocaria mais protestos e se retiraria de cena naquela ocasião (GOHN, 2014). Singer entende que os atos, a partir desse dia, fragmentaram-se para protestos específicos, com pautas específicas (SINGER, 2013, p. 26). Ruy Braga converge ao interpretar que o dia 21 de junho marcou a separação das pautas dos manifestantes, de forma a gerar uma grande polarização social (BRAGA, 2017).

Ruy Braga também destaca que, nesse dia, uma pesquisa nacional foi publicada, tendo sido realizada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) e pelo Ibope. Segundo a pesquisa, chegou-se ao ponto de que 75% dos brasileiros apoiava as manifestações, e 6% dos entrevistados, que corresponde a 12 milhões de pessoas, declararam que participaram dos protestos (BRAGA, 2017).

A presidente Dilma Rousseff, no dia 21, em reação às manifestações, apresentou a proposta de “cinco pactos”, nos temas de saúde, educação, transporte, responsabilidade fiscal e controle da inflação, e plebiscito para uma constituinte, a fim de realizar uma reforma política (ALONSO, 2017, p. 53)⁸⁰.

⁷⁹ Em dezembro de 2013, Braga foi o primeiro condenado judicialmente em resultado das manifestações de junho, por portar somente garrafa plástica de desinfetante e de água sanitária (BAKER; DAMAZIO, 2014, p. 94). Braga era “jovem, negro, pobre, catador de latinhas e morador da Vila Cruzeiro” e há extensa campanha para provar sua inocência. Mais informações: <https://www.liberdadepararafael.meurio.org.br>.

⁸⁰ Resultado dos 5 pactos. <<https://www.dw.com/pt-br/um-ano-ap%C3%B3s-os-protestos-como-est%C3%A3o-os-pactos-anunciados-por-dilma/a-17673179>>.

XIII) 22 de junho (sábado)

No dia 22 de junho, as pautas dos manifestantes já se demonstram bastante diversificadas. André Singer sublinha que, em São Paulo, 30 mil pessoas compareceram a um protesto específico contra a limitação do poder de investigação do Ministério Público. No mesmo dia, na cidade de Belo Horizonte, cerca de 70 mil pessoas manifestaram-se antes da partida de futebol entre Japão e México, desfavoravelmente aos gastos da Copa do Mundo (SINGER, 2018, p. 89).

A cidade de São Luís do Maranhão teve como auge dos protestos o dia 22 de junho, ao reunir cerca de 40 mil pessoas, com destacado fortalecimento das lutas populares, levantadas por trabalhadores empobrecidos (BRAGA, 2017).

XIV) De 24 a 30 de junho

A presidente Dilma Rousseff, no dia 24 de junho, reuniu-se com manifestantes que representavam o MPL, com prefeitos e com governadores, almejando negociar para a melhoria dos serviços públicos (BRAGA, 2017). A presidente, na ocasião, tratou do pacto nacional em que propôs: uma reforma política, redução da corrupção, expansão e melhoria dos serviços públicos — que seriam parcialmente financiados pelos royalties do Pré-sal (SAAD-FILHO, 2014).

Ainda no dia 24 de junho, houve protesto pacífico no bairro de Bonsucesso, no Rio de Janeiro (SILVA, 2014, p. 80). De acordo com Adriano Pilatti, uma manifestação também pacífica foi realizada no dia 25 no Leblon, um bairro “elitista” do Rio, para onde “o morro desceu” — das favelas próximas Rocinha e Vidigal — em direção à casa do então governador, no ato “Ocupa Cabral” (PILATTI, 2014, p. 57).

Em 26 de junho, foi aprovado na Câmara dos Deputados o projeto de lei do Executivo responsável por destinar para a educação básica e para a saúde, respectivamente, 75% e 25% dos *royalties* da exploração do petróleo (BRAGA, 2017).

No dia 27, novamente um protesto pacífico percorreu o espaço entre a Candelária e a Cinelândia no Rio de Janeiro, reunindo cerca de 20 mil participantes (PILATTI, 2014, p. 58). Em pesquisa Datafolha realizada entre 27 e 28 de junho, 81% da população mostrava-se favorável aos protestos no Brasil. Segundo Maria da Glória Gohn, “foi o maior índice de aprovação popular dado às manifestações” (GOHN, 2014, p. 31).

Na cidade do Rio de Janeiro, no dia 30 de junho, final da Copa das Confederações, ocorreu grande manifestação, onde houve “um clima surreal de estado de sítio”. Nesse protesto, jovens da resistência das manifestações passaram a chamar-se expressamente de “tática black bloc” (COCCO, 2014, p. 15).

Como saldo, a popularidade de Dilma Rousseff declinou de 57% a 30% no período de somente três semanas (GOHN, 2014). Ao todo, “1.301 detenções foram realizadas em junho, em 15 capitais do país. Dessas, a Polícia Civil abriu 273 inquéritos sob suspeita de dano ao patrimônio público, lesão corporal e formação de quadrilha” (GOHN, 2014, p. 32).

9 ANEXO A ⁸¹

Processualidade externa: Junho de 2013 como acontecimento na onda das “Primaveras”



09/06/2013, Belo Horizonte, Fotografia: Mídia Ninja

Disponível em:

https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/1186?busca&esconderVazias=true&tipo=cartaz&page=6&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0

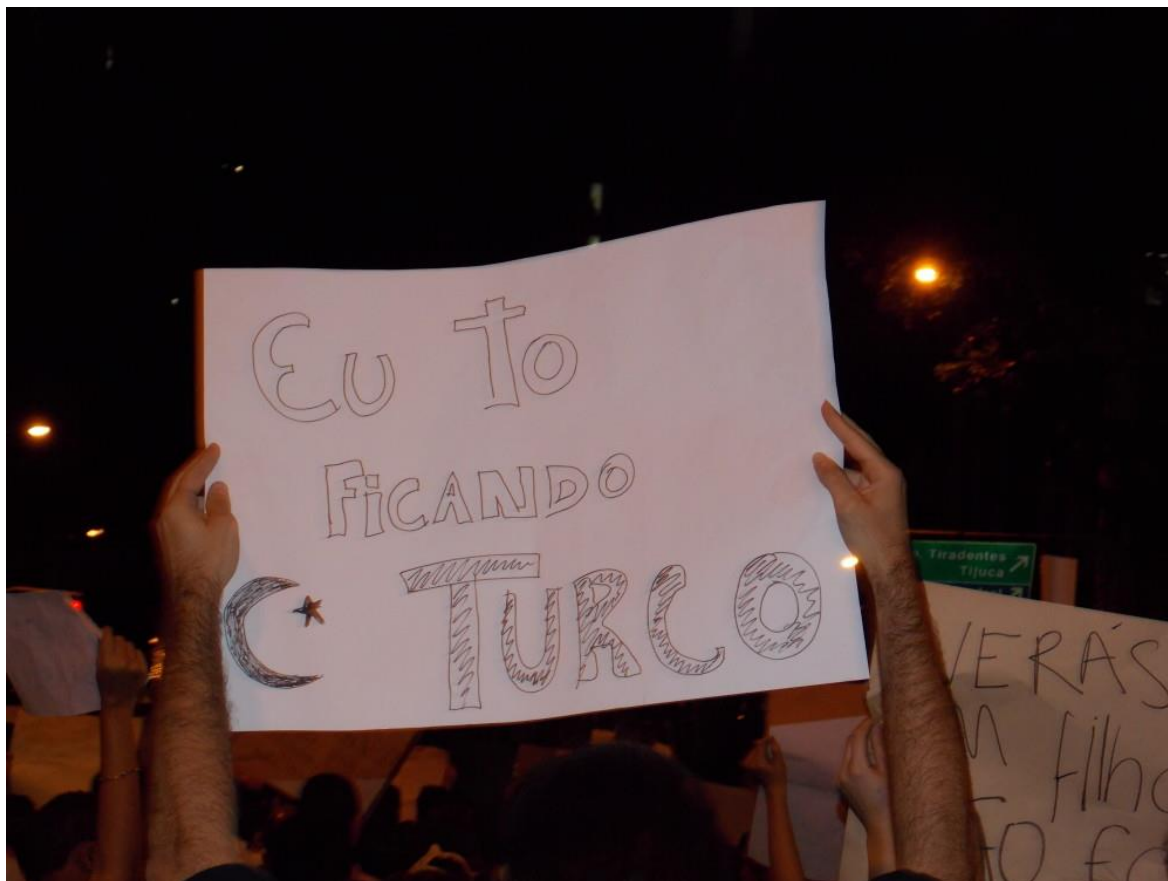
⁸¹ As imagens foram retiradas da página *Grafias de Junho*, que coleta fotografias dos protestos de junho de 2013. O projeto é parte da pesquisa de doutorado de Roberto Andrés, sob orientação de Guilherme Wisnik, pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://www.grafiasdejunho.org/>>.



09/06/2013, Belo Horizonte, Fotografia: Mídia Ninja.

Disponível em:

https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/1234?busca&esconderVazias=true&tag=internacional&page=1&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0



17/06/2013, Rio de Janeiro, Fotografia: João Paulo Rodrigues

Disponível em:

https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/1471?busca&esconderVazias=true&tag=internacional&page=2&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0



17/06/2013, Vitória, Fotografia: Theo Wentz

Disponível em:

https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/6844?busca&esconderVazias=true&tag=internacional&page=2&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0



17/06/2013, São Paulo, Fotografia: Raphael Tsavkko Garcia

Disponível em:

https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/4343?busca&esconderVazias=true&tag=internacional&page=2&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0



07/06/2013, São Paulo, Fotografia: Pedro Peron

Disponível em:

https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/3466?busca=espanha&esconderVazias=true&page=1&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0



13/06/2013, Maceió, Fotografia: Felipe Sales

Disponível em:

https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/2431?busca&esconderVazias=true&tag=internacional&page=1&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0



26/06/2013, Belém, “Brasil e Síria juntos na luta”, Fotografia: Alfredo Mattos

Disponível em:

https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/7069?busca&esconderVazias=true&tag=internacional&page=3&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0



06/06/2013, São Paulo, Fotografia: Raphael Tsavkko Garcia

Disponível em:

https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/3694?busca&esconderVazias=true&tipo=picha%C3%A7%C3%A3o&tipo=outras&tipo=faixa&page=1&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0



13/06/2013, São Paulo, Fotografia: Raphael Tsavkko Garcia.

Cartaz: “Egito Chile Turquia Presentes”.

Disponível em:

https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/4214?busca=egito&esconderVazias=true&page=1&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0

10 ANEXO B ⁸²

Praticamente um cartaz por manifestante



20/06/2013, Salvador, Fotografia: Nilton Fukuda/Estadão Conteúdo

Disponível em:

https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/7200?busca&cidade=Salvador&esconderVazias=true&page=6&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0

⁸² As imagens foram retiradas da página *Grafias de Junho*, que coleta fotografias dos protestos de junho de 2013. O projeto é parte da pesquisa de doutorado de Roberto Andrés, sob orientação de Guilherme Wisnik, pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://www.grafiasdejunho.org/>>.

11 ANEXO C ⁸³

13/06/2013, São Paulo, Fotografia Raphael Tsavkko Garcia

Disponível em:

https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/4225?busca=trabalho&esconderVazias=true&page=1&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0

⁸³ As imagens foram retiradas da página *Grafias de Junho*, que coleta fotografias dos protestos de junho de 2013. O projeto é parte da pesquisa de doutorado de Roberto Andrés, sob orientação de Guilherme Wisnik, pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://www.grafiasdejunho.org/>>.



13/03/2013, São Paulo, Fotografia: Sérgio Silva

Disponível em:

https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/4718?busca=sal%C3%A1rio&esconderVazias=true&page=1&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0



17/06/2013, São Paulo, Fotografia: Mídia Ninja

Disponível em:

<https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/724?busca=sal%C3%A1rio&esconderVazias=true&page=1&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0>



“Ou me alimento, ou pago a passagem”. 17/06/2013, Belo Horizonte, Fotografia: Flávio Charchar
Disponível em:

<https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/5968?busca&esconderVazias=true&page=1&per_page=21&sortBy&sortOrder=asc&total=0>.



13/06/2013, São Paulo, Fotografia: Gustavo Basso
Disponível em:

https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/5177?busca&esconderVazias=true&page=1&per_page=21&sortBy&sortOrder=asc&total=0



15/06/2013, Belo Horizonte, Fotografia: Maria Objetiva

Disponível em:

https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/5177?busca&esconderVazias=true&page=1&per_page=21&sortBy&sortOrder=asc&total=0



16/06/2013, São Paulo, Fotografia: Levi Bianco

Disponível em:

https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/6100?busca=padr%C3%A3o%20fifa&esconderVazias=true&page=1&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0